Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás

Instituto Histórico e Geográfico de Goiás

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás

N.º 36

2025

Copyright © 2026 by: Instituto Histórico e Geográfico de Goiás

Editora Kelps
Rua 19 nº 100 – St. Marechal Rondon – CEP 74.560-460 – Goiânia – GO
Fone: (62) 3211-1616
E-mail: kelps@kelps.com.br

Capa
André Luiz Garcia

Diagramação
André Luiz Garcia
vgarte@gmail.com

Revisão
Sandra Rosa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP
BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL PIO VARGAS

REV Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás / Instituto Histórico e Geográfico de Goiás / n. 36 (2025) – Goiânia, GO : Kelps, 2026.

210p.
ISSN: 2175-1269

1. Goiás – História. 2. Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. I. Título.

CDU: 94(817.3) (05)

Índice para catálogo sistemático:
CDU: 94(817.3) (05)

DIREITOS RESERVADOS
É proibida a reprodução total ou parcial da obra, de qualquer forma ou por qualquer meio, sem a autorização prévia e por escrito do autor.
A violação dos Direitos Autorais (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.
A revisão final desta obra é de responsabilidade do autor.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil
2026

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIÁS (IHGG)

— EQUIPE EDITORIAL —
COORDENAÇÃO EDITORIAL

Editor-chefe
Prof. Dr. Ricardo Assis Gonçalves,
Universidade Estadual de Goiás, Brasil

Editor-adjunto
Prof. Dr. Nilson Jaime
Instituto Cultural e Educacional Bernardo Élis
para os Povos do Cerrado (Icebe)

Editor-adjunto
Prof. Dr. Sandro Dutra e Silva,
Universidade Estadual de Goiás, Brasil
Universidade Evangélica de Goiás, Brasil

Editor-adjunto
Prof. Dr. Altair Sales Barbosa,
Universidade Evangélica de Goiás, Brasil

COMITÊ CIENTÍFICO

Abílio Wolney Aires Neto
Aidenor Aires Pereira
Bento A. A. Jayme Fleury Curado
Eguimar Felício Chaveiro
Elizabeth Abreu Caldeira Brito
Francisco Itami Campos
Giovana Galvão Tavares
Horieste Gomes
Itaney Francisco Campos
Nasr Nagib Fayad Chaul
Nilson Jaime
Pedro Nolasco de Araújo
Ubirajara Galli

EDITORES TÉCNICOS

Eduardo F. Souza,
Portal de Periódicos Eletrônicos da
Universidade Evangélica de Goiás, Brasil

Natasha Sophie Pereira,
Portal de Periódicos Eletrônicos da
Universidade Evangélica de Goiás, Brasil

Adriana Sodré de Assis,
Portal de Periódicos Eletrônicos da
Universidade Evangélica de Goiás, Brasil

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIÁS (IHGG)

DIRETORIA 2025/2029

Presidente: Jales Guedes Coelho Mendonça
1º vice-presidente: Nilson Gomes Jaime
2º vice-presidente: Geraldo Coelho Vaz
3º vice-presidente: Elizabeth Abreu Caldeira Brito

Secretário-Geral: Jales Rodrigues Naves
1º secretário: Aidenor Aires Pereira
2º secretário: Itaney Francisco Campos

Tesoureiro: Pedro Nolasco de Araújo
1º tesoureiro: João Guilherme da Trindade Curado
2º tesoureiro: Giovana Galvão Tavares

1º orador oficial: Luiz Cláudio Veiga Braga
2º orador oficial: Abílio Wolney Aires Neto

1º bibliotecário (pinacoteca): Iúri Rincón Godinho
2º bibliotecário (biblioteca): Bento Alves Araújo Jayme Fleury Curado

Diretoria de Museu: Maria Terezinha Campos Santana
Diretoria de Arquivo: Eleuzenira Maria de Menezes
Diretoria de Revista: Ricardo Assis Gonçalves
Diretoria de Boletim: Hamilton Inácio Carneiro
Assessoria de História: Eliézer Cardoso de Oliveira
Assessoria de Geografia: Horieste Gomes

Conselho Fiscal
Eguimar Felício Chaveiro
Getúlio Targino Lima
Sandro Dutra e Silva

Suplentes Conselho Fiscal
Valterli Leite Guedes
Jacira Rosa Pires
Alexandre Ramos Caiado

Conselho Consultivo
Nasr Nagib Fayad Chaul
Wolmir Therezio Amado
Francisco Itami Campos
Ademir Ribeiro Hamú
Maria de Fátima Gonçalves Lima
Antônio César Caldas Pinheiro
Maria Narcisa de Abreu Cordeiro Pires
Ubirajara Galli Vieira
Maria do Rosário Cassimiro
Altair Sales Barbosa

SUMÁRIO

Carta Editorial 11

DISCURSO DO PRESIDENTE JALES GUEDES COELHO MENDONÇA NA POSSE DOS NOVOS SÓCIOS DO IHGG (Dia 31.01.2025) 15
Jales Guedes Coelho Mendonça

DISCURSO DE POSSE DO SÓCIO-TITULAR IRAPUAN COSTA JÚNIOR NO IHGG (DIA 31.01.2025) 19
Irapuan Costa Júnior

DISCURSO DE POSSE DA SÓCIA-TITULAR LENORA DE CASTRO BARBO NO IHGG (DIA 31.01.2025) HISTÓRIA & MEMÓRIA: ENTRE MUSAS E NINFAS 21
Lenora de Castro Barbo

DOMINGOS VELLASCO: HERDEIRO DE BULHÕES NA POLÍTICA E ANTAGONISTA DE PRESTES NA ESQUERDA.....28
Jales Guedes Coelho Mendonça

GOIÁS NÃO FOI CENÁRIO: GOIÁS FOI FUNDAMENTO DISCURSO DE LENORA DE CASTRO BARBO NA ABERTURA DA EXPOSIÇÃO "BRASÍLIA: O ALICERCE GOIANO DE UM SONHO BRASILEIRO", NO IHGG (Dia 05.12.2025) 47
Lenora de Castro Barbo

PLANALTO CENTRAL, ONDE REINAM AS ORÉADES – NINFAS DOS CAMPOS E PLANALTOS DISCURSO DE LENORA DE CASTRO BARBO NA RECEPÇÃO AOS HISTORIADORES NILSON JAIME, ADÃO DE OLIVEIRA E JALES MENDONÇA COMO SÓCIOS CORRESPONDENTES DO IHGDF (Dia 15.09.2025) 53
Lenora de Castro Barbo

CATALÃO, ENTRE CRIMES E CASTIGOS.....60
Nasr Fayad Chaul

A PROVÍNCIA DE GOIÁS NA GUERRA DO PARAGUAI 77
Pe. Murah Rannier Peixoto Vaz

HISTÓRIA E MEMÓRIA DO MUSEU COUROS DE FORMOSA 108
Daniel Victor Pereira Goveia da Guirra
Rildo Bento de Souza

OS 55 ANOS DO PLANETÁRIO JUAN BERNARDINO MARQUES BARRIO (UFG) 117
Michele Ferreira Martins
Rildo Bento de Souza

BERNARDO ÉLIS: UM IMORTAL DA ABL E O ESTIGMA DE SUA DESCONSTRUÇÃO IDEOLÓGICA 128
Nilson Jaime

ENTRE O PASSADO E O FUTURO: ESCOLHAS TRÁGICAS NO DILÚVIO EM BERNARDO ÉLIS E JOSEPH-DÉSIRÉ COURT 149
Ana Kelly Ferreira Souto Pinto

O UNIVERSALISMO NA OBRA DE BERNARDO ÉLIS 162
Itaney F. Campos

A CHACINA DO TRONCO: O PROCESSO E OS TRIBUNAIS 166
Abílio Wolney Aires Neto

JOSÉ MENDONÇA TELES – UM AMIGO DE LONGES DATAS 176
Geraldo Coelho Vaz

GOIÂNIA – AUTORIA DO PROJETO URBANÍSTICO DO SETOR OESTE 185
Narcisa Abreu Cordeiro

A DIFÍCIL DECISÃO SOBRE A MUDANÇA DA CAPITAL PARA GOIÂNIA – O FILME DE BERNARDO ÉLIS 191
Antônio Eustáquio da Silva (Taquinho)

Carta Editorial

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás n.º 36

Nesta edição da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG) são apresentados dezessete textos produzidos por escritores, pesquisadores e profissionais de diversos campos de saberes dedicados às pesquisas histórica, geográfica e literária produzidas em Goiás. Isso faz da Revista do IHGG um importante instrumento de divulgação da produção intelectual dos sócios ou parceiros do Instituto. Ademais, a publicação anual da Revista do IHGG demonstra o compromisso da gestão desta instituição com a divulgação e a democratização dos conhecimentos que interpretam a formação social, econômica e política de Goiás. Isso se evidencia por meio dos textos apresentados neste volume, de número 36, referente ao ano de 2025.

Esta edição da Revista do IHGG traz em sua abertura o discurso do presidente do Instituto, Jales Guedes Coelho Mendonça, na posse de novos sócios no dia 31 de janeiro de 2025. Os dois textos seguintes são igualmente os pronunciamentos exarados, na mesma solenidade, por Irapuan Costa Júnior e Lenora de Castro Barbo.

O quarto texto, de Jales Guedes Coelho Mendonça, intitula-se *Domingos Vellasco: herdeiro de Bulhões na política e antagonista de Prestes na esquerda* e representa uma importante fonte sobre a formação política de Goiás.

Na sequência, destacam-se dois textos de discursos proferidos por Lenora de Castro Barbo. O primeiro, intitulado *Goiás não foi cenário: Goiás foi fundamento*, refere-se ao discurso da autora na abertura da exposição "*Brasília: o alicerce goiano de um sonho brasileiro"*, no IHGG (Dia 05-12-2025). O segundo, *Planalto Central, onde reinam as oréades – ninfas dos campos e planaltos*, destaca o discurso

de recepção aos historiadores Nilson Jaime, Adão de Oliveira e Jales Mendonça como sócios correspondentes do IHGDF.

O sétimo texto intitula-se *Catalão, entre crimes e castigos*, de autoria do historiador Nasr Fayad Chaul. Nesse texto, o autor demonstra sua exímia capacidade interpretativa de eventos que marcaram a formação histórica de Goiás, neste caso, com destaque para o município de Catalão (GO).

O oitavo texto é de autoria do Pe. Murah Rannier Peixoto Vaz. Com o tema *A província de Goiás na Guerra do Paraguai*, baseado em vasta investigação documental, contribui com análises rigorosas de acontecimentos que fazem parte da história goiana.

Na sequência, o texto nono, *História e memória do Museu de Couros de Formosa – GO*, é de autoria de Daniel Victor Pereira Goveia da Guirra e Rildo Bento de Souza. Também com base em rigorosa pesquisa, os autores fortalecem o propósito da *Revista do IHGG* em publicar resultados de investigações históricas que fazem parte da constituição de Goiás. Neste caso, o elo entre história e memória é central nas análises sobre o Museu de Couros de Formosa (GO).

O texto *Os 55 anos do Planetário Juan Bernardino Marques Barrio (UFG),* de autoria de Michele Ferreira Martins e Rildo Bento de Souza é um documento sobre uma das mais relevantes instituições museológicas e de disseminação científica e Goiânia (GO) que é o Planetário Juan Bernardino Marques Barrio, da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Os textos onze a treze têm como elo central a interpretação sobre Bernardo Élis e sua obra literária. O décimo primeiro texto, intitulado *Bernardo Élis: um imortal da ABL e o estigma de sua desconstrução ideológica*, de autoria de Nilson Jaime, revela-se como uma contribuição rigorosa e inovadora sobre a obra e a vida bernardiana.

O décimo segundo texto, *Entre o passado e o futuro: escolhas trágicas no dilúvio em Bernardo Élis e Joseph-Désiré Court*, de Ana Kelly Ferreira Souto Pinto, também se apresenta com uma interpretação inovadora da obra do escritor Bernardo Élis e do pintor francês Joseph-Désiré Court, a partir do tema do dilúvio.

O décimo terceiro texto, *O universalismo na obra de Bernardo Élis*, de Itaney F. Campos, demonstra que em Bernardo Élis o regional não exclui o universal. Na obra do escritor goiano, os dramas humanos e a exploração do trabalhador rural são narradas com rigor estético e estilístico.

O décimo quarto, *A chacina do Tronco: o processo e os tribunais,* de Abílio Wolney Aires Neto, é uma importante contribuição às pesquisas sobre eventos que marcaram a história da formação social de Goiás-Tocantins. Ademais, aborda um tema que foi central na escrita do romance *O tronco*, do escritor goiano – Bernardo Élis.

Na sequência, destaca-se o texto *José Mendonça Teles – um amigo de longes datas*, de autoria do escritor Geraldo Coelho Vaz. Nesse texto, sublinha-se a importância da trajetória e obra do escritor José Mendonça Teles. Ao mesmo tempo, demonstra-se como José Mendonça Teles e Geraldo Coelho Vaz foram elos de amizade e produção literária em Goiás como dois expoentes das letras no estado.

No décimo sexto texto, *Goiânia – autoria do projeto urbanístico do Setor Oeste*, de Narcisa Abreu Cordeiro, destaca-se uma contribuição essencial para se compreender os projetos urbanísticos que fazem parte da história de Goiânia, neste caso, o do Setor Oeste.

Por fim, o décimo sétimo texto, de Antônio Eustáquio da Silva (Taquinho), informa ao público a existência de um filme inédito da lavra de Bernardo Élis.

Em resumo, espera-se que este novo número da *Revista do IHGG* cumpra seu propósito de divulgação e democratização do

conhecimento produzido no âmbito deste Instituto, fortalecendo, assim, a compreensão da história, da geografia e dos elementos culturais e políticos que constituem a formação de Goiás.

Boa leitura!

Ricardo Assis Gonçalves, D.Sc.
Editor-chefe

Nilson Jaime, D.Sc.
Editor-adjunto

Sandro Dutra e Silva, D.Sc.
Editor-adjunto

Altair Sales Barbosa, D.Sc.
Editor-adjunto

Discurso do Presidente Jales Guedes Coelho Mendonça na Posse dos novos sócios do IHGG (Dia 31.01.2025)

Jales Guedes Coelho Mendonça[1]

No século XVIII, durante a primeira grande corrida do ouro na América, os atuais Estados de Goiás e do Mato Grosso foram criados pelo rei de Portugal, dom João V, na mesma data (09 de maio de 1748) e desmembrados da mesma capitania de São Paulo. Goiás e Mato Grosso, com seus limites originários, perfaziam conjuntamente um território colossal – superior a 2,5 milhões de km² –, o equivalente a quase 1/3 da área do Brasil de hoje, motivo pelo qual ambos podem ser perfeitamente qualificados como o "grande oeste".

Apesar de irmãos gêmeos, Goiás e Mato Grosso desempenharam papéis diversos no projeto da América Portuguesa, sobretudo em razão de o Mato Grosso confrontar-se, por extensas divisas, com os domínios da Espanha, e Goiás, não. Diante dessa realidade geográfica incontornável, reservou-se às denominadas minas dos Goyazes a tarefa de provedoras do Mato Grosso na luta pela expansão das fronteiras e preservação dos marcos estabelecidos no Tratado de Madri de 1750, que revogou o anterior Tratado de Tordesilhas e ampliou sobremaneira para o lado ocidental os contornos espaciais brasileiros.

Apesar de os conflitos verificados na fronteira oeste ainda serem minimizados pela historiografia, que tem concentrado sua

1 Promotor de Justiça, Doutor em História (UFG), Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG), sócio correspondente brasileiro do IHGB, membro da AGL e autor do livro *A Invenção de Goiânia: o outro lado da mudança* (UFG, 2018, 2ª edição). E-mail: jalescoelhomendonca@gmail.com

análise nas disputas com os castelhanos no sul do Brasil, a verdade é que algumas evidências avultam a dimensão dessa constante tensão verificada no Mato Grosso, ou, como se escrevia nos documentos da época, "nos últimos domínios de Sua Majestade".

Nesse sentido, podemos mencionar a edificação, na margem direita do estratégico Rio Guaporé, do imponente forte do Príncipe da Beira, a maior construção militar portuguesa erigida fora da Europa no Brasil-Colônia, localizado no município de Costa Marques, estado de Rondônia. De igual modo, a edificação do Forte de Coimbra, no Rio Paraguai, encontrado em Corumbá, no Mato Grosso do Sul. Por fim, a transferência da capital mato-grossense e a construção de Vila Bela da Santíssima Trindade, sucessora de Cuiabá, também no Rio Guaporé, zona de divisa entre os portugueses e os hispânicos.

Para arcar com os elevados custos dessa tarefa estratégica de defesa da integridade territorial, Portugal escalou Goiás para dar o apoio logístico e material necessário ao Mato Grosso. O professor Fernando Lobo Lemes, ora empossado, estudioso do tema e dos arquivos ultramarinos, em seu interessante artigo intitulado "Goiás na arquitetura geopolítica da América portuguesa", ensina que, durante mais de duas décadas, o ouro extraído de Goiás, em grande medida, sustentou as atividades militares, a demarcação dos limites geográficos e a construção de fortificações na região fronteiriça. Com a obrigação de enviar, em média, 8 arroubas de ouro por ano, foram seguramente transferidos de Goiás, pelos nossos cálculos, entre 3.000 e 5.000 quilos do precioso metal.

Não é difícil imaginar os benefícios que essa verdadeira arca do tesouro carrearia para Goiás, caso aqui permanecesse, ainda que parcialmente. O interessante é notar que no século seguinte, especificamente no período imperial, a província goiana é invariavelmente retratada como pobre e até paupérrima, embora sempre rica em recursos naturais.

Senhores e Senhoras,

A informação acima é tão relevante quanto quase desconhecida, mesmo entre os interessados pelas coisas da terra dos Goyazes. Com efeito, é curioso observar que, a partir da função de provedor desempenhada por Goiás, identificamos uma clara associação com o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, porquanto a Casa da Memória Goiana igualmente tem como sua missão prover os nossos estudiosos com fontes, documentos e livros. Tal provisão instrutiva, por sua vez, alimenta o conhecimento, sacia a sede de saber e ajuda no impulsionamento de nossa evolução cultural e intelectual.

Nessa direção, o melhor exemplo encontra-se na hemeroteca digital do IHGG, criada em 2021 e, hoje, segundo a professora de Jornalismo da UFG, Rosana Borges, ora também empossada, representa o maior acervo sobre Goiás disponível gratuitamente na internet, superando até mesmo o conteúdo da Biblioteca Nacional neste particular.

A missão do IHGG, porém, não tem se limitado ao papel de provedor das pesquisas, o que já seria de grande valor, registre-se. Mas tem ido além, como produtor de novas reflexões, ressignificações e abordagens, a exemplo do projeto *Goiás +300*, que já publicou 6 livros, sob a edição geral do Prof. Nilson Jaime, bem como do livro *Goiânia, 90 anos*, repositório seguro para o centenário da cidade, além das tradicionais revistas.

Esperamos que o ano de 2025 traga uma forte intensificação nessa produção de novos conhecimentos, inclusive com o lançamento de nova trilogia do *Goiás +300*, principalmente agora com o ingresso de 22 novos sócios titulares e 11 correspondentes.

A chegada de vocês é saudada efusivamente por todos nós do IHGG, já que representa um robusto fortalecimento para a nossa instituição, além de uma lufada de renovação, na medida em que acrescenta tantos intelectuais talentosos, experientes e de altíssima qualificação, como faz prova o currículo de cada um.

Hoje, ingressam no IHGG médicos, engenheiros, jornalistas, juristas, historiadores, geógrafos, musicólogos, arquitetos e literatos, todos com serviços prestados a Goiás e ao Brasil. Essa diversidade gerará bons frutos.

Somos a primeira entidade cultural de Goiânia, apesar de fundada na antiga capital em 1932. Sociedade acadêmico-científica, de natureza privada, sem fins lucrativos, o IHGG é também suprapartidário, característica essa elevada à condição de princípio em nosso meio e de onde deriva a convivência interna respeitosa, tolerante e harmoniosa.

Sempre reverenciando os nossos presidentes antecessores pelo trabalho voluntário desenvolvido, sobretudo o meu leal preceptor Dr. Geraldo Coelho Vaz, temos buscado na atual gestão, com apoio de todos os sócios, realizar uma administração voltada para a parceria com a sociedade e sem recursos públicos, inclusive devolvendo os servidores públicos que eram gentilmente cedidos periodicamente ao IHGG, há mais de meio século.

É lícito consignar, ainda, que a Casa da Memória Goiana se transforma a cada dia em uma instituição múltipla, com a valorização não apenas da cultura, mas também da gastronomia, da arte, do lazer e do turismo. Conciliando sempre tradição e inovação, vamos avançando, mercê de Deus.

Por fim, em minha recente posse no IHGB, no Rio de Janeiro, optei por terminar meu pronunciamento com Bernardo Élis, ante o cinquentenário de sua eleição para a Academia Brasileira de Letras. No entanto, hoje, em reverência a Cora Coralina, encerro com um pensamento de nossa poetisa: "Alguém deve rever, escrever e assinar os autos do passado antes que o tempo passe tudo a raso."

Que cumpramos, irmanados, tal missão.

Sejam muito bem-vindos ao IHGG.

Obrigado.

Discurso de posse do sócio-titular Irapuan Costa Júnior no IHGG (Dia 31.01.2025)

Irapuan Costa Júnior[2]

Minha fala será curta, Senhores presentes, e por dois motivos: o primeiro deles diz respeito à sabedoria popular, que aprendi a respeitar em minhas quase nove décadas de existência. Ela diz que discursos devem ser breves. O segundo, pela evidência de que entre os empossados outros existem que saberiam fazer essa saudação melhor que eu, que estou aqui por ser o decano, mais um amador da História e da Geografia, do que um mestre como os professores Lenora Barbo, Thais Marinho, Adão Francisco de Oliveira ou Fernando Lemes, para citar apenas alguns. Mas tento me desincumbir.

Estamos todos aqui hoje, nessa posse, homens e mulheres oriundos dos mais diversos ofícios, mas com algumas coisas em comum. Muitos são do meio universitário, do magistério, como eu disse. Outros são de carreira jurídica, como o Dr. Ney Moura Teles e o Dr. Eliomar Pires Martins; outros da tecnologia, como Salatiel Correa, ou da medicina, como os doutores Waldemar Amaral e Diogo Vieira; outros ainda meio político como nosso eterno deputado Vilmar Rocha ou do meio jornalístico, como a Cileide Alves. E o que nos aproxima nessa solenidade, o que hoje de maneira igual nos alegra, mesmo que diferentes sejamos em nosso dia a dia? Não é difícil a resposta:

[2] Foi governador de Goiás (1975-1979). Escreve a coluna "Contraponto" no Jornal Opção, desde o início dos anos 2000. Traduziu obras do filósofo britânico Herber Spencer e publicou livros de crônicas do quotidiano. É membro titular do ICEBE, do IHGG e da Academia Goiana de Letras (AGL).

Inicialmente o interesse que temos todos nós pelas coisas do espírito, pelo conhecimento, pela fruição intelectual. Todos os empossados, das mais diversas profissões, aqui presentes, apreciam o saber, a literatura, as artes, a música, o belo, enfim. E todos prezam as coisas nossas, de Goiás. Todos carregamos na alma algo dos bandeirantes paulistas do século XVIII que aqui vieram, e dos nossos antepassados descobridores portugueses. Carregamos em nossas veias o sangue e em nossas consciências o fardo dos autóctones e de nossos irmãos africanos, que pagaram o preço maior pela nossa formação goiana. Todos aqui prezamos o conhecimento e as coisas nossas.

Mas há outro motivo de júbilo, que não existiria se essa solenidade ocorresse alguns anos atrás. Estamos em uma casa que nos recebe de maneira mais agasalhadora do que em todo o antes. Essa nossa presença, como sócios titulares ou correspondentes do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás se dá em ares mais risonhos. A Casa Rosada, antes um casarão com que poucos se importavam, de alguns tempos para cá se enriqueceu e passou a ser algo mais que uma instituição, e se transformou em museu, em biblioteca, em extensão de escolas, em espaço de exposição artística, em café de confraternização e tertúlia. E mais, passou a ser um lugar em que que nos sentimos bem, desde que o Jales Mendonça, sempre acolitado pelo Nilson Jayme e outros abnegados resolveram mudar as coisas por aqui. Por isso, todos nós aqui hoje empossados, ainda que diversos nas origens e ocupações, ostentamos a mesma alegria e o mesmo orgulho. Essa casa, o IHGG de hoje, tem algo mais além das instalações físicas impecáveis. Tem algo que transmite mais alegria, mais acolhimento. Tem algo que nos aproxima. Tem alguma coisa intangível, mas que lembra colo de mãe ou avó. Por isso, estamos jubilosos. E agradecidos. Aceite nossa colaboração e nosso abraço, caro Jales.

Discurso de posse de Lenora de Castro Barbo como sócia titular no IHGG (Dia 31.01.2025) História & Memória: entre musas e ninfas[3]

Lenora de Castro Barbo[4]

Esta manhã é, também, da história e da memória. Por isso, ao saudar os novos sócios acadêmicos do IHGG – essa plêiade de homens e mulheres que abrilhantam o nosso Goiás, o Tocantins, Brasília e Minas Gerais –, invoco uma das nove musas gregas, entidades que inspiraram a criação artística e científica.

Clio é a musa da história e da criatividade. É aquela que divulga e celebra as realizações, sendo ainda fiadora das relações entre os homens e as nações. Ao homenagear nossa musa, no século XVII, o pintor francês Pierre Mignard nos traz uma tela em cores fortes e generosas: Clio com um livro de Tucídides em uma das mãos, onde se dá o relato das realizações humanas. Na outra, segura uma trombeta – responsável pela anunciação, que se pode entender como a fama do acontecimento, a fama da História.

É com essa referência clássica que sublinho a particularidade desta manhã, nesta solenidade de posse, neste rito de passagem, de reconhecimento e, sobretudo, de comprometimento. Não por aca-

[3] Discurso de Posse, no dia 31 de janeiro de 2025, como Sócia Titular no Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, Cadeira n.º 56, Patrono Altamiro de Moura Pacheco.

[4] Doutora em Arquitetura e Urbanismo, pela Universidade de Brasília (UnB). Consultora Legislativa aposentada da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Sócia-fundadora do IHGT; Sócia Titular do IHGG e do IHGDF, onde é Diretora do Centro de Documentação. Sócia Titular do Icebe. Em 2019, recebeu o Diploma de *Destaque Cultural do Prêmio Jaburu,* concedido pelo Conselho Estadual de Cultura de Goiás, pela contribuição à cultura goiana com o *Projeto 200 anos de Saint-Hilaire em Goiás*. E-mail: lenorabarbo@gmail.com.

so, o Estado de Goiás – o meu Estado de Goiás, o nosso IHGG, o meu IHGG – vive este momento singular de sua relação com a memória e a história.

Há uma inquietude entre homens e mulheres, entre jovens e adultos, entre ações e instituições, entre valores, gestos e palavras. Há uma inquietude entre governados e governantes, entre os atos humanos e a natureza. Há uma inquietude entre Estados e nações. Portanto, há uma urgência no exercício da memória, no registro e na celebração da história, como a anunciação sugerida pela trombeta de Clio.

> A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje. Mas a memória coletiva não é somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. [...] Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens (Le Goff, 2013, p. 435 a 437).

No último dia 15 próximo passado, tive a honra e a alegria de assistir, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – o primeiro Instituto do país, fundado em 1838 – à posse do nosso presidente, o promotor público Jales Mendonça. No grande auditório do Instituto, de frente para a Praça Paris, mais de 80 convidados prestigiaram aquela celebração. Mais de 60 dos presentes eram do Estado de Goiás. Antes, durante e depois, dezenas de intelectuais e figuras públicas do nosso estado registraram suas homenagens ao nosso presidente.

Intelectuais de grande estatura nacional e internacional, como o historiador Arno Wehling, que presidiu o IHGB por 25 anos, e o professor da Universidade La Rochelle, na França, Laurent Vidal, autor do livro seminal sobre Brasília, também deram depoimentos destacando a vibrante atuação que Jales Mendonça imprimiu ao IHGG, inaugurando um novo modelo de gestão institucio-

nal que merece nossa admiração e aplauso. Sua articulação com a área empresarial e o diálogo com a sociedade conquistaram, de maneira notável, presença na vida cultural de Goiânia e de Goiás, distinguindo hoje o nosso IHGG entre todos os Institutos do país.

Mas, ao fazê-lo, certamente não estavam apenas reconhecendo o trabalho exitoso, louvável e extraordinário do nosso presidente, Jales Mendonça. Mais do que isso, alinhavam-se ao que a filosofia alemã chama de "espírito do tempo" – o conjunto de ideias, normas sociais, tendências culturais, intelectuais e morais de uma determinada época, em um determinado lugar, região, estado ou nação.

Esse plenário, que tenho a honra de saudar e recepcionar, diz muito deste momento, de suas distinções, desafios e compromissos. Não por acaso, o perfil dos novos sócios acadêmicos que ingressam nesta manhã, formalmente, em nosso IHGG, é tão distinto e elogiável em sua qualidade cidadã e intelectual.

Quando contemplo todos vocês nesta manhã memorável, vem-me à mente a sinfonia – ainda que silente – da trombeta de Clio, anunciando a fama do acontecimento, a fama da História.

Sublinhem-se as novas integrantes que hoje tomam posse. Acreditamos em transformar vidas por meio do conhecimento e do diálogo, honrando a memória de quem veio antes de nós – histórias de resistência e inspiração, da força e da ancestralidade de mulheres que moldaram nossa história com coragem, em um universo muitas vezes hostil.

Partilhamos do projeto inovador, ousado e transformador que é a *Coleção Goiás +300 – Reflexão e Ressignificação*, idealizada e coordenada pelo presidente do IHGG, Jales Mendonça, e pelo presidente do Instituto Bernardo Élis para os Povos do Cerrado, Nilson Jaime.

A *Coleção Goiás +300* propõe-se a publicar cerca de 18 livros sobre a história do grande Goyaz – que abrange Goiás, Brasília, To-

cantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul – com a participação, ao final, de cerca de 400 pesquisadores. O projeto propicia a aproximação entre autores de diferentes vinculações institucionais e formações acadêmicas distintas, contribuindo para ressignificações e reflexões mais amplas e enriquecedoras sobre o Goiás de ontem e de hoje.

Neste momento, tenho a responsabilidade, juntamente com meu amigo e parceiro João Guilherme da Trindade Curado, de organizar um livro da *Coleção Goiás +300* sobre o protagonismo de Goiás na mudança da capital para o Planalto Central. Brasília era a capital desejada por muitas gerações de brasileiros ao longo dos séculos, mas é preciso refletir sobre o não reconhecimento devido à participação goiana no processo de transferência e mesmo durante o período de construção da cidade – um lapso da história que pretendemos compreender e retificar.

Não posso deixar de registrar, neste momento da minha história pessoal, ao ingressar neste Instituto do meu estado de Goiás, a decisiva contribuição de meu pai, Manoel Demósthenes Barbo de Siqueira, engenheiro de minas e civil, diplomado pela Escola de Minas de Ouro Preto, turma de 1935. Com ele, aprendi a amar os livros – quanta saudade!

Em 1947, Manoel Demósthenes – fervoroso mudancista – investigou e documentou as razões políticas, econômicas e administrativas que sustentavam o Quadrilátero Cruls como o sítio que reunia a melhor solução geopolítica para a transferência da capital. Seu livro *Estudos sobre a Nova Capital do Brasil*, em meio aos embates políticos marcados por disputas entre mineiros e goianos, defendeu, técnica e apaixonadamente, a mudança da capital para o planalto goiano – exatamente onde hoje se encontra Brasília (Barbo de Siqueira, 1947).

Nas minhas pesquisas, mergulhei de corpo e alma para revisitar o passado onde meu pai vislumbrou o futuro.

Da Alexandria à Pérsia, da Grécia a Paris, o conhecimento sempre fascinou as civilizações em todos os tempos. Mas o que o Ocidente passou a experimentar no final do século XVIII e na primeira metade do século XIX era algo novo e distinto: o mundo moderno! A técnica, o conhecimento, a ciência e a razão se evidenciaram no olhar para o Novo Mundo – as Américas – com seus naturalistas (botânicos, zootecnistas, geólogos, cartógrafos, etnógrafos) ousados e intrépidos.

Carl Friedrich Philipp von Martius foi um desses gigantes que percorreu a então América Portuguesa pesquisando, registrando e anotando, sobretudo, a flora brasileira. Martius integrou a famosa Missão Austríaca, organizada pela Real Academia de Ciências de Munique, por determinação do imperador da Áustria, Francisco I, por ocasião do casamento de sua filha, Maria Leopoldina, que viria a ser Imperatriz do Brasil e primeira esposa do príncipe Dom Pedro de Alcântara.

Quando o IHGB, em 1843 – com apenas cinco anos de existência – lançou um concurso para a escolha de uma proposta historiográfica intitulada *Como se deve escrever a História do Brasil*, a proposta de Martius, vitoriosa, passou a ser referência metodológica para a historiografia brasileira de então.

Antes disso, de 1817 a 1820, Martius, aos 23 anos, juntamente com o médico, zoólogo e naturalista alemão, Johann Baptist Ritter von Spix, então com 30 anos, percorreu cerca de 14.000 km em caminhos terrestres, trechos fluviais e por via marítima, colhendo dados inéditos e amplos sobre o país. Em 1857, Martius publicou a primeira tentativa de caracterização fitogeográfica do território nacional brasileiro com as cinco províncias da flora (Martius, 1852/1857).

Cada uma dessas paisagens florísticas foi por ele denominada, certamente de forma alegórica, com os nomes das ninfas da mitologia clássica: *Napeias*, as deusas dos vales, depressões e colinas;

Náiades, as ninfas das águas doces; *Dríades,* das densas florestas de montanha; *Hamadríades,* que vivem e morrem com as árvores às quais pertencem e aguardam ansiosas o orvalho; e *Oréades,* que habitam as montanhas e cavernas.

Num estudo complementar, o historiador Paulo Bertran, em *História da Terra e do Homem no Planalto Central*, definiu com mais amplitude e precisão as *Oréades* de Martius:

> São as *Oréades* as ninfas dos campos e planaltos, tutelares, da região *Montano-Campestris*. São os cerrados do Planalto Central brasileiro [...] do coração da América do Sul (Bertran, 2000, p. 15 a 16).

Bem-vindos à nossa *Oréades,* onde estão o meu querido Goiás e a encantadora Brasília – que aqui também tenho a honra de representar, juntamente com os acadêmicos Jorge Henrique Cartaxo e Theodoro Menck, em nome do presidente Paulo Castelo Branco, do Instituto Histórico e Geográfico de Brasília, fundado por Juscelino Kubitschek, em 1960.

Agradeço ao presidente Jales Mendonça e a cada acadêmico deste Instituto Histórico e Geográfico de Goiás que aprovou meu nome para integrar tão seleto grupo.

Brindemos este momento único!

Muito obrigada!

Referências

BARBO DE SIQUEIRA, Manoel Demósthenes. **Estudos sobre a Nova Capital do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Agir Editora, 1947.

BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem no Planalto Central:** eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador. Brasília: Verano, 2000.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas, SP: Unicamp, 2013.

MARTIUS, Carl Friedrich Phillip von. **Dissertação: Como se deve escrever a história do Brasil.** *RIHGB*, 1845, p. 381-403.

MARTIUS, Carl Friedrich Phillip von. **Tabula Geographica Brasiliae et Terrarum Adjacentium exhibens Itinera Botanicorum et Florae Brasiliensis Quinque Provincias**, 1852/1857. *Biblioteca Nacional*. Disponível em: <https://bit.ly/30UIgf5>. Acesso em 05 out. 2018.

Domingos Vellasco: herdeiro de Bulhões na Política e antagonista de Prestes na esquerda

Jales Guedes Coelho Mendonça[5]

Domingos Netto de Vellasco, filho de Francisco d'Abbadia Vellasco e Anna Maria Netto de Vellasco, nasceu na Cidade de Goiás (Vila Boa) em 08 de outubro de 1899 e faleceu no Rio de Janeiro em 10 de março de 1973. Em sua movimentada existência, ocupou várias funções públicas de destaque, a saber: parlamentar em duas Assembleias Nacionais Constituintes (1934 e 1946) – único político goiano a ostentar essa dupla participação –, senador da República, deputado federal – eleito por dois estados (Goiás e Rio de Janeiro) –, ministro togado do Tribunal Superior do Trabalho (TST), secretário de Segurança Pública de Goiás, entre outras. Em síntese, exerceu cargos de expressão nos Três Poderes e cumpriu uma jornada de escol.

Influência do frei francês e de Leopoldo de Bulhões

Durante a infância, vivida integralmente na antiga capital de Goiás, Domingos Vellasco absorveu os ensinamentos do frei Henrique d'Abadie, dominicano francês que influenciou poderosamente sua concepção de mundo. Nasceu daí a base de seu cristianismo social – título, aliás, de um de seus livros. "A origem do socialismo estava na Bíblia, nas palavras de Jesus", costumava repetir à neta Ana Maria. Outro parente, Alarico Vellasco, conta que seus santos preferidos – São Tomás de Aquino, São Francisco de Assis

[5] Promotor de Justiça, Doutor em História (UFG), Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG), sócio correspondente brasileiro do IHGB, membro da AGL e autor do livro *A Invenção de Goiânia: o outro lado da mudança* (UFG, 2018, 2ª edição). E-mail: jalescoelhomendonca@gmail.com

e Santo Agostinho – eram também seus mestres, tanto que uma máxima supostamente atribuída ao último traduzia sua norma de ação, como católico: "Nas coisas certas, unidade de pensamento; nas coisas discutíveis, inteira liberdade. E em tudo, a caridade".

De acordo, ainda, com a família, o genitor Francisco Vellasco foi o primeiro goiano a alistar-se como voluntário para a Guerra do Paraguai. Ao participar de muitas batalhas, inclusive da famosa Retirada da Laguna, voltou das trincheiras como capitão honorário do Exército, patente que teria sido concedida pela princesa Isabel. Essa posição militar contribuiu para Francisco – homem sem grandes recursos financeiros – conseguir matricular o filho, Domingos, então um adolescente de 12 anos, no Colégio Militar no Rio de Janeiro, como aluno interno.

Sobre o recrutamento e a origem social dos oficiais do Exército durante a Primeira República (1889-1930), José Murilo de Carvalho, em seu *Forças Armadas e política no Brasil* (Todavia, 2019), constata que a "quase totalidade dos líderes tenentistas, por exemplo, era proveniente de famílias pobres". Na sequência, menciona o caso de Luís Carlos Prestes, João Alberto, Siqueira Campos e dos irmãos Távora, que "confessadamente entram para o Exército como o único caminho disponível para prosseguirem os estudos, dada a insuficiência de rendas familiares".

Após cinco anos de Colégio Militar, Domingos Vellasco decidiu seguir a carreira castrense, logrando ingresso na Escola do Realengo. De lá, graduou-se segundo-tenente, em 1920, na mesma turma de Juarez Távora que, após a Revolução de 1930, ficaria conhecido como o "vice-rei do Norte". A propósito, registre-se que o tronco genealógico dos Vellasco de Goiás descendia dos Távora de Portugal – clã brutalmente perseguido em meados do século XVIII pelo marquês de Pombal.

É bem provável que a primeira participação político-partidária de Vellasco tenha ocorrido na convenção do Partido

Democrata, realizada em 13 de maio de 1916 na Cidade de Goiás. A referida legenda congregou, em sua fundação (1909), inusitadamente, os três oligarcas que dominaram o estado por quase 90 anos: Leopoldo de Bulhões (1856-1928); Antônio Ramos Caiado (1874-1967); e Pedro Ludovico Teixeira (1891-1979).

Dessa *troika* deriva a melhor periodização da política goiana: i) ciclo bulhonista (1878-1912); ii) ciclo caiadista (1912-1930); e iii) ciclo ludoviquista (1930-nov./1964). A transição do primeiro para o segundo ciclo (1912) ocorre pelo expurgo dos bulhonistas do Partido Democrata (governista). De outro lado, a passagem do segundo para o terceiro ciclo decorre da Revolução de 1930, que retira do poder o grupo liderado por Antônio Ramos Caiado.

Apesar da presença de Vellasco no evento da sigla caiadista em 1916, a verdadeira identificação política e os principais ensinamentos provieram de Leopoldo de Bulhões: "É possível que as sucessivas entrevistas com Bulhões, que, aliás, me dispensava um tratamento quase paternal, tenham exercido sobre os meus 25 anos uma influência decisiva para a minha carreira política. Isto somente me honra", registrou Vellasco.

O trecho colacionado acima encontra-se no bojo de um artigo biográfico, escrito por Vellasco em 1971, sobre Joaquim da Cunha Bastos (1868-1945), prefeito da Cidade de Goiás (1932-1936) durante o agitado período da transferência da capital. Domingos justifica a análise pela afinidade e admiração nutrida por ambos pelo ex-ministro da Fazenda: "Joaquim da Cunha Bastos tinha sido o último bulhonista a ocupar cargo eletivo, o de senador estadual, enquanto eu era considerado por muitos como o herdeiro da linha política de Leopoldo de Bulhões em Goiás".

Em 1921, Vellasco serviu no 6º Batalhão de Caçadores, aquartelado na antiga capital de Goiás. Nesse ano, contraiu núpcias com a também vila-boense Irisbella Rosa Marques de Paula, com quem teve dois filhos: Colmar e Cleone. Ademais, iniciou sua atividade

jornalística defendendo a candidatura presidencial de Nilo Peçanha – de quem Bulhões havia sido ministro da Fazenda, entre 1909 e 1910. Tudo indica que, no ano seguinte (1922), mudou-se novamente para o Rio de Janeiro, agora ladeado pela jovem esposa.

Tenentismo e Manifesto Comunista de Prestes

Além das duas influências mencionadas – do frei francês e de Bulhões –, o tenentismo e os nove anos passados nas instituições de formação de oficiais do Rio de Janeiro constituem a terceira destacada influência sobre Domingos Vellasco. De acordo com Maria Cecília Spina Forjaz (*Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, FGV, 2001), o tenentismo foi um "movimento político-militar que se desenvolveu durante o período de 1920 a 1935, aproximadamente, sob a liderança dos 'tenentes', nome com que ficaram conhecidos os oficiais revolucionários da época". O historiador José Murilo de Carvalho concebe a existência de dois tenentismos: o primeiro, de 1889 a 1904; e o segundo, de 1922 a 1930.

Domingos Vellasco participou ativamente do segundo tenentismo, ao lado de tantos outros, como os já citados Juarez Távora, Luís Carlos Prestes, Eduardo Gomes e Cordeiro de Farias. Aliás, segundo a família, em decorrência de seu apoio ao levante de 5 de julho 1924, deflagrado em São Paulo, Vellasco acabou compulsoriamente aposentado no posto de primeiro-tenente por uma junta médica, "adredemente escolhida", que lhe deu apenas mais seis meses de vida. O memorialista Joaquim Rosa, em biografia de Vellasco – chamado de "o banqueiro" –, inserta na obra *De Totó Caiado a Pedro Ludovico* (Oriente, 1980), apresenta outra versão: sua reforma ocorrera "em consequência de acidente em serviço quando tenente de cavalaria".

Passando para a reserva, ele começou a trabalhar no Rio de Janeiro em negócios imobiliários com o irmão, o engenheiro Benedito Vellasco – a única personalidade citada por Pedro Ludovico no

discurso proferido durante o lançamento da pedra fundamental de Goiânia em 1933, registre-se. Ao mesmo tempo, pôde dedicar-se mais intensamente à política e ao jornalismo, encetando contundente oposição ao caiadismo, que censurava acremente, à época. Mais de quarenta anos depois, certificou as impressões digitais do bulhonismo em sua campanha:

> É verdade que, ao se organizar o Partido Republicano, e mesmo antes disso, procurei muitas vezes Leopoldo de Bulhões, em seu escritório da Rua São Pedro, no Rio, e dele recebia orientação e conselhos, não só para transmitir aos companheiros de Goiás, mas sobretudo para conduzir a campanha que eu desencadeava, na imprensa carioca e paulista, contra a situação dominante no Estado.

O aludido Partido Republicano de Goiás, fundado em 1927 na antiga capital, unificava três tendências: os bulhonistas, os dissidentes do Partido Democrata e a magistratura, rompida majoritariamente com o governo em 1926. Embora residindo no Rio de Janeiro, Vellasco integrou o diretório da agremiação e, pouco depois, encetou propaganda eleitoral em prol da chapa presidencial Getúlio Vargas/João Pessoa, derrotada no pleito de março de 1930 pela dupla Júlio Prestes/Vital Soares.

Em maio de 1930, Luís Carlos Prestes publicou seu manifesto de adesão ao marxismo-leninismo, cuja mensagem concitava os "trabalhadores das cidades e das fazendas, em completo entendimento com movimentos revolucionários anti-imperialistas dos países latino-americanos", a constituírem um novo governo. O teor do documento deixou perplexos os companheiros da Coluna Prestes – infatigável marcha que singrou o interior do Brasil anos antes –, pois as reivindicações revolucionárias de ontem, para Prestes, haviam se transformado em pauta reacionária.

Com efeito, ao comentar o manifesto prestista no artigo "Façamos Justiça", publicado no vila-boense *Voz do Povo*, Vellasco

patenteou o seu conceito sobre Prestes: "[...] homem de incontestável prestígio na massa popular e dotado de rara inteligência e extraordinária cultura científica". Confessando-se impressionado com a segurança pela qual o autor definira suas ideias, sintetizou seu ponto de vista: "divergindo da terapêutica violenta do exilado de Buenos Aires, eu não discordo de seu diagnóstico". A concordância no diagnóstico (leitura da realidade) e a divergência na terapêutica (estratégias e táticas manejadas) guardarão coerência durante toda a vida dos dois próceres antifascistas, conforme suceder-se-á novamente na década de 1940.

Em arremate, Vellasco fez questão de salientar uma mazela social que lhe incomodava bastante:

> [...] para nós que conhecemos as miseráveis condições de vida dos "queijeiros", dos "camaradas" e de todos os trabalhadores das fazendas, que constituem a maioria dos trabalhadores do sertão, o manifesto do chefe revolucionário é profundamente veraz, na parte descritiva.

É lícito supor que Prestes e Vellasco estudaram na mesma turma no Colégio Militar e na Escola do Realengo. Segundo Daniel Aarão Reis, biógrafo do "cavaleiro da esperança", ele se formou engenheiro militar em 30 de dezembro de 1919, colando grau em janeiro do ano seguinte. Em contrapartida, os dados sobre a conclusão de Vellasco são divergentes, oscilando entre 1919 (Alarico Vellasco) e 1920 (DHBB/FGV). De todo modo, é incontroverso que eles foram contemporâneos na fase de treinamento no Rio de Janeiro.

O primeiro obstáculo enfrentado por Prestes na Escola do Realengo foi vencer os "trotes", quase sempre muito violentos. Prestes conseguiu se safar sem maiores percalços, ao passo que Vellasco não logrou a mesma sorte, segundo sua neta Ana Maria:

> O veterano maior e mais pesado obrigou-o a ficar "de quatro" e fez as vezes de cavaleiro, no "lombo" do Vellasco. Meu avô teve que ficar dando voltas em torno

> da piscina do colégio, por quase quatro horas, com o veterano no "lombo", o que acabou por esmagar-lhe a rótula do joelho esquerdo, deixando-o aleijado, manco.

Além do vitalício transtorno físico, a lesão legou-lhe ainda dois outros desconfortos: uma inseparável bengala e o apelido de "manqueba", quase sempre lançado impiedosamente pelos adversários.

A inclinação de Vellasco pelas lutas sociais marca outra similitude com Prestes. O caso dos chamados "camaradas", enfrentado por Vellasco em dezembro de 1930, bem sintetiza a concepção semelhante: o trabalhador rural, ganhando um ínfimo salário por dia, em pouco tempo endividava-se com o fazendeiro, gerando um montante impagável. Para deixar o emprego, o "camarada" tinha duas opções: ou encontrava um novo patrão que saldasse sua dívida ou, simplesmente, fugia. Nesta hipótese, o proprietário recorria à polícia para prender o camarada "fujão". Naquela, a nova relação rapidamente convertia-se outra vez em total dependência.

Revolução de 1930 e aplicação do Socialismo Cristão

Apesar das derrotas em 1922 e 1924, o tenentismo, enfim, triunfa em 1930, sob a liderança do habilidoso Getúlio Vargas, autor da façanha de unificar o Rio Grande do Sul, estado tradicionalmente dividido. Com a vitória, Domingos Vellasco regressa rapidamente a Goiás a fim de participar da nova ordem política instaurada. Assim, aos 31 anos recém-completados, assume a Secretaria de Segurança Pública (SSP). Outrossim, avaliza junto ao movimento tenentista o nome de Pedro Ludovico para interventor. A respeito da nomeação ludoviquista, embora nunca ventilado pelos estudiosos, tudo leva a crer que o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Guimarães Natal – o único goiano a compor o STF até hoje –, desempenhou também saliente papel na escolha de seu companheiro de chapa na eleição de março de 1930.

Pondo em prática seu socialismo cristão (ou cristianismo social), no afã de vergar a obsoleta estrutura de quase escravidão vigente nas relações de trabalho do meio rural, Vellasco edita o decreto n.º 411, em 23 de dezembro de 1930. Em resumo, o ato autorizava a Secretaria de Segurança Pública (SSP) a fiscalizar a execução dos contratos de locação de serviços, desde que cumprissem, além das normas do Código Civil de 1917, cinco outras condições: i) contrato escrito, por tempo determinado, registrado na SSP e com cláusula aceitando as decisões do secretário; ii) os serviços não serem locados por salários inferiores aos estipulados na tabela de salário-mínimo editada no decreto; iii) todo o movimento de dinheiro entre patrão e camarada ser escriturado numa caderneta de conta corrente que ficaria em poder do camarada; iv) ser mensal o ajuste de contas; e v) o patrão não adiantar ao camarada mais do que 85% do salário mensal, salvo no caso de enfermidade na família.

"Estudamos o problema goiano dos 'camaradas' e procuramos resolvê-lo goianamente", explicou Vellasco ao carioca *Correio da Manhã*. Quarenta anos depois, rememorou os fatos: "Neguei-me a empregar a polícia na captura de camaradas. [...] A polícia não podia interferir nos casos criados pela locação de serviço, que era regulada pelo Código Civil. A cobrança de dívidas resultantes não podia ser resolvida pela polícia e sim pelo poder Judiciário". Lembrou ainda da reação dos fazendeiros: "[...] criou-se o caso e a onda se formou contra mim", bem como o relevante apoio de Joaquim da Cunha Bastos.

"Domingos Vellasco – um goiano precursor da legislação trabalhista", reconheceu, em 1985, o jornalista José Asmar, acrescentando as seguintes observações: "Extraem-se desse diploma (decreto n.º 411) várias certezas, dentre elas a de um ousado avanço para o instituto do salário mínimo, efetivo pela Consolidação das Leis do Trabalho (1º de maio de 1943)". Três décadas depois da referida ação na incipiente área do Direito do Trabalho, as incompreensões sofridas em 1930 foram recompensadas: em 1961, Vellasco toma posse como ministro togado do Tribunal Superior do Trabalho.

Bacharel em Direito pela Faculdade de Niterói em 1931, Domingos, no ano seguinte, pediu exoneração do cargo de secretário, mas manteve o vínculo com o governo goiano ao se tornar procurador do estado na capital federal, onde, aliás, voltou a residir. Ao ingressar no Clube 3 de Outubro, organização tenentista com o objetivo de apoiar os preceitos revolucionários, Vellasco replicou a iniciativa, em maio de 1932, em Goiás, com a seguinte composição: presidente: Domingos Vellasco; 1º vice-presidente: Eurico Perillo; 2º vice-presidente: João José Coutinho; 1º secretário: Claro Godoy; 2º secretário: Benedito Silva e tesoureiro: Hermógenes Coelho. Ou seja, o tenente do Exército liderando os chamados "tenentes civis", como Oswaldo Aranha e outros.

Com a eclosão da revolta paulista de 1932, o presidente do Clube 3 de Outubro de Goiás foi convocado a comandar as tropas anhanguerinas. Transformado em comandante-geral das forças goianas e coronel comissionado da Polícia Militar, Vellasco aceitou a missão ante a pretensão de eleger-se governador constitucional no futuro. Vitorioso no campo de batalha, na sequência, Domingos percorre o estado de Goiás no intuito de formar uma nova agremiação, que, especulou-se, poderia denominar-se "Partido Socialista Goiano".

A ideia não vingou, entretanto, no raiar de 1933, eis que surge o Partido Social Republicano (PSR). "O programa Partido Social Republicano, que então se fundou, refletia as tendências de Vellasco e a aprovação do mesmo pela convenção se deveu, principalmente, à sua real influência", admitiu Claro Godoy. No encontro de fundação do PSR, Vellasco foi aclamado como candidato a governador.

Constituinte Federal de 1934 e Coligação Libertadora

Na eleição de 3 de maio de 1933 para a Assembleia Nacional Constituinte, todas as quatro vagas reservadas a Goiás foram preenchidas pelo PSR (situacionista): Domingos Vellasco, Mário

Caiado, José Honorato e Nero de Macedo. A oposição goiana, portanto, não participou do nevrálgico momento institucional.

Na Constituinte, Vellasco relatou, em conjunto com Góis Monteiro, o capítulo da defesa nacional. Defendeu, em regra, as teses centralizadoras e nacionalistas do tenentismo, bem como das pequenas bancadas, como era o caso goiano.

Em um de seus mais destacados pronunciamentos no parlamento, Vellasco analisou com profundidade o que posteriormente viria a se consagrar como "coronelismo". Não por outra razão, Victor Nunes Leal mencionou, reiteradas vezes, em sua clássica obra sobre o tema, o aludido discurso, além do livro *Direito Eleitoral*, de autoria do tenente goiano.

Infere-se da bibliografia da referida publicação jurídica de Vellasco duas conclusões: a) ele dominava o francês e o espanhol. Seus familiares atestam que era fluente ainda em inglês e italiano; b) Oliveira Vianna e Alberto Torres, pensadores festejados pelo tenentismo, exerceram igualmente forte influência em Vellasco.

"Cindiu-se a política revolucionária de Goiaz", anunciou, em manchete, o *Lavoura e Comercio* no início de 1934, conjugando, lado a lado, as imagens de Pedro Ludovico e Domingos Vellasco. Rompido com o interventor, Domingos despendeu em 1934 grande esforço físico e mental para construir, nas asperezas da oposição, uma nova sigla.

No relevante Congresso de Ipameri, realizado nesta cidade em 25 de julho de 1934, surgiu o Partido Libertador Goiano. Sancionada no conclave a aliança com os caiadistas e os católicos, constituiu-se, em seguida, a Coligação Libertadora, frente única a abrigar as três alas. Era tempo de deixar de lado "os velhos antagonismos partidários". No acirrado pleito de outubro de 1934 para o preenchimento das 24 vagas da Constituinte Estadual e as quatro da Câmara Federal, os coligados obtiveram um terço das cadeiras do parlamento anhanguerino e um assento de deputado

federal – conquistado por Vellasco, o mais bem votado entre os eleitos.

Logo na abertura dos trabalhos da Constituinte de Goiás de 1935 – responsável pela soberana e inapelável decisão de prosseguir ou não com a construção da nova cidade-capital em Campinas –, os legisladores escolheram Hermógenes Coelho seu presidente e os membros da mesa diretora, bem como comutaram o interventor Pedro Ludovico em governador constitucional. Sem embargo, ainda em eleição indireta, sufragaram os situacionistas Nero de Macedo e Mário Caiado para as duas vagas do Senado Federal, malogrando assim as postulações da Coligação Libertadora, que lançou Emílio Póvoa para governador (ala católica); e Domingos Vellasco (ala libertadora) e Antônio Ramos Caiado (ala democrata) para os postos de senador. Em síntese, dos seis assentos reservados a Goiás no Congresso Nacional, a oposição amealhou somente um. Jalles Machado ficou como primeiro suplente de Vellasco.

Portanto, pelo que foi até agora narrado, merece um pequeno reparo a afirmação constante do *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* da FGV de que "no pleito de 14 de outubro de 1934, Vellasco elegeu-se deputado federal por Goiás na legenda do PSR, juntamente com Laudelino Gomes de Almeida e Claro Augusto de Godói". Na verdade, Vellasco se elegeu pela Coligação Libertadora (oposicionista), e o PSR amealhou três e não duas vagas, ante a vitória nas urnas do deputado Vicente Miguel.

Mais: o rompimento de Vellasco e Ludovico viabilizou a divulgação do desconhecido primeiro relatório da subcomissão incumbida de estudar as áreas que abrigariam a futura capital. Envolvido numa polêmica jornalística com o diretor do *Correio Official*, Vellasco divulgou o estudo que concluía por Bonfim (hoje Silvânia) e não por Campinas. Tal relatório foi localizado e transcrito no livro *A Invenção de Goiânia: o outro lado da mudança* (UFG, 2018), de autoria deste subscritor.

Destacada atuação parlamentar e brutal repressão

No ano de 1935, o deputado Domingos Vellasco teve um desempenho na Câmara dos Deputados de grande visibilidade. Os impressionantes 63 discursos pronunciados de maio (início da legislatura ordinária) a dezembro de 1935 comprovam a ponderação. A título de comparação, os outros três deputados de Goiás não discursaram, somados, a metade de Vellasco: Vicente Miguel: três; Claro de Godoy: quatro; e Laudelino Gomes: 24. De mais a mais, os líderes da maioria e minoria na casa, Pedro Aleixo e João Neves, respectivamente, discursaram 39 e 48 vezes. Não por acaso Vilma Keller (DHGG, FGV, 2001) o qualifica como "um dos líderes da minoria parlamentar".

No entanto, seu protagonismo talvez seja melhor retratado no instante da fundação do grupo parlamentar "pró-liberdades populares", constituído em 11 de novembro de 1935 por 20 deputados e 1 senador. Em nome do bloco, Vellasco leu em plenário o manifesto que ele mesmo confeccionara, conforme ressaltou Café Filho, futuro presidente do Brasil: "ao nobre amigo Sr. Domingos Vellasco coube redigir os principais itens do manifesto que lançamos à Nação, não com propósitos subversivos, mas pela ordem constituída, defendendo-a da ameaça iminente do integralismo". Essa projeção política vellasquista ao tempo em que fez crescer sua representatividade igualmente potencializou os riscos de futuras retaliações.

A precipitada explosão da insurreição comunista em Natal, Olinda e Recife, em 23 e 24 de novembro de 1935, levou Luís Carlos Prestes, que tramava uma revolução havia algum tempo no país, a irrompê-la também no Rio de Janeiro, no dia 27. Sufocada rapidamente nas cidades nordestinas, o golpe da Aliança Nacional Libertadora (ANL) sucumbiu, de igual modo, na capital federal. Circunscrito a duas unidades militares – 3º Regimento de Infantaria e Escola de Aviação –, o levante terminou abafado, entre outras causas, pela colaboração do agente duplo Johnny de Graaf, infiltrado no

movimento comunista internacional, mas, na verdade, a serviço da agência de informação britânica MI6 (Military Intelligence 6).

Especializado em explosivos, Johnny programara a destruição dos documentos depositados no cofre da célula revolucionária, caso naufragasse a rebelião. Todavia, informada do dispositivo, a polícia política varguista conseguiu botar a mão em um verdadeiro tesouro, desbaratando os passos percorridos pela conspiração, consoante se depreende do relatório do delegado Bellens Porto.

Fragilizado, Vargas não vacilou em transformar a quartelada em espantalho. Insuflando o seu real perigo para a estabilidade institucional, o presidente usou a fracassada intentona como pretexto para se fortalecer. Ademais, o comprovado apoio da União Soviética mobilizou o latente sentimento anticomunista da sociedade e gerou a "união sagrada contra o comunismo", no dizer do historiador Edgard Carone. Tal unidade de propósitos ajuda a entender o motivo pelo qual o Congresso Nacional aprovou, a toque de caixa, todas as medidas de corte autoritário requeridas pelo Executivo na sequência. "A hora é de salvar o regime", advertiu o deputado Barbosa Lima Sobrinho, sintetizando a mentalidade hegemônica no Parlamento.

No dia 25 de novembro de 1935 – antes, portanto, das ações desencadeadas no Rio de Janeiro –, Vargas solicitou a decretação do estado de sítio aos legisladores, que, por ampla maioria, autorizaram sua vigência pelo prazo de 30 dias, em todo o território nacional. A oposição, apesar de concordar com a medida, advogou sua limitação apenas aos estados com ocorrências revolucionárias.

"Voto contra o estado de sítio. O Governo já está suficientemente armado com a Lei de Segurança Nacional. Se ele não conseguiu, como não conseguirá, deter o descontentamento que lavra em todas as classes sociais – não foi por faltarem os meios legais", declarou, por escrito, Domingos Vellasco, na aludida sessão do dia 25.

Depois da aprovação da medida de emergência, o governo enviou ao poder Legislativo um rosário de outras propostas centralizadoras, a começar pelo insólito "estado de guerra", mais repressivo do que o já rigoroso estado de sítio. A concessão do estado de guerra suspendeu, em março de 1936, uma série de garantias constitucionais, inclusive a imunidade parlamentar, pedra angular da democracia liberal. Executado nas unidades federativas pelos governadores, o estado de guerra foi renovado, a cada 90 dias, até 1937 e legitimou uma fase de brutal censura e perseguição no Brasil.

"Escritores como Graciliano Ramos e Lins do Rêgo, jornalistas, muitos dos quais nem eram da ANL, foram encarcerados e submetidos a humilhações e espancamentos. O prender, para o chefe da polícia, havia se transformado em psicose", registrou o memorialista Leônico Basbaum. Muitos outros intelectuais conheceram o cárcere, a exemplo do escritor Jorge Amado, do pedagogo Anísio Teixeira e da médica Nise da Silveira, pioneira no tratamento humanitário de esquizofrenia. Para o brasilianista R. S. Rose, "a onda de terror que surgiu nas últimas semanas de 1935 foi a maior dessa espécie na história do país".

De acordo com Lira Neto, uma tempestade de histeria e clamor popular anticomunista institucionalizou a tortura como procedimento de investigação; navios viraram penitenciárias flutuantes; jornais oposicionistas foram empastelados e mais de 7.000 pessoas acabaram encarceradas apenas nos seis meses posteriores à intentona. Ademais, criou-se até uma "Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo", presidida pelo jacobino deputado federal Adalberto Correia, que cogitou inclusive na aplicação da pena de morte.

Prisão do único congressista da oposição goiana em 1936

Ao combater as medidas draconianas do governo, Vellasco apelou ao presidente da República que fiscalizasse o uso da "verba secreta da polícia" e acrescentou: "Verá S. Ex. que, fechando ho-

nestamente os cofres públicos, falirão os 'industriais' do pânico e cessarão as delações dos candidatos aos cargos ora ocupados pelos suspeitados. E o 'terrorismo' brasileiro desaparecerá rapidamente".

Como era previsto, os comentários geraram a ira do chefe de Polícia Filinto Müller, que transmitiu um telegrama desaforado a Domingos Vellasco: "Você não teve a coragem para correr mesmo risco seus companheiros que se revoltaram, não tem autoridade moral para fazer alusões emprego de verbas polícia". No mesmo dia, Vellasco respondeu, em telegrama, no mesmo tom: "Ninguém melhor que você sabe que não tive sequer conhecimento revolta de novembro. Entretanto você me empresta atitude que tomou, quando desertou Revolução 1924, traindo seus companheiros, conforme ordem do dia general Miguel Costa".

Em 23 de março de 1936, o deputado goiano e mais quatro parlamentares – João Mangabeira (Bahia), Abguar Bastos (Pará), Otávio da Silveira (Paraná) e o senador Abel Chermont (Pará) – foram presos, sob a acusação de estarem planejando um novo ataque à ordem constitucional.

"Deputados e oficiais do Exército também entram na lenha", ouviu Vellasco, perplexo, ao identificar-se aos seus carcereiros. As ameaças convolaram-se em espancamento em relação ao senador Abel Chermont. "Os cinco congressistas foram mantidos em solitárias nos primeiros dois meses, sem direito sequer aos privilégios de ar fresco dados aos presos comuns", salientou o brasilianista Robert Levine.

Agora os discursos de Vellasco simpáticos às causas da ANL e Prestes, anteriores à intentona, transformavam-se em arma contra o parlamentar. Eis o trecho de um deles: "E é sob esse aspecto que defendo o Sr. Luís Carlos Prestes, a quem conheço desde a infância. Sei que ele é incapaz de desonestidades".

Os dissabores de Vellasco não se resumiram ao encarceramento: "Foram cassadas as patentes do [...] tte. reformado Domin-

gos Vellasco", noticiou o *Correio Official* de Goiás. A propósito, em Goiás, que não era uma ilha democrática cercada por um Brasil autoritário, como quer fazer crer a narrativa oficial e a literatura mudancista, a repressão também esteve vistosamente em cartaz e com um acréscimo: o espantalho comunista uniu-se ao fantasma antimudancista.

Permanecendo preso por mais de um ano, a única voz da oposição goiana no Congresso Nacional acabou silenciada, porquanto o primeiro suplente, Jalles Machado, não pôde assumir a vaga.

Ao julgar Domingos Vellasco, em maio de 1937, o Tribunal de Segurança Nacional absolveu-o. Retornando à tribuna parlamentar, Vellasco voltou a responsabilizar o chefe de Polícia Filinto Müller por sua detenção. Joaquim Rosa sustenta que Getúlio guardara mágoa de Vellasco por não ter votado nele na eleição indireta de 1934: "Tendo arranhado a vaidade de Vargas no caso da eleição e pisado nas suscetibilidades do poderoso javert getuliano, a dupla aproveitou-se do comportamento de Vellasco com a Aliança Nacional Libertadora e forçou a barra."

Para as eleições de janeiro de 1938, Vellasco declarou apoio à candidatura presidencial de José Américo, alinhado ao presidente Vargas e, por consequência, ao governador Ludovico. Esse posicionamento contrariou majoritariamente sua base política, aquartelada agora na União Democrática Brasileira (UDB), agremiação criada para respaldar o nome de Armando de Salles Oliveira, e presidida em Goiás pelo deputado estadual Hermógenes Coelho, antigo tesoureiro do Clube 3 de Outubro. Entretanto, o golpe de 10 de novembro de 1937 liquidou a consulta popular prevista e instalou de vez a chamada ditadura do Estado Novo (1937-1945).

Primeiro presidente da UDN/GO e polêmica com Prestes

O ano de 1945 marcou o fim da Segunda Guerra e a volta da democracia no Brasil. Como tradicionalmente acontece por

ocasião da retomada das liberdades públicas, uma Assembleia Nacional Constituinte foi convocada para pacificar a sociedade e selar um novo pacto social e político. Nesse ambiente, Vellasco integrou-se à corrente que lutava pela queda da ditadura getulista. Participou ativamente, no Rio de Janeiro, da fundação da União Democrática Nacional (UDN), frente ampla sucessora da UDB de 1937 a congregar várias tendências, inclusive a "esquerda democrática" – ala à qual Domingos se filiava.

Após auxiliar na constituição da seção goiana da UDN e sagrar-se seu primeiro presidente, Vellasco se elegeu deputado federal pela sigla udenista, em dezembro de 1945, junto com Jalles Machado. Em contrapartida, o PSD/GO elegeu sete parlamentares – cinco deputados (Albatênio Godoy, Diógenes Magalhães, Galeno Paranhos, João d'Abreu e Guilherme Xavier de Almeida) e dois senadores (Pedro Ludovico e Dario Cardoso). A despeito de os resultados eleitorais não terem sido tão discrepantes entre as duas legendas – PSD: 39.378 e UDN: 31.822 –, as regras que normatizaram o pleito favoreceram bastante os pessedistas.

Durante a Constituinte de 1946, o deputado Jalles Machado proferiu, em junho, um discurso, fracionado em cinco dias distintos, intitulado "Quinze anos de ditadura do ex-interventor Pedro Ludovico". Ele se inspirou na chamada "Semana Mineira", série de pronunciamentos enunciados pelos sete articulados integrantes da UDN/MG no afã de esquadrinhar a gestão do interventor Benedito Valadares.

No entanto, ao contrário da sincronizada bancada da UDN de Minas Gerais, a "Semana Goiana" afigurou-se em um concerto de uma só voz. Isso porque Domingos Vellasco optou pelo silêncio, não abrindo a boca durante os cinco dias da exposição de Jalles. Tal situação, que obrigou o orador udenista a enfrentar sozinho os sete representantes do PSD/GO, inclusive o próprio senador Pedro Ludovico, aprofundou o distanciamento de Vellasco com Jalles

e a própria UDN/GO. Pouco tempo depois do discurso, porém, a "esquerda democrática" – mais tarde Partido Socialista Brasileiro (PSB) – obteve o seu registro formal na Justiça Eleitoral, possibilitando, enfim, o ingresso de Vellasco na nova legenda.

A edição de 20 de junho de 1948 do carioca *Diário de Notícias* estampou, em manchete, o artigo intitulado "A incapacidade política dos dirigentes comunistas", do líder socialista Domingos Vellasco, com críticas aos posicionamentos assumidos pelo Partido Comunista do Brasil desde a abertura política em 1945, ocasião em que a legenda decidiu não se incorporar à UDN.

No mês seguinte, a revista *Problemas*, orientada por Carlos Marighella, divulgou uma extensa resposta – contendo várias páginas – de Luís Carlos Prestes sob a epígrafe "O imperialismo em busca de novos quadros". No texto, Prestes fez uma veemente defesa da agremiação comunista e alguns ataques ao crítico socialista, "hoje banqueiro ilustre", chegou a provocar.

O debate e a dimensão da contestação prestista ilustram o grau de respeito que as opiniões vellasquistas granjeavam na capital federal. Não é exagerado dizer que Domingos Vellasco figura entre os mais preparados parlamentares goianos com atuação no Congresso Nacional. O próprio Joaquim Rosa, crítico dos cálculos políticos e das contradições vellasquistas, sobretudo de sua versatilidade em aliar-se a antigos adversários, reconhece: "homem de notável cultura geral, talvez o mais capacitado do (estado de) Goiás contemporâneo".

Sua trajetória necessita ser melhor conhecida e pesquisada, malgrado existirem estudos nesse sentido, além dos já supracitados. O mais importante deles é, sem dúvida, a obra *Vellasco: paladino do socialismo*, de Luiz Contart (ed. do autor, 1995), repositório de vários documentos valiosos, alguns raríssimos. O artigo "Domingos Vellasco: o resgate do criador do Partido Socialista Brasileiro", do jornalista Euler de França Belém (*Jornal Opção*, edição de 9 a

15 de outubro de 2011), pela profundidade analítica, também merece ser lembrado. Em arremate, até por ter servido de base para o vertente ensaio e conter as devidas citações bibliográficas, menciona-se, ainda, o artigo acadêmico intitulado "O estado de guerra cala a única voz da oposição goiana no Congresso Nacional em 1936", da lavra deste subscritor, publicado na Revista n.º 27 (2016) do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG).

Goiás não foi cenário: Goiás foi fundamento Discurso de Lenora de Castro Barbo na abertura da Exposição "Brasília: o Alicerce Goiano de um Sonho Brasileiro", no IHGG (Dia 05.12.2025)

Lenora de Castro Barbo[6]

Ilustríssimo senhor presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, Jales Guedes Coelho Mendonça; Ilustríssimo senhor desembargador Breno Caiado; aqui representando as famílias dos que agiram em nome e em defesa de Goiás; Um agradecimento especial aos apoiadores desta exposição, que tornaram sua realização possível: Ilustríssima senhora Narcisa Abreu Cordeiro, arquiteta e urbanista, sócia emérita desta Casa; Ilustríssima senhora Maria Luiza Póvoa Cruz, do escritório MLPC Advogados Associados; Ilustríssimo senhor Jalles Fontoura de Siqueira, em nome da empresa Jalles Machado; Aos representantes das empresas São Salvador Alimentos; Unimed Goiânia; Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino; e ao Ilustríssimo senhor presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, Theodoro Mascarenhas Menck; e, ainda, o registro necessário dos parceiros na construção deste projeto audacioso: Cara Vanessa Resende e equipe, museóloga, com quem tive o prazer de dividir a curadoria desta exposição; Caro Antonio Eustáquio, Taquinho, cineasta, diretor do excelente documentário, que leva o mesmo

[6] Doutora em Arquitetura e Urbanismo, pela Universidade de Brasília (UnB). Consultora Legislativa aposentada da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Sócia-fundadora do IHGT; Sócia Titular do IHGG e do IHGDF, onde é Diretora do Centro de Documentação. Sócia Titular do Icebe. Em 2019, recebeu o Diploma de *Destaque Cultural do Prêmio Jaburu,* concedido pelo Conselho Estadual de Cultura de Goiás, pela contribuição à cultura goiana com o *Projeto 200 anos de Saint-Hilaire em Goiás*. E-mail: lenorabarbo@gmail.com.

nome que a exposição; e Caríssima confreira e presidente da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás, Andréa Luísa Teixeira, musicista premiada que, ao piano, juntamente com Alba Franco, voz, e Diego Amaral, percussão, brindou-nos com as marchinhas da mudança da capital.

Caros confrades e confreiras; amigos e familiares; senhoras e senhores.

Nessa noite memorável, reunimo-nos com o nobre propósito de celebrar a memória de homens e mulheres que lutaram por Goiás e deixaram um legado perene – um legado que nos cabe conhecer, honrar e manter vivo, como uma chama que atravessa o tempo.

A exposição **Brasília: o alicerce goiano de um sonho brasileiro**, que hoje o IHGG inaugura, idealizada pelo presidente Jales Mendonça, é um convite para revisitarmos a origem de um dos capítulos mais inspiradores da nossa história nacional: a construção de Brasília, erguida no coração do Planalto Goiano, em 1960, e o papel essencial que Goiás desempenhou na realização desse ideal coletivo.

Mais que uma celebração, esta exposição propõe uma imersão na longa jornada da transferência da capital – do litoral ao interior, da borda ao centro, da margem ao coração do País. É um movimento que atravessa o século XIX, inspirado por vozes como Hipólito da Costa e José Bonifácio, e que encontra sua materialidade na ousadia modernizadora de Juscelino Kubitschek.

A mostra reúne objetos de protagonistas, documentos oficiais, matérias da imprensa, mapas, registros audiovisuais e acervos fotográficos que revelam a dimensão humana, política e geográfica desse projeto monumental. Cada peça exposta ecoa a convicção de que o centro geográfico do país poderia ser também o centro da identidade do Brasil. Cada registro ressignifica a presença goiana, evidenciando sua liderança, sua coragem e sua capacidade de decisão.

Ao final do percurso, impõe-se uma certeza: Goiás não foi cenário. Goiás foi fundamento.

Por mais de um século e meio, entre debates, embates e esperanças, o Estado se ergueu como voz e força na construção desse sonho brasileiro. Este Planalto, que hoje acolhe a capital, desde o início já despontava como baluarte inexpugnável: o mesmo chão visto *in loco* por Varnhagen, o mesmo chão demarcado pela Comissão Cruls, o mesmo chão onde Glaziou identificou, no silêncio das águas, o pressentimento de Brasília.

Mas... Não é assim que o papel desempenhado pelos representantes de Goiás está gravado na história que hoje é repetida nas escolas, nos parlamentos, nas casas de cultura, nem no nosso próprio Estado.

Perguntem ao seu vizinho quem construiu Brasília.

Quantos goianos ele será capaz de citar?

Perguntem, por que Brasília está aqui, tão próxima, irradiando progresso até os confins da Amazônia?

Perguntem aos professores de Geografia, quantas expedições vieram depois da Comissão Cruls?

Perguntem, quantas Comissões Cruls foram a campo?

Será que sabem que foram duas?

Saberiam, ainda, que essas comissões buscavam o melhor sítio, o ponto geográfico ideal, o encontro das águas, o espigão-mestre, o ponto geopolítico único de todo o território brasileiro?

E sabem eles por que, mais de cento e cinquenta anos depois, este lugar ainda prevaleceu?

Foi porque, senhoras e senhores, desde o início da República, sempre houve alguém por Goiás – na hora certa e no lugar certo.

A Constituinte de 1890 travou um debate decisivo, e ali estavam parlamentares goianos, presentes e firmes, subscrevendo

a emenda que gravou na Constituição de 1891 a determinação da mudança da capital e a criação de uma comissão exploradora.

Em 1892, foi nomeada a Comissão que, sob o comando do astrônomo Luiz Cruls, reuniu cientistas altamente qualificados. E, mais uma vez, lá estava um goiano: Henrique Silva, de Bonfim – hoje Silvânia.

Em 1893, o relatório foi concluído, demarcando o famoso Quadrilátero Cruls. E, imediatamente, no dia 19 de agosto, foi protocolado o Projeto de Lei 245/1893, que autorizava a instalação de uma administração provisória na zona destinada à futura capital da União.

A segunda Comissão Cruls nem havia sido formada, e já havia um projeto de lei colocando a transferência em movimento.

Um projeto de lei que em 12 artigos estabeleceu um sistema de medidas para que se realizasse a mudança da Capital Federal no mais breve prazo de tempo possível.

O primeiro ato concreto, simbólico e efetivo – o primeiro gesto que deu partida à mudança – foi apresentado por um goiano!

Em parceria com Belarmino de Mendonça, deputado pelo Paraná, o constituinte Sebastião Fleury Curado fez história. Procurador da República por duas décadas, pai de Augusto da Paixão Fleury Curado – cuja presença reverenciamos neste auditório que leva seu nome – ele deu o passo inaugural rumo à capital que viria.

E, assim, seguimos.

A exposição comprova que Goiás esteve presente desde o primeiro instante da República até o dia da inauguração de Brasília, em 21 de abril de 1960. Sempre houve um goiano – nos estudos técnicos, nas disputas geopolíticas, nas expedições científicas, nos parlamentos e nas decisões cruciais.

Não nos furtamos aos embates. Nem aos debates. Nem às negociações.

Cada arena era uma oportunidade.

Cada oportunidade, um avanço.

O presidente Juscelino gravou em mármore, no Museu da Cidade, na Praça dos Três Poderes, em Brasília, as seis datas essenciais da transferência da capital:

- **1789** – Inconfidência Mineira – antevisão da liberdade;
- **1891** – Constituição Republicana determina a mudança;
- **1955** – O comício de Jataí;
- **1956** – Projeto do presidente JK cria a Novacap;
- **1956** – Dia 2 de outubro, JK visita pela primeira vez o sítio da futura capital e determina o início das obras;
- **1960** – Dia 21 de abril, inauguração de Brasília.

Dessas seis datas, em cinco delas estivemos presentes!

Mas... Após a inauguração, começou o silenciamento sobre o protagonismo de Goiás nessa história, que é uma das mais ousadas e inspiradoras do Brasil moderno.

Em 1991, Jerônymo Coimbra Bueno esteve em Goiânia a convite da confreira Narcisa Abreu e, mais uma vez, provando sua extraordinária visão e capacidade de articulação, fez um chamamento aos goianos – é de nossa responsabilidade a preservação do papel de Goiás nessa belíssima história e devemos cuidar desse legado!

O presidente Jales Mendonça, ao idealizar esta exposição e documentário, cumpre uma missão institucional e dá a essa Casa a grandeza que ela merece, como guardiã da nossa memória.

Fico emocionada quando me lembro que coube a mim a honra de ser convidada por ele para conduzir, juntamente com a museóloga Vanessa Resende, o desafio de contar essa história grandiosa de nosso Estado. Agradeço, presidente, a confiança, a liberdade

de trabalho e a possibilidade de mergulhar tão fundo na nossa história e me aproximar dos nossos personagens, para conhecer e me inspirar no caminho que eles escreveram.

E, após esse percurso, afirmo com convicção, presidente Jales: esta exposição precisa percorrer o País.

Precisa, inclusive, alcançar palcos internacionais – como Brasília alcançou o mundo durante sua construção, encantando-o por sua beleza e por sua ousadia.

Porque esta é uma história que merece ser contada.

Esta é uma história que vale a pena ser conhecida.

Sigamos.

Muito obrigada a todas e a todos que hoje vieram celebrar conosco este momento tão especial.

Planalto Central, onde reinam as *Oréades* – ninfas dos campos e planaltos[7] Discurso de Lenora de Castro Barbo na recepção aos historiadores Nilson Jaime, Adão de Oliveira e Jales Mendonça como sócios correspondentes do IHGDF (Dia 15.09.2025)

Lenora de Castro Barbo[8]

Nesta tarde de 15 de setembro de 2025, aqui, no Instituto Histórico e Geográfico de Brasília, confirma-se um poderoso encontro entre três Institutos Históricos e Geográficos do Planalto Central: do Distrito Federal, de Goiás e do Tocantins. Coube a mim a honra e o privilégio de saudar os historiadores Nilson Jaime, Adão de Oliveira e Jales Mendonça como sócios correspondentes desta Casa.

Caros amigos, é um prazer recebê-los em nossa Casa, que agora passa a ser também de cada um de vocês!

Já em 1857, o bávaro Carl Friedrich Philipp von Martius, naturalista ousado e intrépido, publicou a primeira tentativa de caracterização fitogeográfica do território nacional brasileiro, quando registrou cartograficamente a *Florae Brasiliensis Quinque*

[7] Discurso de Recepção aos historiadores Nilson Jaime, Adão de Oliveira e Jales Mendonça como sócios correspondentes do IHGDF.

[8] Doutora em Arquitetura e Urbanismo, pela Universidade de Brasília (UnB). Consultora Legislativa aposentada da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Sócia-fundadora do IHGT; Sócia Titular do IHGG e do IHGDF, onde é Diretora do Centro de Documentação. Sócia Titular do Icebe. Em 2019, recebeu o Diploma de *Destaque Cultural do Prêmio Jaburu,* concedido pelo Conselho Estadual de Cultura de Goiás, pela contribuição à cultura goiana com o *Projeto 200 anos de Saint-Hilaire em Goiás*. E-mail: lenorabarbo@gmail.com.

Provincias. Cada uma dessas paisagens florísticas foi por ele denominada – certamente de forma alegórica – com os nomes das ninfas da mitologia clássica: *Napeias, Náiades, Dríades, Hamadríades e Oréades* (Martius, 1852/1857).

Na sua *História da Terra e do Homem no Planalto Central*, o inescapável historiador Paulo Bertran definiu as *Oréades* de Martius:

> São as *Oréades* as ninfas dos campos e planaltos, tutelares, segundo Von Martius, da *Regio Montano-Campestris*. São os cerrados do Planalto Central brasileiro, bonsais, jardins japoneses do coração da América do Sul (Bertran, 2000, p. 15 a 16).

Bem-vindos às nossas *Oréades*, em cujo leito se debruçam Goiás, sede do pioneiro IHGG, fundado em 1932; Brasília, sede do IHGDF, fundado por Juscelino Kubitschek em 1960; e Tocantins, sede do IHGT, recém-fundado em 2024.

Dr. Nilson Gomes Jaime

Goiano de Palmeiras de Goiás, descendente de mamelucos paulistas e colonizadores ibéricos, pioneiros nas Minas de Goiás, em 1722, e de outros que chegaram a Meia-Ponte, hoje Pirenópolis, em meados do século XVIII, vindos de Santana de Parnaíba (SP).

Engenheiro agrônomo, mestre e doutor em Agronomia pela Universidade Federal de Goiás, lecionou nessa instituição por cinco anos, tendo atuado também no setor privado como consultor de agroindústrias de alimentos e usinas de açúcar no Estado de Goiás, por mais de quinze anos.

Fez concurso e atua há 31 anos como auditor fiscal da Receita Estadual do Tocantins, estado no qual foi sócio-fundador do Instituto Histórico e Geográfico, tornando-se seu primeiro vice-presidente, função que ainda ocupa.

Ativista e gestor cultural, foi superintendente de Cultura do Estado de Goiás. Desde 2021, é presidente do Instituto Cultural

e Educacional Bernardo Élis para os Povos do Cerrado (Icebe); vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG); vice-presidente da Associação Goiana de Imprensa (AGI); e sócio titular das academias de Letras de Goiânia, Pirenópolis e Palmeiras de Goiás, além de sócio honorário das academias de Letras de Porangatu, Caldas Novas e Quirinópolis (GO). Genealogista, é sócio correspondente do Colégio Brasileiro de Genealogia (Rio de Janeiro).

Escritor e crítico literário, atua como editor-adjunto da *Revista do IHGG*. É autor ou coautor de dez livros. Atualmente, coordena e é editor-geral da coleção *Goiás +300: Reflexão e Ressignificação,* com seis livros publicados e outros nove em preparação. Palestrante e editor, prepara a edição das obras completas de Bernardo Élis, único escritor goiano a ingressar na Academia Brasileira de Letras.

Salve, Dr. Nilson Jaime! Seja bem-vindo a esta Casa.

Dr. Adão Francisco de Oliveira

Historiador goiano, com mestrado em Sociologia, doutorado e pós-doutorado em Geografia, e pós-doutorado também em Planejamento Urbano e Regional. É doutor *Honoris Causa* pela Academia Policial Militar Tiradentes, da PMTO. Professor efetivo do magistério superior, com lotação na Universidade Federal do Tocantins, onde leciona desde 2010.

Possui destacada atuação em pesquisas sobre planejamento e gestão do território, com ênfase na produção do espaço da metrópole Goiânia, sendo autor de vários artigos, livros e capítulos de livros sobre o tema. Por esse motivo, mesmo residindo em Palmas (TO), compõe o INCT (Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia) Observatório das Metrópoles – núcleo Goiânia.

Suas pesquisas se voltam também para o desenvolvimento da educação e, por sua vasta produção nesse campo, foi convidado a ser secretário de Estado da Educação no Tocantins, cargo que exerceu entre 2015 e 2016, quando também recebeu a incumbên-

cia de recriar a Secretaria de Estado da Cultura, acumulando as duas pastas. Em sua gestão, o Tocantins implantou, pela primeira vez, uma política nominada para a educação: Educação Integral e Humanizada, cujo planejamento orienta até hoje as ações naquela pasta.

Após presidir a Anpege – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia –, uma das mais influentes associações científicas do mundo na área, entre 2022 e 2023, foi convidado, em novembro de 2024, a montar no Tocantins a Secretaria de Estado da Igualdade Racial, sendo esta a única no Brasil exclusiva dessa pauta. Assim, Adão Francisco tornou-se o primeiro secretário dessa pasta naquele estado, com uma gestão voltada para a geração de oportunidades a negros, indígenas, quilombolas, camponeses, extrativistas, ciganos, povos de terreiro e todas as comunidades tradicionais, com foco no combate ao racismo e na promoção de uma cultura antirracista.

Adão Francisco é sócio-fundador e primeiro presidente do IHGT – Instituto Histórico e Geográfico do Tocantins; sócio titular do IHGG – Instituto Histórico e Geográfico de Goiás; do ICEBE – Instituto Cultural e Educacional Bernardo Élis para os Povos do Cerrado; e membro permanente do Conselho Superior de Educação da PMTO.

Salve, Dr. Adão de Oliveira! Seja bem-vindo a esta Casa.

Dr. Jales Guedes Coelho Mendonça

Promotor de Justiça do Ministério Público de Goiás, membro da Academia Goiana de Letras, sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e, desde 2021, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.

Em sua gestão, revitalizou o IHGG com a restauração de sua sede, conhecida como a "Casa Rosada"; criou a hemeroteca digital, que hoje alcança mais de 10 mil edições publicadas e disponíveis

gratuitamente; lançou o projeto *A História Chama a Escola*, que, só em 2024, recepcionou mais de 2.500 estudantes das redes pública e privada; promove semanalmente exposições culturais que homenageiam personalidades goianas, além de palestras e lançamentos de livros, disseminando o conhecimento a todas as camadas da sociedade. Sua gestão transformou a instituição em um ponto de encontro cultural em Goiânia, consolidando seu papel na preservação e valorização da história de Goiás.

Entre suas realizações mais notáveis está a coordenação do projeto *Goiás +300*, em parceria com o Dr. Nilson Jaime, que preside o Instituto Cultural Bernardo Élis para os Povos do Cerrado. Projeto ambicioso, o *Goiás +300* reúne cerca de 400 autores e produzirá uma coleção de 18 livros – seis já publicados – que registram de forma abrangente a trajetória histórica, social e cultural do Estado de Goiás.

O grande *Goyaz*, com *Y* e *Z*, que, entre outros, abrangia integralmente o território do Distrito Federal e do Estado do Tocantins, tem como gênese da nossa história e identidade o Estado de Goiás. O nosso Planalto Central, que hoje se reencontra e se irmana com o propósito comum de parceria, produção intelectual e afinidade cultural.

Entre as atividades desenvolvidas pelo IHGG destaca-se a exposição *Brasília: o alicerce goiano de um sonho brasileiro*, que será inaugurada em dezembro deste ano e permanecerá aberta ao público até novembro de 2026, na sede do IHGG, a Casa Rosada, com entrada gratuita.

Será uma grande oportunidade para resgatarmos a memória e a história de cada personagem que contribuiu para a realização desse projeto nacional, como, por exemplo, dois dos mais destacados defensores da transferência da capital federal para o interior do país – ambos patronos do IHGDF: o governador de Goiás Juca Ludovico, tio da nossa sócia acadêmica e pioneira de

primeira hora, Natanry Osório; e o deputado federal constituinte de 1891 e senador da República Joaquim Nogueira Paranaguá, avô da nossa sócia acadêmica e secretária de Educação do Distrito Federal, Hélvia Paranaguá.

Para financiar os projetos do IHGG, o presidente Jales Mendonça fortaleceu as parcerias com a iniciativa privada, inaugurando um modelo de gestão institucional que, nas palavras do grande historiador e presidente de honra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Arno Wehling, "merece nossa admiração e aplauso".

A admiração ao trabalho desenvolvido no IHGG tem se materializado nos inúmeros depoimentos elogiosos à sua administração – tanto de figuras públicas das mais diversas instituições, como do governo do Estado de Goiás, da Associação Nacional do Ministério Público e da Assembleia Legislativa de Goiás, quanto de empresários, profissionais liberais e personalidades ligadas à cultura e à história de Goiás e de outros estados.

Mais uma prova do dinamismo do presidente do IHGG é a realização, nos dias 30 e 31 de outubro deste ano, do *VIII Colóquio de Institutos Históricos Estaduais,* que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro irá promover em Goiânia, como parte das comemorações do bicentenário de D. Pedro II. A Casa Rosada será o palco deste colóquio e, em colaboração com o IHGB, a coordenação do evento caberá ao presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Dos 24 Institutos Estaduais em atividade no país, 20 já confirmaram sua participação, o que anuncia a grandeza do encontro.

Dr. Jales Mendonça possui sólida formação acadêmica na área da História. É mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás e doutor em História pela Universidade Federal de Goiás. É autor ou coautor de 15 livros, entre eles *A Assembleia Constituinte Goiana de 1935 e o Mudancismo Condicionado,* resultado de sua dissertação (2008); e *A Invenção de Goiânia: o outro lado da mudança*, produto de sua tese de doutoramento (2018).

Salve, Dr. Jales Mendonça! Seja bem-vindo a esta Casa.

Meus cumprimentos aos nossos três novos sócios correspondentes, com votos de profícua parceria entre os Institutos Históricos e Geográficos de Brasília, de Goiás e do Tocantins.

Referências

BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem no Planalto Central:** eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador. Brasília: Verano, 2000.

MARTIUS, Carl Friedrich Phillip von. **Tabula Geographica Brasiliae et Terrarum Adjacentium exhibens Itinera Botanicorum et Florae Brasiliensis Quinque Provincias**, 1852/1857. *Biblioteca Nacional*. Disponível em: <https://bit.ly/30UIgf5>. Acesso em 05 out. 2018.

MENDONÇA, Jales Guedes Coelho. **A Assembleia Constituinte Goiana de 1935 e o Mudancismo Condicionado**. Goiânia: Ed. UCG, 2008.

MENDONÇA, Jales Guedes Coelho. **A invenção de Goiânia:** o outro lado da mudança. 2ª edição. Goiânia: Ed. UFG, 2018.

Catalão, entre crimes e castigos

Nasr Fayad Chaul[9]

Seria muito difícil escrever a História de Catalão sem procurar entender o assassinato de Antero da Costa Carvalho, ligado intimamente ao de Albino Felippe. Esse crime tornou-se um capítulo obrigatório na história da cidade de Catalão, seja pela dimensão de barbarismo e violência, seja pela aura de misticismo que envolveu esse misto de poeta, farmacêutico e "santo", em sua trajetória e calvário.

Os processos dos assassinatos de Albino Felippe e Antero da Costa Carvalho sumiram dos cartórios da cidade. Aqueles que se aventuraram a relatar os fatos o fizeram de forma destoante de processo sociopolítico da época, longe de uma análise que pudesse levar à compreensão dos mesmos fatos, ficando numa deferência pouco histórica de fatos e nomes, quando muito, além de um certo temor em revelar acontecimentos por demais conhecidos na memória do povo da cidade de Catalão. Caíram, por assim dizer, no quase irreversível "buraco negro" do universo histórico.

Procuraremos, através dos depoimentos coletados e de uma cópia do processo sobre o assassinato de Albino Felippe, tecer algumas considerações sobre os referidos crimes, uma vez que o assassinato de Albino está ligado diretamente ao de Antero.

---

[9] Professor Titular da Faculdade de História da UFG (aposentado), Doutor em História Social pela USP, Gestor Cultural, Sócio Emérito do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás-IHGG, membro da UBE-GO, Assessor Cultural do Tribunal Regional Eleitoral – TRE e ocupante da Cadeira 03 da Academia Goiana de Letras – AGL. Autor de, entre outros livros: *A Construção de Goiânia e a Transferência da Capital e Caminhos de Goiás: da Construção da Decadência aos Limites da Modernidade*, 5ª Edição. E-mail: nfchaul57@gmail.com

Albino Felippe foi morto aos 78 anos de idade, em 26 de maio de 1936, no local conhecido como "Baixadinha da Pedra Preta". Era um rico fazendeiro da região, casado pela segunda vez com Joaquina Cândida de Jesus, de 31 anos de idade e, ao que tudo indica, tinha em Antero da Costa Carvalho um compadre, um sócio nos negócios de gado e cereais e um amigo dileto.

Duas são as versões mais constantes nos dois assassinatos. Uma liga diretamente Antero como o mandante da morte de Albino; a outra o inocenta, colocando os Sampaio como os verdadeiros mandantes, e Antero como um "testa de ferro" daqueles. Devemos salientar que a morte de Antero ficou impregnada na memória coletiva da cidade, mas não pode ser compreendida sem que se analise o assassinato de Albino Felippe.

No dia 26 de maio de 1936, um dia ao que tudo consta normal, um a mais no cotidiano da cidade de Catalão, à época já merecedora da fama de violência que a percorria, deslocouse Albino Felippe de sua fazenda rumo a Catalão para, entre outras coisas, fazer um testamento em benefício de sua 2ª esposa, Joaquina Cândida de Jesus. Esteve na casa de seu sócio, o farmacêutico Antero da Costa Carvalho, que naquele dia se encontrava no Arraial do Ouvidor, para onde tinha ido junto com Antônio Cândido, a fim de visitar um doente. No mesmo dia, esteve também, na residência de Antero, o filho de Albino Felippe, João Albino do Nascimento, dizendo ao pai que precisava lhe falar, o que ficou combinado de ser na estrada que os levaria de volta às suas casas.

Segundo o seu depoimento, realizado em 17 de junho de 1936, ao meio-dia, na sala da delegacia de polícia da cidade de Catalão, João Albino disse que *"no dia 26 de maio indo elle, declarante, desta cidade a sua fazenda em companhia do pai Albino Felippe, isto a tarde, quando chegaram à cava do 'tombador', elle deixou seu pai seguir e esperou pelos dois meninos que conduziam seis bois cangados, que nesse acto logo depois que seu pai seguiu, elle, declarante, ouviu a detonação de dois tiros, ao que supôs serem tiros disparados no pasto de João Sampaio*

ou na roça de Gabriel Rodrigues". João Albino afirma também que, ao chegar ao local dos tiros, encontrou seu pai morto e se deslocou até sua casa para providenciar a retirada do corpo. Afirma, ainda, que seu pai não tinha intriga com ninguém, nem "negócios atrapalhados" com quem quer que fosse.

Quanto à questão do testamento que Albino Felippe iria passar para sua esposa, seu filho João Albino declarou que *"nem elle nem os outros filhos se opunham a isto pois todos os filhos da primeira núpcia nunca se opuseram a negócio algum feito por seu pai, posto que só faziam o que lhe agradasse, por isso que viam nele, seu pai, ainda sisudez e lucidez de espírito*". É importante salientar que João Albino foi acusado inicialmente de ter matado o próprio pai e sofreu coações físicas e pressões de toda ordem para confessar tal intento na cadeia da cidade. Questionado sobre o que tinha a dizer em sua defesa, no depoimento prestado, João Albino disse que *"causa lhe até repugnância em lhe atribuírem tal crime, por isso que em tempo fará a sua defesa perante a justiça".*

O depoimento de Almiro Albino do Nascimento, 21 anos e filho de João Albino, deixa transparecer uma certa "desconfiança" dos familiares do velho Albino quanto às intenções de Antero da Costa Carvalho para com a viúva de Albino Felippe, o que também fica presente, embora sem maiores evidências, em outros depoimentos. Segundo Almiro, Antero frequentava a casa de seu avô *"a ponto de tomar na casa muita liberdade, liberdade esta que mais e mais pessoas da família censuravam, causandolhes até mesmo desconfiança".* Perguntado em quem Antero mais prestava a atenção na casa de seu avô, Almiro respondeu que *"era na viúva do velho Albino, isto tanto fazia estar elle em casa ou não e que com a vítima Albino Felippe, Antero pouco palestrava".* Por outro lado, afirmou não saber de nenhuma dívida de Antero para com seu avô.

No mesmo processo, temos ainda depoimentos de Amélia Nazar, oriunda da Síria, companheira de Antero, de Francisco Reis, o "Chico Prateado", e dois depoimentos de Antero da Costa Carvalho.

Segundo Amélia Nazar, Albino Felippe morreu devendo a Antero, sem saber precisar a importância; mas de acordo com alguns depoimentos, era Antero quem devia a Albino. O depoimento de Amélia Nazar coincide com os já citados anteriormente, quanto à trajetória de Albino Felippe no dia 26 de maio e suas atividades comerciais com Antero da Costa Carvalho.

O mais surpreendente, porém, são os depoimentos de Chico Prateado e de Antero da Costa Carvalho, que confessam com detalhes o crime, o primeiro como executor e o segundo como o mandante, o autor intelectual. Francisco dos Reis, o Chico Prateado, afirma em seu depoimento que *"certa vez Antero propôslhe a empreitada de ir a cidade de Anápolis a fim de praticar o assassinato de José Quinam, exmarido de Amélia Nazar, [...] ficando em entendimento para ocasião oportuna"*. Passa então a relatar a negociação entre ele e Antero para assassinar Albino Felippe, depois de uma tentativa por volta de março de 1936. Confessa Francisco dos Reis, num relato, digamos pouco convincente, que desfechou dois tiros de revólver 38 em Albino, um na nuca e outro no peito. Disse também que Antero não chegou a lhe pagar os dois contos de réis combinados.

Em seu primeiro depoimento, em 13 de junho de 1936, Antero da Costa Carvalho afirma que *"por questões particulares fora o mandante do assassinato de Albino Felippe do Nascimento; que não tiveram convivência com pessoa alguma a não ser com o assassino material, Francisco dos Reis"*. Perguntado qual a razão, o declarante negouse a dizer, mas após várias insistências do tenente-delegado especial sobre o motivo do crime, *"disse o declarante que num acerto de contas, a vítima o ludibriara, lesandoo em certa soma de dinheiro"*. É curioso observar que esse primeiro depoimento de Antero é vago, pois não tem nenhuma precisão de que negócio se tratava e é pouco provável que pela amizade que Albino lhe tinha não lhe faria nenhuma falcatrua, o que, se tivesse acontecido, seria motivo para romper a amizade e a sociedade há muito mais tempo. Mais curioso ainda é a

necessidade que Antero teve de declarar no final de seu depoimento que *"não sofreu coação ou constrangimento ao prestar as presentes declarações"*.

A prisão preventiva dos dois supostos criminosos foi pedida pelo promotor público no dia 15 de julho de 1936 e acatada pelo juiz de direito interino, Álvaro da Cunha Ferreira Filho, em 18 de julho do mesmo ano. Já em 26 de julho, temos, pelo depoimento de Cecílio José Quinam, filho de Amélia Nazar, que, *"na noite de sábado para domingo último veio a esta cidade um grupo de pessoas animadas, procedentes das imediações da fazenda de Albino Felippe, a fim de agredir Antero e Chico Prateado, o que não se deu devido a intervenção de terceiros"*. Esta primeira tentativa é também relatada em alguns depoimentos e, ao que tudo indica, teria sido Diógenes e João Sampaio as pessoas que retiraram a tempo Antero e Chico Prateado da cadeia local.

Chegamos ao segundo depoimento, bem mais minucioso por sinal, de Antero da Costa Carvalho, em 28 de julho de 1936, do qual transcrevemos, por sua importância, os principais trechos:

"Termo de Declaração.

Aos vinte e oito dias do mez de julho do anno de mil novecentos e trinta e seis, nesta cidade de Catalão, Estado de Goyaz, na sala da Delegacia Especial, ahi presente o Senhor Tenente José Francisco Póvoa, Delegado Especial, com a assistência do Sr. Dr. Promotor Público da comarca, commigo escrivão de seu cargo adiante nomeado e assignado, compareceu novamente Antero da Costa Carvalho, que prestou as seguintes declarações: que confirma as declarações prestadas anteriormente nessa delegacia em data de 13 do corrente mez, nas quaes dentre outros esclarecimentos disse que fora o mandante ou autor intelectual do assassinato de Albino Felippe do Nascimento, que a cerca de dois annos vinha mantendo relações de amisade e de negocios com a victima Albino Felippe e igualmente com toda a familia do mesmo, que Albino e pessoas da sua familia todas as vezes que vinha a esta cidade iam à casa do declarante

onde se hospedavam; que o declarante por sua vez tambem frequentava a casa da victima de quem era compadre; que o declarante mantinha com a victima sociedade em compras de gado e cereais e por esse motivo, costumava a viajar junto com a mesma victima a fim de tratarem de negocios; que nem as pessôas da familia de Albino Felippe, segundo acha o declarante, nem as pessôas da casa do declarante não tinham conhecimento dos detalhes das transações do declarante com Albino Felippe; que certa vez em um negocio de gado com Francisco Santana, fazendeiro no municipio de Goyandira, Albino Felippe dera prejuizo ao declarante em quantia que estima em tres contos e tantos, que isso o declarante acha que se deu entre quatro ou seis mezes atraz; que o declarante não se incomodava que Albino Felippe lhe desse prejuizo, mas alega que durante dois annos o declarante tratou delle e da familia fazendo constantes viajens para attendelos sem nada receber a não ser cincoenta ou secenta mil reis que recebeu de Vicente, genro de Albino Felippe; que a não serem essas vezes o declarante não se lembra de outros prejuizos que tivesse sofrido; que o declarante pelo os seus negocios proprios com Albino Felippe e pelos deste quer com sua familia quer com estranhos pode afirmar que Albino não era honesto; que o declarante o tinha na conta de um 'bôbo esperto'; que o declarante nunca protestou, digo, reclamou a Albino Felippe o prejuizo sofrido e Albino lhe dissera que o havia de compensar dandolhe um conto de reis (1:000$000); e quanto ao mais ficava para ser compensado com o decorrer do tempo; por isso que Albino prometia de mandar de vez em quando um capado para o declarante; que o declarante nada respondeu a essas propostas de Albino e sentiase tolhido de protestar perante elle a respeito do prejuizo sofrido, devido o respeito que tinha da pessoa do mesmo Albino que era um velho muito cioso da sua autoridade; que o declarante tinha estreita intimidade com Albino Felippe, o qual tinha o declarante na qualidade de confidente de seus negocios, tanto presente quanto passado; que assim sendo Albino Felippe propoz passarlhe uma letra de 42:000$000 ou 43:000$000 contos de reis, pondo o declarante e Diogenes Sampaio como credores, que Diogenes Sampaio por intermedio do declarante não teve conhecimento desse negocio, não sabendo o

declarante que elle Diogenes soube do mesmo negocio por intermedio de Albino Felippe; que Albino fizera aquela proposta ao declarante a fim de se precaver de um negocio que ha tempos tinha com Samuel dos Santos decorrentes de aval e negocio esse cujo desfecho Albino muito receiava; que effetivamente fora passada a referida letra ao declarante mas depois que ficou solucionado o negocio de Samuel Santos com Albino Felippe, o declarante devolveu a este o documento referido que foi rasgado por elle Albino em presença do declarante; que pelas relações que o declarante tinha com Albino sempre achou pelo que elle dizia que ha alguns annos atraz Albino era possuidor de maior fortuna mas que por prejuizos que sofrera em negocios com Samuel Santos, elle Albino ficara com seu patrimonio bem mais reduzido; que Albino Felippe era bom para o declarante, mas o declarante para elle era muito melhor porque sempre o serviu em todo ponto a elle e sua familia; que o declarante não se lembra de haver queixado de Albino a alguma pessôa, não se lembrando ao certo se chegou a formular queixas a Amélia Nazar com quem vive o declarante; que testemunhando a estima que sempre teve a pessoa de Albino Felippe e a sua familia, o declarante certa vez fez grande distribuição de medicamentos para cura de verminose à sua familia composta na maioria de filhos, netos e retireiros de Albino Felippe, que em vista de Albino Felippe não corresponder ao declarante os beneficios e favores que este lhe fazia, resolvera o declarante encerrar seus negocios e sua amisade com o referido Albino; que a resolução que o declarante teve de mandar assassinar a Albino Felippe decorreu da queda de estima que tinha elle em consequencia dos motivos acima referidos, mas foi aquella resolução um momento impensado do declarante; que em principios do mez de maio proximo passado foi que o declarante, verificando que não mais lhe convinham negocios e amisade com Albino Felippe, foi que resolvera iniciar o encerramento dos mesmos negocios e amisade; que Francisco dos Reis era conhecido por Chico Prateado; que o declarante o conhecia a tempos e o ocupava algumas vezes para fazer viajens e outros serviços; que o declarante, desde que conheceu Chico Prateado, sempre o protegeu fornecendolhe dinheiro e remedios quando acontecia ficar doente o mesmo Chico;

que o declarante sempre que precisava mandava chamar Chico Prateado, isto por poucas vezes; que ha quatro ou seis mezes depois da venda do gado a que o declarante se referiu atraz, o declarante dissera a Chico Prateado que Albino precisava morrer porque lhe havia dado prejuizo, isto em conversa que o declarante teve com o mesmo Chico ao qual queixou dizendo: 'eu tenho feito tanto favor a este velho e elle prejudicando desta forma, este diabo precisava morrer'; que Chico Prateado respondeu ao declarante que faria o assassinato de Albino, ao que o declarante concordou consentindo que fosse feito [...]".

Antero da Costa Carvalho declara ainda sua viagem no dia da morte de Albino a Ouvidor, em companhia de Antônio Cândido, para obter dados estatísticos para um álbum que estava organizando. Antero chegou também a pensar em aceitar o cargo de Delegado de Polícia para apurar o crime em questão, o que seria por demais interessante se ocorresse.

Após saber de Chico Prateado como foi o crime, Antero declara que *"sabe que nesses últimos dias em uma noite, as duas horas da madrugada, numeroso grupo de pessôas armadas, composto de pessoas da familia de Albino Felippe, veio a esta cidade a fim de aggredirem o declarante na prisão onde se acha, o que não se verificou devido a intervenção do Sr. Diogenes Sampaio e membros de sua familia, que retiraram o declarante e Chico Prateado da prisão para outro local diferente, e que todas essas declarações o declarante as fez sem o menor constrangimento ou coacão da autoridade ou de quem quer que seja".*

Em 14 de agosto de 1936, José Francisco Póvoa, Delegado Especial, comunica ao Promotor Público que *"o preso Francisco dos Reis, recolhido a cadeia publica desta cidade, aguardando pronunciamento, evadiuse da prisão em que se achava, tendo esta Delegacia instaurado o competente inquérito afim de apurar qual o responsável pela fuga do mesmo".*

Por fim, transcrevemos o Relatório de José Francisco Póvoa, Delegado Especial, historiando todo o processo:

"RELATÓRIO

Em virtude da portaria de fls 2 destes autos, foi instaurado o presente inquerito policial, para o fim de apurar o que de verdade houve sobre a morte do fazendeiro Albino Felippe do Nascimento, ancião de 78 anos de idade, barbara e impiedosamente assassinado à beira da estrada, no dia 26 de maio do corrente ano.

O crime a principio achavase envolto em sombras de misterio impenetravel e a delegacia de polícia, tendo apreciaveis motivos para suspeitar da pessoa de João Albino do Nascimento, filho da victima, eis que estiveram juntos até poucos momentos antes do assassinato, começou por tomar as declarações do referido João Albino, o qual esteve detido para efeito de averiguações e investigações policiais.

Com o decorrer dos termos do inquerito, esta delegacia começou a ter fundadas desconfianças da pessoa de Antero da Costa Carvalho, grande e intimo amigo da victima, de quem era também sócio e compadre e que por isso mesmo estava ao par de todos os detalhes da vida e dos negocios de Albino Felippe.

Essas suspeitas ainda mais se positivaram devido à atitude irriquieta do referido Antero que, conhecido e considerado na sociedade local, começou a dar mostras de grande impaciência denunciadora da sua culpabilidade.

Como essa delegacia já então possuia elementos para ajuisar sobre a autoria material do crime, o qual era atribuido ao individuo Francisco dos Reis, também chamado Teodomiro Gomes ou Chico Prateado, conhecido jagunço e matador profissional, foi ordenada a prisão imediata de Antero e do referido Chico.

Antes de chegarem à prisão e já em poder da policia, esses individuos confessaram publicamente a autoria do delito e por esse motivo não houve dificuldade alguma na confissão detalhada e expontanea que os mesmos fizeram e que foi tomada por termo as fls 19 e 26 do presente inquerito.

Por esse motivo, esta Delegacia providenciou para que fosse decretada a prisão preventiva dos criminosos, conforme consta no processo.

Atendida pela autoridade competente a medida solicitada proseguiram os tramites do inquerito com assistencia do Snr. Dr. Promotor Publico da Comarca, que requereu para acompanhalo nos termos da lei, o que foi deferido.

Foram tomados diversos depoimentos que corroboraram varias circunstancias antecedentes e posteriores que rodearam a pratica do crime. De tudo resalta que o autor material ou mandatario é o individuo Francisco dos Reis, conhecido por Teodomiro Gomes, e o autor intelectual ou mandante, o individuo Antero da Costa Carvalho, que reiterada e minuciosamente confessou sua responsabilidade criminal, adiantando que o movel de sua ação delictuosa fôra o fato da victima não ser honesta e lhe haver dado prejuizo de tres contos e tanto, em negocios decorrentes da sociedade que ambos mantinham.

O verdadeiro motivo, porem, procurou Antero ocultar, pois, como é publico e notorio, desejava elle assenhorearse de todos os bens do patrimônio da victima por meio de documentos falsificados que seriam cobrados no inventario de Albino Felippe.

Todas as declarações feitas pelos criminosos em apreço, foram devidamente assistidas por duas testemunhas, o que comprova que tudo foi feito espontaneamente pelos confidentes e sem constrangimento ou coação alguma por parte dessa delegacia ou de quem quer que seja. Alem disso, o crime de que trata o presente inquerito, sua autoria intelectual e material, é do conhecimento geral deste municipio e está sancionada pelo consenso unanime da notoriedade publica".

Aos 19 dias de outubro de 1936, após relatar todo o envolvimento de Antero com Chico Prateado e de descrever a morte de Albino Felippe, o promotor público declara que *"quando corriam os tramites do processo, no dia 14 de Agosto próximo passado, o denunciado Chico Prateado conseguiu evadirse da prisão onde se achava, para logar até hoje ignorado, tendo, no dia seguinte, a cadeia pública desta cidade*

sido invadida por numeroso grupo de pessoas que assassinaram Antero da Costa Carvalho, que se achava tambem preso, motivo por que não foi elle incluido nesta denuncia como mandante do crime de que foi victima Albino Felippe".

O processo analisado traz uma visão dos acontecimentos e, embora documentado, nos pareceu bater com muita insistência na tecla da culpabilidade de Antero, presente em todas as perguntas feitas nos vários depoimentos. Por outro lado, causa certa surpresa que a alegação de Antero para mandar assassinar Albino não tenha sido sequer motivo para romper a amizade existente entre os dois. Outro ponto de compreensão complicada é a alegação do Delegado Especial de que o que Antero queria mesmo era ficar com todos os bens do velho Albino, fato este que não aparece em nenhum momento nos autos. Por outro lado, não fica claro os motivos que incriminaram, num primeiro momento, João Albino. Teria sido a suspeita de que ele sabia do testamento que o pai iria fazer para Joaquina Cândida? Por fim, por que teriam os Sampaio libertado Antero e Chico Prateado da cadeia na primeira tentativa de linchamento e não conseguiram impedir a turba de linchar Antero, já que, sem nenhuma explicação convincente, Chico Prateado havia fugido. Que motivo teria levado Antero a não fugir também? Teria havido um acordo prévio entre ele, Antero e outros, para que o crime fosse confessado, num papel de bode expiatório? Sem essas questões respondidas fica bastante difícil de pôr em xeque o processo-crime da morte do velho Albino, uma vez que o crime é, por duas vezes, confessado por Antero.

Por outro lado, havia também a questão da ascensão de Antero junto a uma boa parcela da comunidade local, pelo exercício de farmacêutico e pela leitura cotidiana de cartas que fazia e ajudava a responder junto aos que não podiam fazêlo. Tais favores caíram no agrado dos mais humildes e angariavam simpatias. Acreditase que tudo isso somado à pessoa de muito bom trato que diziam ser, tornava Antero um candidato em potencial na política local, carente

de lideranças e de pessoas que despontassem com os requisitos de Antero, numa época em que os parâmetros para a ascensão política já não repousavam mais sobre os alicerces da Primeira República.

De acordo com Cornélio Ramos, Antero teria vindo de Campo Grande (MT), *"acompanhado de uma mulher, Amélia Nazar, de 41 anos de idade [...] aqui chegando, instalouse comodamente, montou uma farmácia e chegou mesmo a ser titular de um cartório. Ajudou a fundar jornais, escreveu um livro de poesias e passou a gozar de muita popularidade, graças a seu espírito caritativo e à maneira cortês com que a todos tratava. Seu nome começou a crescer, passando naturalmente a empanar o brilho de outros, a constituir uma ameaça. Talvez tenha ficado sabendo de coisas que não deveria saber; sabia demais [...] daí a oportunidade para transformálo no mandante do crime. Havia muita coisa que favorecia a indicação do seu nome: a dívida que tinha para com o fazendeiro, a liberdade com que contava para entrar e sair da estância, a amizade que devotava à família, deliberadamente deturpada por pessoas maldosas, o fato de o invejado poeta não possuir parentes aqui, que se dispusessem a defendêlo, ou posteriormente pudessem reclamar justiça, seu relacionamento com Chico Prateado, que era seu cobrador. Num abrir e fechar de olhos foi o jovem farmacêutico lançado na prisão ao lado do jagunço. Seu nome foi cochichado de ouvido em ouvido até que a turba sanguinária aceitou a idéia do seu linchamento"* [10]

Inocente ou não, Antero foi barbaramente assassinado, tendo sido vítima de um dos mais cruéis e sangrentos crimes da história da cidade. Contase que seu linchamento teve lances cinematográficos e, segundo alguns depoimentos, contou com a presença de cerca de 100 pessoas e teve à frente dos acontecimentos a viúva de Albino Felippe, montada num cavalo branco toda vestida de preto, juntamente com João Sampaio, irmão do influente político goiano Diógenes Sampaio. Isso em agosto de 1936. Ramos assim descreve o evento: *"amarraramlhe uma corda ao pescoço, ataram suas mãos e*

[10] RAMOS, Cornélio. "Histórias e Confissões". Goiânia, *O Popular*. 1987, p. 109.

o levaram pelas ruas aos empurrões e pontapés, sem lhe permitir que falasse. Lá foram com o indefeso moço aos trampolhões, matandoo aos pouquinhos, espetandolhe a cada passo a ponta de uma faca em todas as partes do corpo, nos braços atados, nas pernas, no ventre, nas costas, no peito, no rosto para o fazer sofrer bastante, num sadismo abominável [...] sem forças para se levantar e ao se ver perdido e abandonado, chamou por João Albino (o filho do fazendeiro, que foi torturado na prisão) dizendo que queria, antes de morrer, revelarlhe um segredo. Ouvindoo o chefe do bando atalhou imperativo: Não tem segredo nenhum, acabem com esse bandido! Um dos verdugos então deulhe o golpe de misericórdia, varando com uma comprida faca de aço o seu coração."[11]

O citado autor não revela, porém, suas fontes, mas deixa claro que os mandantes locais a que se refere são os Sampaio, pois afirma Cornélio Ramos que *"tudo foi preparado pelos que mandavam nesta terra."*[12] As fontes são, porém, a principal lacuna do autor, mais que os nomes que por uma razão qualquer preferiu omitir, para quem descreveu cenas com tamanhos detalhes.

Segundo outro depoimento, o de João Honorato, à época com 104 anos de idade e ainda bastante lúcido (junho de 1989), uma turba de homens se reuniu comandada por João Sampaio, para dar fim a Antero, muitos a cavalo e armados de variadas formas, como se estivessem indo a uma festa. Questionado por nós sobre a possibilidade de um equívoco, ou seja, de não ter sido Antero o culpado do assassinato de Albino Felippe, Honorato nos respondeu: "Deus queira que nós tava certo, se num tivé, o diabo pode tratá de fazê um puxado lá no cemitério pra cabê todo mundo".

Uma outra versão nos foi dada por Izaurico da Silva Belo, genro de João Albino, em entrevista aos autores no dia 06.07.92, segundo o qual o assassinato de Antero teria se dado da seguinte forma: *"[...] foi chegando gente. Isso assim os colegas do velho que tinha*

[11] Idem, p. 1101.
[12] Idem, p. 109.

morrido cada um trouxe um, dois, três, quatro, cinco, dez vinte capangas [...] já foram rodeando a cadeia, foram rodeando e logo já estavam uns oitenta lá [...] carabina, revólver, fuzil, faca, tinha de tudo lá. Aí chega o sargento Ferraz com oito policiais. Aí dizem: 'Olha, sargento, tira os seus meninos para lá, porque aqui vocês vão morrer todos. Nós tira o homem, hoje nós tiramos ele. Hoje queremos ver o Diógenes tirar ele escondido de nós. Eles podem vir vestidos de santo'. A caravana estava pronta para fazer o serviço. Quando entraram, viram atravessado num cômodo da cadeia, papai falou: 'Olha o homem está ai dentro moçada'. Quando foi ali mais ou menos às 7 horas, as luzes apagaram todas. Aí tinha umas cinqüenta lanternas e procuraram e acharam ele deitado debaixo da cama. O Elpídio de Farias, genro do João José, pegou ele pela barra da calça e arrastou ele. Ele meteu o pé no saco do Elpídio e tocou o Elpídio de costas lá no meio da cadeia e aí o Antônio Vigilato, que era lá do velho Vigilato, já veio com a faca [...] ele saiu da cadeia com onze facadas [...] e normal".

Segundo o mesmo depoente, o assassino de Albino Felippe *"teria sido um tal Valdomiro, gente do Diógenes"*. Izaurico revela, ainda, uma possível relação entre João Sampaio e Antero para assassinar Albino, uma vez que os dois deviam dinheiro para o velho. Caso isto pudesse ser comprovado, muita coisa poderia ser explicada, até mesmo a confissão de Antero através de promessas cumpridas ao inverso.

De acordo com uma curiosa carta de um tal C. Mendes a Pedro Ludovico Teixeira em abril de 1938, alguns dados são acrescentados em meio às críticas ferrenhas aos Sampaio. Após felicitar o Interventor pela nomeação de Públio de Souza e atacar violentamente Diógenes Sampaio, indaga: *"E o caso dos assassinatos de Albino Felippe e Anthero, ficarão impunes? Consta que o monstro Diogenes Sampaio deflorou uma garota da familia de Albino, cuja garota, aceitando várias versões foi victima do proprio pai. Albino, ciente do facto, preparavase para processar o monstro, este vendose em 'camisas de onze varas', mandou João Sampaio eliminar a Albino a fim de ver livre de seu monstruoso*

crime e roubar à viuva e filhos. Prometeram a Anthero oito contos de reis para assumir a responsabilidade do crime da morte de Albino. A sêde de sangue é tanta que depois planejaram a eliminação de Anthero do modo tão horroroso como foi". [13]

É preciso compreender que a morte de Antero, se comparada com outros tempos de violência da cidade, poderia até ser entendida como fruto das barbaridades dos crimes de várias cidades goianas ao longo do tempo, mas em 1936, após o Movimento de 30, com suas propostas de modernização e progresso e véspera do Estado Novo, já não podia ser considerado como algo comum, sem deixar de ter suas repercussões. Tendo ainda os Sampaio à frente dos acontecimentos, sendo esses políticos de expressão, prestígio e muitos inimigos, não poderia ser outra a repercussão do assassinato de Antero da Costa Carvalho.

Seria por certo bastante interessante ver que fins levaram os bens deixados por Albino Felippe, se a documentação assim o permitisse, e fazer uma estreita relação desses com os assassinatos em pauta. A grande pergunta que ficou encoberta diante da barbaridade que vitimou Antero encontra-se no motivo pelo qual teria sido assassinado Albino Felippe. Que fins teriam levado seus bens? O que Cornélio Ramos gostaria de fato de dizer quando supõe que Antero *"talvez tenha ficado sabendo de coisas que não deveria saber, sabia demais..."*? Haveria algum motivo passional por trás de toda a articulação dos assassinatos? Talvez essas respostas lançassem menos dúvidas sobre a História.

Do ponto de vista político, acreditamos que há procedência na afirmação de Cornélio Ramos quanto à preocupação dos políticos e mandantes locais com a ascensão de Antero e seu potencial político. Como farmacêutico, homem culto, dono de cartório, leitor das correspondências dos iletrados e demais possibilidades de prestar

[13] Carta de C. Mendes a Pedro Ludovico Teixeira em 25.4.38. Arquivo do Museu Pedro Ludovico Teixeira.

favores, credenciava-se a arrebanhar boa parcela de votos junto à comunidade local. Assim, sua morte afastaria também a possibilidade de ascensão de um político que, como bem disse Cornélio Ramos, sabia demais. Além disso, a morte de Antero era um perfeito exemplo para qualquer outro candidato em potencial que imaginasse se propor como tal.

Crimes como o de Antero vinham contra todo o discurso de progresso e modernidade, que implicavam em civilidade e fim da violência em todos os níveis, proferido pelo Movimento de 1930. A Revolução ensaiou o fim do coronelismo e de suas práticas mais costumeiras, mas só o Estado Novo veio golpear mais fortemente o estilo de barbaridade e impunidade reinantes em Estados como o de Goiás, sem com isso significar que concordemos com a proposta política estadonovista, a qual achamos abusiva, antidemocrática e profundamente autoritária.

A morte de Antero não deixou de repercutir negativamente para a cidade de Catalão que, como já demonstramos, perdia prestígio econômico, ao qual vinha se somar agora o desprezo político do governador eleito em 34 e que se manteria como interventor em 37: Pedro Ludovico Teixeira. Inocentes ou não no assassinato de Antero, o certo é que os Sampaio, principalmente Diógenes, perderam, e muito, em termos de prestígio político junto ao dirigente estadual.

Se assim não fosse, por que teria então Pedro Ludovico praticamente rompido ou pelo menos estreitado por demais suas relações políticas com Diógenes, tendo como ponto de partida o assassinato e a posterior repercussão da morte de Antero? Os Sampaio teriam que ter motivos fortes o suficiente para arriscar tal procedimento, uma vez que conheciam o bastante a índole do mandatário estadual com relação aos preceitos da época.

Um graduado funcionário da Prefeitura de Catalão à época, que por razões particulares preferiu se manter no anonimato, nos afirmou que fora portavoz de Diógenes para tentar uma reaproxi-

mação com Pedro Ludovico após a morte de Antero e que o então dirigente se mostrara irredutível diante da barbaridade cometida na cidade de Catalão.

As tensas relações que ocorreram entre o tenente Públio de Souza e os Sampaio, nos anos posteriores a 1937, podem também ser vistas como derivadas desta situação, uma vez que Públio era homem de extrema confiança de Pedro Ludovico e, voltado mesmo à sua maneira, para os ideais de desenvolvimento e progresso do Estado. Explicase aí o rompimento dos Sampaio com Pedro Ludovico, tantas vezes dito em depoimentos, mas em nenhuma delas explicado.

Catalão seguiu, assim, ocupando a mídia impressa e a mentalidade de gerações pelos crimes antológicos na localidade, seja o do coronel Paranhos, seja os de Antero e de Albino Felippe. Provou também que, historicamente, ali não houve crime sem castigo.

A Província de Goiás na Guerra do Paraguai[14]

Pe. Murah Rannier Peixoto Vaz[15]

Resumo

Tendo iniciado a guerra contra o Paraguai em 13 de dezembro de 1864, pelo decreto 3.383[16], o Império exigiu da província goiana, em 21 de janeiro de 1865, o engajamento de 490 homens da Guarda Nacional e o seu envio para a guerra. A partida do primeiro contingente de soldados, o Batalhão de Caçadores que assumiria o título de 20º Batalhão, se deu em 24 de agosto de 1865, seguindo para Coxim. Em 18 de julho partiria o Esquadrão de Cavalaria e, em 7 de dezembro do mesmo ano, partiria uma tropa denominada Contingente de Linha. No início do ano, em 20 de janeiro de 1866, partiria ainda o 16º Batalhão de Voluntários da Pátria para se reunir com as outras tropas. No início de 1867, em 21 de abril, por ordens do Cel. Camisão, aconteceria a histórica epopeia da invasão do território paraguaio por essas tropas e que, tal qual uma tragédia grega, ficou conhecida como "Retirada da Laguna". Fato bem conhecido e que completará 160 anos no ano de 2027.

O texto deste artigo pretende colaborar suprindo a falta de publicações e informações sobre a importante participação da

[14] Publicado em versão anterior sob o título "Vai-Vem na Guerra do Paraguai", no livro VAZ, Pe. Murah Rannier Peixoto. *As Terras do Divino Espírito Santo: Desenvolvimento Histórico do município de Ipameri – GO*, Orizona: Master Gráfica, 2017.

[15] Padre da Diocese de Ipameri (GO), membro do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, e atualmente é Pároco da Paróquia São João Batista de Cumari e Anhanguera (GO). E-mail: tenhafe@gmail.com

[16] Decreto de lei imperial, Nº 3.383, Coleção de Leis do Império do Brasil – 21/1/1865, Página 15 Vol. 1 pt II, Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3383-21-janeiro-1865-554522-publicacaooriginal-73146-pe.html>. Acessado em 28 de setembro de 2013.

Província de Goiás neste embate, sobretudo naquilo que se refere ao seu princípio e aquilo que os goianos que se deslocaram para a guerra vivenciaram nesse processo.

Estoura a guerra: A Província goiana se mobiliza

Em trânsito para Mato Grosso, o navio brasileiro *Marquês de Olinda*, que levava o presidente eleito daquela província, foi capturado pelas forças paraguaias em 14 de novembro de 1864 (cf. Chiavenatto, 1987, p. 109). A partir de então, rompem-se as relações diplomáticas entre Brasil e Paraguai. Pouco depois, o Paraguai formalmente declarou guerra ao Brasil e iniciou a invasão de Mato Grosso. Suas tropas partiram de Assunción, capital paraguaia, em 24 de novembro, e, em 13 de dezembro de 1864, adentraram em terras brasileiras. No dia primeiro de maio de 1865, o Brasil, a Argentina e o Uruguai formaram um bloco, ao assinarem, em Buenos Aires, o Tratado da Tríplice Aliança contra o Paraguai. A guerra só atingiria o seu término, em primeiro de março de 1870, quando o presidente paraguaio Francisco Solano López foi morto, em Cerro Corá, Paraguai, pelos brasileiros. Entretanto, a presença dos goianos e demais tropas brasileiras iria até 1873.

Para reforçar o Exército brasileiro no conflito, por meio do Decreto n.º 3.371, de 7 de janeiro de 1865[17], o Império criou corpos de Voluntários da Pátria. No início, o voluntariado era estimulado pela onda de patriotismo que grassava no Brasil, que levava os cidadãos a quererem lutar contra os invasores paraguaios. Respondia interinamente pela província o vice-presidente, João Bonifácio Gomes de Siqueira, a quem coube as primeiras iniciativas. Aos voluntários eram oferecidos os seguintes benefícios:

> Poderiam compor os Corpos todo cidadão entre 18 e 50 anos de idade que aceitassem as condições do decreto que para atrair voluntários, oferecia 300 réis por dia, assim como o soldo a que tinham direito os voluntá-

[17] Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3371-7-janeiro-1865-554492-publicacaooriginal-73111-pe.html>. Acessado em 22/05/2016.

> rios do Exército, de 165 reis; para as famílias dos soldados que morressem em combate, uma pensão de meio soldo; gratificação de 300$000 para aqueles que fizessem toda a Campanha; por último, 22.500 braças de terras em colônias militares ou agrícolas (Rodrigues, 2001, p. 71).

As províncias de São Paulo, Minas Gerais e Goiás foram as primeiras a se mobilizar. Em 22 de dezembro de 1864, o Ministério da Guerra ordenou que se organizasse e mandasse marchar o Batalhão de Caçadores de Goiás[18], o quanto antes, para a província de Mato Grosso (Cf. MG Vol. 10, 1998, p. 58). Devido às dificuldades com a falta de animais, armamento, fardamento, munições e com o agrupamento dos homens do Batalhão de Caçadores, distribuídos pelas comarcas da província de Goiás, não foi possível atender tão rapidamente à ordem imperial.

Além da organização do Batalhão de Caçadores, em cumprimento ao Decreto Imperial n.º 3.371, de 7 de janeiro de 1865[19] (que criava os corpos de Voluntários da Pátria[20]), o presidente interino de Goiás, João Bonifácio Gomes de Siqueira, expediu ordens aos comandantes da guarda nacional das comarcas para alistarem e remeterem à capital todos os que se oferecessem e que estivessem aptos a prestar o serviço militar. Conforme os termos desse decreto imperial, eram oferecidas vantagens aos homens de 18 a 50 anos que se apresentassem voluntariamente para combater nessa campanha militar. O presidente determinou, ainda, aos comandantes das comarcas, que se criassem corpos de voluntários e dividissem pelas Paróquias, por quantidade de habitantes, quantos homens cada uma delas deveria enviar. Logo depois, o Decreto Imperial n.º

[18] Àquele tempo, o exército brasileiro era dividido por batalhões de caçadores, isto é, contingentes de infantaria de linha. "Um caçador é um tipo de soldado de cavalaria ou de infantaria ligeira existente nas forças armadas de alguns países. Podem existir várias especialidades de caçadores, como os caçadores a pé, os caçadores a cavalo, os caçadores de montanha e os caçadores paraquedistas". Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ca%C3%A7ador_(militar) >. Acessado em 22/05/2010.

[19] Cf. *Correio Official*, 25 de março de 1865, n.º 46, p. 2.

[20] Ou seja, grupos de homens que não faziam parte da Guarda Nacional e espontaneamente se voluntariariam para servir nesta guerra.

3.383, de 21 de janeiro de 1865, determina que a província de Goiás organize um corpo de 490 Guardas Nacionais (MG VOL 10, 1998, p. 59). Entretanto, o relatório dos que se apresentaram somou um número de 454 homens.

O presidente da Província assim oficiou: "Por acto de 21 forão designadas para dar as 490 guardas nacionaes de que trata o decreto n.º 3383 de 21 de janeiro último as seguintes paróquias, a saber:[21]". Na sequência aparecem os nomes das paróquias e a quantidade que cada uma devia enviar. Ficou determinado que a Capital enviasse 20 homens; Barra – 6; Ouro Fino – 10; Mossâmedes – 6; Anicuns – 12; Alemão – 8; Curralinho – 20, Santa Rita – 6; Rio Claro – 6; Dores do Rio Verde – 20; Rio Bonito – 8; Jaraguá – 22; Pilar – 28; Crixás – 6; Meia Ponte – 28; Corumbá – 24; São José do Tocantins – 12; Traíras – 8; Bonfim – 28; Campinas – 12; Pouso Alto – 12; Santa Luzia – 28; Formosa – 24; Morrinhos – 16; Santa Rita do Paranahyba – 6; Santa Cruz – 28; Catalão – 66; e o Vaivem – 20 homens. Esses dados confirmam a participação dos homens do Vaivem no cruel palco em que se desenvolveu a sangrenta guerra.

Os voluntários da pátria e a Guarda Nacional do Vaivem

Em 25 de julho de 1864, mais uma vez, foram realizadas as reuniões do Conselho de Qualificação dos Guardas Nacionais no consistório da Igreja Matriz do Divino Espírito Santo do Vaivem, o qual era integrado à Guarda Nacional da Comarca do Rio Paranaíba com sede em Catalão. Naquele ano, foram qualificados 934 guardas nacionais[22] no distrito do Vaivem.

---

[21] Cf. *Correio Official*, 25 de março de 1865, n.º 46, p. 2.

[22] "A **Guarda Nacional** era uma força paramilitar organizada por lei no Brasil durante o período regencial, em agosto de1831. Como uma instituição de caráter civil, a Guarda Nacional era subordinada aos juízes de Paz, aos juízes Criminais, aos presidentes de Província e ao ministro da Justiça, sendo somente essas autoridades que podiam requisitar seus serviços. O único cenário em que os guardas nacionais passariam a fazer parte da estrutura militar de 1ª linha era no caso dos corpos destacados para a guerra, quando deveriam de atuar como auxiliares do Exército". Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Volunt%C3%A1rios_da_P%C3%A1tria>. Acessado em 22/05/2010.

Em obediência à ordem do presidente da Província, em 23 de abril de 1865, Antônio da Silva Paranhos, comandante da comarca do Rio Paranaíba, cuja sede ficava em Catalão e à qual o distrito do Vaivem era sufragâneo, esteve no distrito para o envio da primeira leva de Voluntários da Pátria à guerra, ocasião em que fez o seguinte pronunciamento[23]:

> **Voluntários da Pátria!** – É este o lugar que designei para dizer-vos o adeos da despedida e apertar-vos em meus braços. É este pois um dos momentos mais graves da minha vida pública e um dos lances mais tristes porque tenho passado.
>
> A pátria exige o sacrifício de seus filhos: ide. E lá, nesses campos do Paraguay, mostrai sempre que sois dignos filhos do paiz que vos vio nascer.
>
> Não vos fallo nesta hora solemne como vosso commandante; fallo-vos como amigo, e amigo que conservará impressos na memória os nomes de tantos moços esperançosos, que talvez um dia sejão o orgulho deste abençoado torrão onde todos têm seu berço. Um pedido tenho a fazer-vos: a carreira que acabais de insetar é uma carreira brilhante que pode fazer as vossas felicidades: não vos esqueçais, porém, do cumprimento dos vossos deveres sendo indulgentes para com os vossos inferiores, respeitosos para com os iguaes, e obedientes para com os vossos superiores. Lembrai-vos que um soldado morigerado e bem comportado, raras vezes deixa de ser feliz; ao passo que um imprudente é sempre desgraçado.
>
> Adeos... Adeos, meus amigos! Lá nessas longínquas paragens onde o amor da pátria vos conduz, lembrai-vos sempre com amisade, do vosso commandante e amigo que fica pedindo ao Altíssimo que vos dê saúde para voltardes cobertos de glória ao seio de vossas famílias.... adeos... – Vai-Vem, 23 de abril de 1865.

[23] Os três discursos citados a seguir foram publicados no jornal *Correio Official*, de 27 de maio de 1865, n.º 58, p. 6.

Na ocasião, apelou para o patriotismo, convocando a que se apresentassem os membros da Guarda Nacional para prestar o serviço militar:

> **Guardas Nacionaes da Parochia do Vai-Vem! –** A pátria mais do que nunca, tem hoje necessidade de vós! A nação ultrajada pela república do Paraguay demanda á seus filhos prompto e efficaz auxílio em desafronta de sua dignidade!
>
> A província de Matto-Grosso, victima da mais inqualificável tyrannia vos chama em seu soccorro! Vossos irmãos opprimidos pelo déspota do Paraguay confião no patriotismo dos Brasileiros! Não receeis o combate: a causa é justa e o triumpho é certo. Empunhai as armas para lavar com o sangue do tyranno a nódoa que ameaça tisnar vossa pátria!!
>
> Soldados da Guarda Nacional. – É chegado o momento de mostrardes ao mundo, até onde se eleva o patriotismo do soldado Brasileiro! Lopez insulta com um punhado de soldados sem disciplina, e sem coragem, os brios de vossa pátria! Opprime vossos irmãos, rouba suas fortunas, assassina-os finalmente!
>
> Podeis, pois conservar-vos indifferentes quando vedes correr o sangue de vossos irmãos?
>
> O presidente da província de Matto-Grosso assaltado pelos bandidos – quando dirigia-se a tomar as rédeas do governo da província, lá se acha opprimido, preso e deportado! O vapor em que era conduzido, lá está armado contra o Brasil! Cento e tantos indivíduos nossos irmãos, lá estão como escravos de nossos salteadores!!!...
>
> Não trepideis um só momento quando tendes tantos males a vingar.
>
> Lembrai-vos que se vos conservaes nessa nociva indolência, em breve tereis á vossas portas os malfeitores, e ahi com espanto vereis vossas famílias soffrerem os duros tratos dessa horda de selvagens!!
>
> Amigos e compatriotas! Imitai os bravos de Payssandú!! Não ides só buscar o salvamento da pátria: ides principalmente buscar a glória da nação a que pertenceis.

> Mostrai que sois brasileiros e com palavras nascidas do coração dizei: Viva a santa religião! – Viva a nação brasileira! – Viva S. M. o Imperador! – Viva o Presidente da Província! – Viva os voluntários da pátria! – Viva a briosa Guarda Nacional do Vai-vem! – Vai-Vem, 23 de abril de 1865. – *Antônio da Silva Paranhos,* coronel commandante superior.

Após os discursos do Cel. Paranhos, o Cel. José Benevenuto Mendonça[24], recém-nomeado comandante da Guarda Nacional do distrito do Vaivem, proferiu estas palavras aos seus comandados:

> **Guardas Nacionaes do Vai-Vem! –** É esta a primeira vez que tenho a honra de apresentar-me perante vós na qualidade de vosso commandante. Ufano-me todas as vezes que me lembro que sou o chefe de cidadãos distinctos.
>
> Tenho o prazer de communicar-vos a pacificação de Montevideo, que se effectuou sem derramar uma só gota de sangue, entrando o nosso exército ao som de hynnos e sem queimar um cartuxo.
>
> O governo imperial sollicita em levar a effeito a conquista (*)[25]do Paraguay, dá todas as providências para consegui-lo, nesse sentido mandou criar corpos de voluntários em todo o império.
>
> Tem se apresentado grande porção delles em todas as Províncias, e na parochia de Catalão já se alistarão trinta e tantos que vão passando para Goyaz.
>
> Espero que não fiqueis atraz quando tiverdes occasião de apresentar-vos dando um passo a frente quando se

[24] É bom apontar que nem o Cel. Paranhos, futuro senador de Goiás, nem o Cel. Benevenuto foram para a guerra. Eles ficaram responsáveis de continuar o recrutamento e envio de soldados. Cel. Paranhos, assim outros comandantes da Guarda Nacional, também ficou responsável de organizar o envio de gêneros alimentícios para abastecer os depósitos de víveres e atender às necessidades da tropa. Há dois homônimos com o mesmo nome que o Cel. Paranhos e que, de fato, estiveram na Guerra do Paraguai, e hoje há muita confusão e mistura sobre esse fato em Catalão. Muitas vezes, equivocadamente, afirmam que o Cel. Paranhos chegou comandar tropas ao longo da guerra do Paraguai.

[25] O asterisco chamava para a seguinte nota que constava na matéria: "O Sr. José Benevenuto enganou-se, o governo não quer conquistar, quer expellir do solo brasileiro os bárbaros invasores".

> fallar em nome da pátria. – Viva a santa religião! – Viva a nação brasileira! – Viva S. Ex.ª o Sr. Presidente da província! – Viva o nosso commandante superior! – Viva os voluntários da pátria! – Viva a Guarda Nacional do Vai-vem! – *José Benevenuto Mendonça*.

Devido a diversas dificuldades no recrutamento, nenhuma das Paróquias conseguiu recrutar todos os homens requeridos. Os primeiros a se apresentarem para a guerra foram os municípios de Catalão e Bonfim (Cf. MG Vol. 10, 1998, p. 67). Desde 1863, com a supressão da vila, Vaivem voltou a pertencer à vila de Catalão como distrito. A quantidade de elementos humanos, contudo, é apresentado de forma diferente, não apresentada por Paróquias, mas, sim, o total de homens por sede de comarcas, apresentando apenas as que mais enviaram, mas não todas as comarcas com os respectivos números. Até 27 abril de 1865, as comarcas que mais contribuíram com elementos humanos foram: a comarca de Flores (50), Santa Luzia (30), Catalão (27), Corumbá (25), Jaraguá (8), Bonfim (17), Rio Verde (12) (Cf. MG Vol. 10, 1998, p. 59).

Como o distrito do Vaivem era sufragâneo da comarca de Catalão, entre estes 27 elementos estavam alguns poucos, mas valentes homens das terras do Divino Espírito Santo do Vaivem[26], que dali partiriam para arriscar suas vidas em prol do Império brasileiro. Império que, quando da volta dos míseros sobreviventes, virou-lhes as costas.

[26] Como já observado, se no Vaivem havia homens destemidos e dispostos a defender a Pátria, também havia outros entre os convocados que resistiram. Temendo perder suas vidas na guerra, fugiram do recrutamento. Não há nenhuma novidade nesse fato, o mesmo ocorreu em toda a Província e no restante do País. Porém, resistir também era um risco de morte. Inclusive, em Catalão, no dia 23 de outubro de 1865, foi morto o Guarda Nacional Manoel Joaquim de Freitas que havia desertado e resistiu com armas à sua prisão (Cf. *Correio Official* de 25 de outubro de 1865, nº 101). No Vaivem, em 1873, há o seguinte caso: "Á 13 de Setembro, na Vila de Entre-Rios, foi morto em acto de resistência o desertor Antônio Thadeu. O subdelegado respectivo tomou conhecimento do facto" (MG VOL 11, 1999, p. 292).

Os goianos são os primeiros a chegar a Mato Grosso

Em 27 de abril de 1865, o Sr. Augusto Ferreira França assumiu a presidência da Província. Até aquele momento, nenhum destacamento havia sido enviado para Mato Grosso. Havia muito a ser organizado ainda. Com tudo organizado, os homens equipados, fardados, armados e conduzindo suprimentos em abundância: uma boiada e tropa de muares, com 300 reses carregadas de mantimentos, munições, barracas e medicamentos, foi expedida a ordem para a partida do Batalhão de Caçadores da Província de Goiás (Cf. MG Vol. 10, 1998, p. 87), em 15 de maio de 1865[27].

Ficou estabelecido que, quando encontrassem as tropas de Minas Gerais e de São Paulo ficariam sob as ordens do Cel. Manoel Pedro Drago, comandante geral das forças expedicionárias, ou de algum outro com patente superior à de seu major comandante. Na data de 15 de maio (Cf. MG Vol. 10, 1998, p. 79), depois de participar de um Missa solene na Catedral diocesana, o Batalhão de Caçadores partiu para Cuiabá. No entanto, mudou sua rota três dias depois[28] ao serem informados da invasão de Coxim pelas tropas paraguaias (Cf. MG Vol. 10, 1998, p. 66). Não há qualquer registro do número do efetivo do Batalhão de Caçadores, porém, há a informação de que havia um batalhão adido, formado por Voluntários da Pátria.

Ao mudarem sua rota para Coxim, o comandante do Batalhão de Caçadores recebeu a ordem para fazer parada no local denominado Bahús e esperar as tropas de Minas Gerais e São Paulo[29]. Bahús ficava na fazenda do Sr. Antônio Barbosa e ali havia um de-

---

[27] Cf. o *Correio Official*, 13 de maio de 1865, n.º 54, p. 4. Também, o *Correio Official*, 17 de maio de 1865, n.º 55, pp. 1-2.

[28] A presidência da Província havia sido informada pelo 1º Ten. de Engenheiros, Joaquim Rodrigues de Morais, e enviou um mensageiro às tropas.

[29] Composto pelo 17º Batalhão de Voluntários da Pátria de Minas Gerais e pelo 21º Batalhão de Infantaria, criado com a fusão dos Corpos de Guarnições Fixas de São Paulo e Ouro Preto MG, pela Lei n.º 1.246, de 28 de junho de 1865. A quantidade de homens varia consideravelmente de registro para registro. Entretanto, as tropas somavam por volta de 2.500 homens.

pósito de víveres[30], criado pelo presidente Augusto Ferreira França, com a finalidade de suprir de gêneros as tropas, mantendo bem alimentados os combatentes. Das cidades de Catalão e Bonfim, eram constantemente enviadas boiadas e tropas, repletas de mantimentos, como, rapadura, toucinho, feijão, farinha, sal etc., para esse depósito de víveres. Entretanto, com a demora das tropas de Minas e São Paulo, o Batalhão de Caçadores de Goiás seguiu adiante, para atender às ordens do presidente da Província do Mato Grosso.

Três dias depois da partida do Batalhão de Caçadores da cidade de Goiás, em 19 de maio de 1865, foi criado o Esquadrão de Cavalaria por ato do presidente da Província goiana e, em 8 julho de 1865, também partiu, comandado pelo Major Eliseu Xavier Leal[31]. Esse Esquadrão de Cavalaria ostentava um belo estandarte, doado pelo comandante da Guarda Nacional da Comarca do Rio Corumbá. A ordem para a criação desse Esquadrão de Cavalaria era de 28 de fevereiro de 1865. Seu contingente era composto de uma companhia de linha e outra de voluntários, somando 118 soldados. Também, foram enviados com grande fartura de suprimentos: uma boiada e uma tropa com mais 190 muares, todos carregados de víveres, armamentos etc.

Durante o recrutamento dos voluntários e dos guardas nacionais, o presidente da Província foi muito criterioso no exame de seleção, dispensando todos os homens que não se enquadrassem nas exigências. Por isso, o *Correio Official de Goyaz,* pág. 1, em 16 de agosto de 1865, traz a informação de que três guardas nacionais de Catalão e um voluntário do Vaivem, chamado Miguel Joaquim d'Oliveira, foram considerados incapazes para o serviço militar. Miguel Joaquim d'Oliveira recebeu 6$20 réis para o seu regresso ao Vaivem.

---

[30] Também, foram montados depósitos em Sant'Anna do Rio Paranaíba, Porto de Santa Rita, Pereirinha, Rio Claro, Rio Grande e, conforme os pelotões avançavam, outro foi montado em Coxim e, depois, em Nioac.

[31] Acometido por uma doença, sucumbiu em seu posto, em 20 de abril de 1866.

Pouco mais de quatro meses depois de sua partida, em 19 de agosto, o Batalhão de Caçadores de Goiás chegou a Coxim. No início do mês seguinte, em 7 de setembro, uniu-se a ele o Esquadrão de Cavalaria Goiano (Cf. MG Vol. 10, 1998, p. 84). Os goianos foram os primeiros a pisarem as terras mato-grossenses, pois, em 23 de setembro, as tropas mineiras e paulistas ainda estavam no porto de Santa Rita (local onde mais tarde surgiu a cidade de Itumbiara – GO).

A demora das tropas paulistas

Segundo Doratioto (2002, p. 121-122), quando as tropas paulistas chegaram a Uberaba (MG), eram compostas por 568 homens, entre eles 135 paranaenses. Em Uberaba, receberam o reforço de 1.212 homens, porém, entre desertores e mortos por varíola, partiram de Uberaba para o Mato Grosso 1.575 homens, sendo 1.209 de Minas Gerais. Restando apenas 366 homens dos 568 que saíram de São Paulo.

Comandando as tropas paulistas e mineiras, Cel. Drago sofreu profunda rejeição, por seu gosto pelos bailes nas cidades por onde passava, e, com isso, a consequente demora em partir para Cuiabá, e foi destituído de seu comando, em 23 de outubro. O Cel. José Antônio da Fonseca Galvão[32] enviou um ofício à presidência da Província goiana, informando que assumira o comando geral das tropas expedicionárias e que iriam passar pelo distrito do Rio Verde, atravessar Bahús e seguir a Coxim – aonde só chegaram em 20 dezembro de 1865 (Cf. Taunay, 1874, p. 12).

Nesse meio tempo, as tropas goianas se aquartelaram em Coxim e permaneceram à espera das demais tropas, conforme as

[32] Morreu em 13 de junho de 1866. Havia comandado as tropas desde o Rio dos Bois até o Rio Negro. Foi substituído pelo coronel Alexandre Albino de Carvalho, um dos comandantes enviados da capital da província do Mato Grosso, porém, atingido pela epidemia de beribéri, retirara-se, em 28 de dezembro. Assumiu o comando interinamente o tenente-coronel Juvêncio Manoel Cabral de Menezes (Cf. TAUNAY, 1874, p. 21).

ordens recebidas antes de sua saída. No dia 7 de dezembro, o presidente da Província de Goiás, enviou a Coxim um Contingente de linha, sob o comando de Joaquim Martins Xavier, tenente da Guarda Nacional, para unir-se ao Batalhão de Caçadores de Goiás. No mesmo mês, foi enviada pela Província Goiana uma cavalhada com mais de 100 cavalos para ser entregue às tropas do Cel. Drago e ao Esquadrão de Cavalaria Goiano, sob o comando do Cel. Elizeo.



Réplica da Bandeira do 20º Batalhão de Caçadores, 1ª do Exército Imperial Brasileiro a ser hasteada no território da Província de Mato Grosso após a invasão paraguaia.

Em Coxim, o Batalhão de Caçadores da Província de Goiás teve a alteração de sua nomenclatura. Passou a ser denominado como 20º Batalhão de Infantaria de Linha, em 9 de dezembro. O chamado Contingente de Linha enviado de Goiás em 7 de dezembro, chegou a Coxim com apenas 27 dias de marcha.

Iniciaram marcha de Goiás para Mato Grosso, a 1ª Companhia do 16º Corpo, sob o comando do tenente-coronel Joaquim Mendes Guimarães, Comandante do Batalhão de Caçadores.

Quando enviados de Goiás, tanto o Batalhão de Caçadores, quanto o Esquadrão de Cavalaria possuíam Voluntários da Pátria

em seu meio, mas, apesar das dificuldades, ainda havia a intenção de se criar um Corpo composto apenas por Voluntários da Pátria. O que, de fato, acabou acontecendo. Embora, não haja uma coerência quanto à exatidão do número de homens que, integrando o 16º Batalhão de Voluntários de Goiás, foram enviados para Coxim, Duarte (1981, p. 05) diz que o Batalhão de Voluntários saiu de Goiás para o Mato Grosso com 275 Voluntários da Pátria, 108 Guardas Nacionais e 43 libertos convocados, num total de 426 goianos. Já Martins (1983, p. 16) diz terem sido 432 soldados.

Posteriormente, pelos decretos imperiais, n.ºs 3.505 e 3.506, de 4 de agosto de 1865, foi equiparado ao voluntário da pátria todo guarda nacional que se alistasse livremente (Cf. MG Vol. 10, 1998, p. 82), gozando dos mesmos privilégios. De tal modo, na data de 30 de novembro de 1865, por ato do presidente da Província de Goiás, Augusto Ferreira França, foram reorganizadas as tropas. O corpo de voluntários da pátria e a tropa da Guarda Nacional se fundiram e formaram um único batalhão, denominado Batalhão Goiano de Voluntários – adiante chamado de 16º Corpo de Voluntários da Pátria.

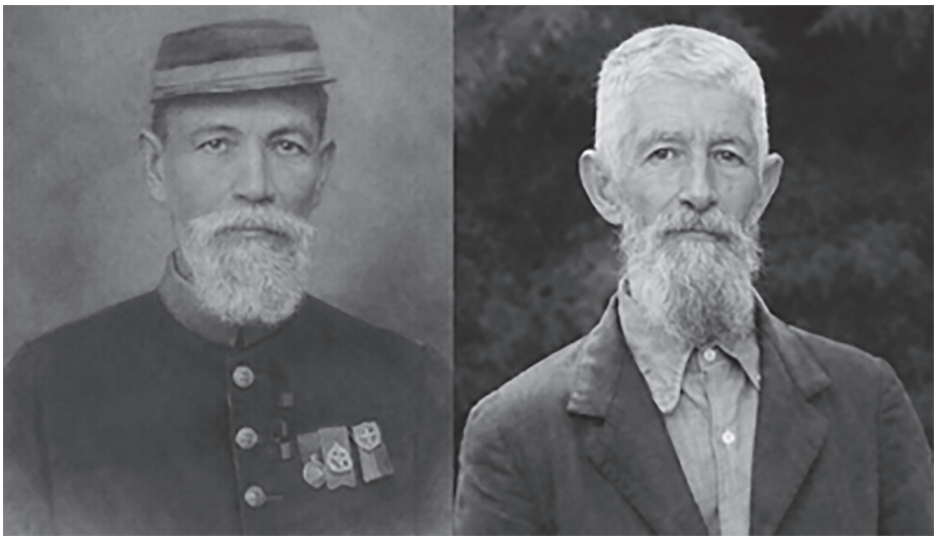
Em 1º de janeiro de 1866, às nove horas da manhã, as tropas, sob o comando interino do Major Manoel Baptista Ribeiro de Faria, foram reunidas no largo da Catedral de Goiás, onde se procedeu a bênção da bandeira do Batalhão de Voluntários, feita pelo Côn. José Joaquim de Oliveira Barros, Vigário Capitular do Bispado. E no dia 20 do mesmo mês, às oito horas da manhã, foi passada pelo Ministério da Justiça e da Guerra a ordem da sua partida para o *front* de batalha. Partiram sob o comando do Cel. José Joaquim de Carvalho (Cf. MG Vol. 10, 1998, p. 83). A demora para a partida do 16º Batalhão de Voluntários ocorreu devido à espera pelos armamentos e fardamentos, além de, pelo fato de serem civis e muitos deles sem qualquer experiência militar ou com armas, também terem passado por um período de adestramento e instruções de manuseio de armas e da disciplina militar.

O presidente da Província de Goiás, em 1º de agosto de 1866, ao apresentar o seu relatório à Assembleia Legislativa, afirmou terem saído de Goiás, até 20 de janeiro de 1866, 229 voluntários, 363 guardas nacionais e 446 praças de linha. Perfazendo um total de 1.038 homens enviados para o palco da guerra (Cf. MG Vol. 10, 1998, p. 83).

Frente às paixões patrióticas, havia também muitos "voluntários de corda", pegos no laço. Uma frase que estava em voga, citada por Taunay, dizia assim: "Deus é grande, mas o mato ainda maior!" (Taunay *apud in* Camargo, 2010, p. 53). Isso demonstra que nem todos aceitavam seguir livremente. Talvez imaginassem o que o futuro lhes aguardava.

As tropas goianas formam um único Batalhão

O 16º Corpo de Voluntários da Pátria da Província de Goiás saiu de Goiás com a ordem do Ministério da Guerra e do presidente da Província de Goiás para marchar a Coxim a fim de encontrar as demais tropas enviadas. Entretanto, contrariando essa ordem, o Cel. Carvalho mudou o seu destino e passaram a marchar para Cuiabá (Cf. MG Vol. 10, 1998, p. 85). Em 19 de fevereiro de 1866, o presidente da província goiana foi informado da arbitrariedade do Cel. Carvalho e, imediatamente, expediu ordem para contramarcharem para Coxim. Caso não fizessem isso, ordenou ao comandante dos suprimentos, Capitão Antônio Gomes Pinheiro, para cortar o envio de todos os víveres para o Batalhão. Também abriu uma sindicância para apurar o procedimento criminoso do comandante, nomeando o Sr. Evaristo de Araújo Cintra, chefe de Polícia, para investigar o caso. Quando o ofício enviado chegou, já estavam 10 léguas além do Rio Claro. Então, o Cel. Carvalho redirecionou a tropa para Coxim, porém, abandonou-a sob o comando interino do major Manoel Baptista Ribeiro de Faria e seguiu sozinho para Cuiabá (Cf. MG Vol. 10, 1998, p. 85).



Higino da Costa Nunes[33] e Inácio Rodrigues Araújo[34]

[33] Higino da Costa Nunes é veterano da Guerra do Paraguai, tomou parte na Retirada da Laguna com o 20º Batalhão de Infantaria de Goiás. Nascido em Santa Maria de Taguatinga em 1830 e falecido na cidade de Goiás em 1909. Não sabemos sua patente ao longo da guerra, mas quando de seu falecimento era major, provavelmente, da Guarda Nacional. A imagem original faz parte do acervo do Museu das Bandeiras em Goiás (GO).

[34] Filho do Pe. Joaquim Ignácio Rodrigues e de Maria Lourenço de Araújo, nasceu no, então, distrito do Vaivem (GO), no dia 21 de julho de 1852. Ignácio se casou em 13 de novembro de 1889, na, então, cidade de Entre-Rios (GO), com Zenóbia Ferreira Rios, nascida na cidade de Catalão (GO), filha de Gertrudes Rodrigues dos Santos, que já era viúva, e de Joaquim José Martins. Tiveram seis filhos: Joaquim Ignácio Rodrigues de Araújo, Maria Ignácia Rodrigues de Araújo, João Ignácio Rodrigues de Araújo, Ignácio Rodrigues de Araújo Filho ("Inacico"), Cristina Ignácia Rodrigues de Araújo, e Joaquina Ignácia Rodrigues de Araújo. Segundo seus familiares, Ignácio Rodrigues de Araújo lutou na "Guerra do Paraguai". Seus descendentes afirmam ter tido em mãos um certificado de Honra ao Mérito dado a ele pelo Governo Imperial por ter lutado na Guerra do Paraguai. Esse Certificado foi doado ao Sr. Joaquim Cesário, antigo cartorário em Ipameri. Após a morte do Sr. Joaquim Cesário, não se teve mais conhecimento do paradeiro desse Certificado. Estranhamente, teria 13 anos quando do envio dos primeiros soldados goianos para a guerra. Todavia, naquele período, os maiores de 16 anos eram convocados e o recrutamento permaneceu intenso e ativo até 1873, mesmo oficialmente a guerra tendo chegado ao fim, três anos antes. No livro de registro da Guarda Nacional do Vaivem, consta-o com 26 anos em 1873, o que o faria ter nascido em 1847. No entanto, deve ter sido lançado como sendo mais velho para poder ir para a guerra. Faleceu em 08/12/1942, em Ipameri (GO).

Ao acamparem em Coxim, na data de 26 de fevereiro de 1866, o 16º Corpo de Voluntários da Pátria da Província de Goiás já estava reduzido a 142 praças[35]. Em 3 de abril de 1866, partiu a primeira Brigada em direção ao sul, para Miranda, a 396 quilômetros dali, comandada pelo Brigadeiro José Antônio da Fonseca Galvão. Essa Brigada era composta do 17º Batalhão de Voluntários de Minas Gerais (637 homens), 21º Batalhão de Infantaria de Linha (398 homens), e do Corpo de Artilharia do Amazonas com 86. Somando 1.121 homens.

No final do mês, em 25 de abril, partiu a segunda Brigada, comandada pelo tenente-coronel Joaquim Mendes Guimarães e composta pelo Esquadrão de Cavalaria de Goiás (ainda mais reduzido, com 135 homens), o 20º Batalhão de Infantaria de Linha (362 homens) formado por goianos, o Batalhão de Policiais de São Paulo e Minas Gerais (313 homens) e o 16º Batalhão de Voluntários de Goiás (mais de 400 homens). Somando 1.300 homens[36]. Permaneceram na região de Miranda até 19 de dezembro, porém, em julho, deslocaram-se para um local próximo ao rio Negro.

Nesse local, havia pântanos pestilentos, onde os soldados pegaram várias vezes a febre palustre, hoje mais conhecida como malária. Ali, por causa de uma alimentação inadequada, baseada em proteínas e carnes, em detrimento dos cereais, a falta de vitamina B1 causou alta mortandade[37], provocada pelo beribéri[38], também chamado de paralisia reflexa.

---

[35] Cf. Carta remetida por Vicente Miguel da Silva, de Coxim, a seu pai, Cel. Francisco José da Silva, na cidade de Bonfim, em 26 de janeiro de 1866. Não há informações, mas é possível que, entre as baixas, tenham ocorrido deserções. Carta transcrita no texto: Goyaz na epopéa da Laguna. *In*: *Jornal Bonfim*, maio e junho de 1939, n.º 36, pp. 3-4.

[36] RAMOS, Victor de Carvalho. Monumento aos heróis da "Retirada da Laguna". *A Informação Goyana*, Edição n.º 6, de janeiro de 1921, p. 47.

[37] Mais de 400 vítimas, Cf. Taunay, 2004, p. 292.

[38] A doença conhecida como beribéri possui duas formas de manifestação: a úmida e a seca. A úmida provoca sérios problemas cardíacos e pulmonares, que levam à morte. Já a seca, ataca o sistema nervoso, provocando o atrofiamento dos membros, podendo causar confusão mental, coma e morte.



Soldados goianos atravessando o Mato Grosso em direção à guerra do Paraguai – por M. Paranhos Júnior.

Andando quase sempre na vanguarda, as tropas goianas tiveram muitas baixas. Segundo os relatórios dos militares atendidos na enfermaria instalada em Vila Boa, no mês de janeiro, no dia 1º, havia 43 militares baixados. Até 31 de dezembro de 1866, haviam passado pela enfermaria 391 militares feridos ou acometidos de moléstias (Cf. MG Vol. 10, 1998, p. 116). Devido à grande quantidade de baixados, 90 foram enviados para outros lugares, como o presídio de Sta. Maria do Araguaia, o de Sto. Antônio e outros locais. Do total, 33 faleceram, 358 tiveram alta, e 23 ainda estavam sob os cuidados médicos na enfermaria de Vila Boa, em 31 de dezembro.

Dos militares baixados, 82 pertenciam ao 16º Batalhão de Voluntários, 35 da 1ª Cia. do Esquadrão de Cavalaria, 24 da 2ª Cia. do Esquadrão de Cavalaria, 3 da Artilharia, 3 do Batalhão paulista, e 243 do 20º Batalhão de Infantaria (Cf. MG Vol. 10, 1998, p. 111). Segundo o presidente França:

> Foram chegando um, e apóz outro e outro, e assim muitos que eram mandados para tratar de sua saúde nesta Província, em virtude dos termos da inspecção de saúde a que forão submettidos no acampamento das forças em operações ao sul de Matto-Grosso (MG Vol. 10, 1998, p. 112).

O presidente da Província dizia ser conveniente dar baixa aos militares incapazes para o serviço e fazer seguir os que estivessem em condições de marchar. Para isso, mandou que todos recebessem inspeção médica, e levou ao conhecimento do Ministério da Guerra os que foram considerados inaptos. Porém, isso se prolongaria até o ano seguinte. Até 29 de abril de 1867, o Ministério da Guerra não resolveu como iria proceder em relação aos militares inaptos para o serviço militar. Desde janeiro de 1867, havia sido proposta ao Ministério da Guerra a conveniência de se transferir os militares aptos para a 2ª Cia. do Esquadrão de Cavalaria, o que, posteriormente, alcançou parecer favorável. Isso, porém, implicou em novas dificuldades no recrutamento de mais homens, na disponibilidade de fardamento e no encontro da cavalhada necessária, bem como de muares para o transporte dos mantimentos e armamentos. Sobre o abastecimento das tropas, o presidente Augusto Ferreira França, em seu relatório à Assembleia Legislativa, em 1º de julho de 1866, fez a seguinte colocação:

> Ao que fica dito cumpre-me acrescentar que não tendo as províncias de S. Paulo e Minas, sem dúvida por justos e graves motivos, mandado gêneros alimentícios em quantidade bastante para supprimento das respectivas forças, quase que exclusivamente sobre Goyaz tem recahido o encargo de prover as numerosas forças existentes ao sul de Matto Grosso (Cf. MG Vol. 10, 1998, p. 90).

Em outubro de 1866, aconteceu um fato inusitado durante a guerra. Desde que ela havia estourado, surgiram boatos de que os

escravos manifestavam o desejo de fugir para o Paraguai, na esperança de se verem livres. Nessa intenção, 12 escravos, que haviam fugido de seus senhores na Província mineira, atravessaram o Rio Paranaíba e se dirigiam para aquela República. Contudo, sua fuga para a liberdade foi frustrada, 11 deles foram presos no Vaivem, no dia 11 de outubro de 1866, e entregues aos seus senhores (Cf. MG Vol. 10, 1998, p. 100).

Voltando à questão da assistência às tropas pela Província goiana, pelo fato de estar arcando com quase todos os víveres, provisões etc., a presidência da Província recebeu uma vultosa verba do Tesouro Nacional nos últimos meses de 1866. Em 6 de fevereiro, havia sido enviado à Corte, por ordem do comandante de operações, o major Joaquim Ferreira de Paiva. Esse militar compunha o efetivo do 20º Batalhão quando deixaram Goiás. Vindo do Rio de Janeiro com a quantia de duzentos contos de réis, entregou-a a Tesouraria da Fazenda da Província de Goiás e, em seguida, dirigiu-se a Miranda, para onde as tropas haviam se deslocado e onde se apresentou em 8 de dezembro de 1866[39].

Em Miranda, o major Ferreira de Paiva entregou à Caixa Militar das Forças em Operações a mesma quantia entregue à Tesouraria goiana. No espaço de dez meses, foi de Coxim ao Rio de Janeiro, de lá a Goiás e, novamente, a Coxim. No dia 11 de dezembro, foi designado para o posto de comandante do 20º Batalhão, porém, em 29 do mesmo mês, deixou esse comando, pois foi designado para Deputado do Quartel Mestre General. Entretanto, com a nomeação do novo comandante geral das forças, em 11 de janeiro, é novamente designado para o comando do 20º Batalhão. O Cel. Carlos de Morais Camisão havia se apresentado no acampamento de Miranda, a 31 de dezembro, e, no dia seguinte, 1º de janeiro de 1867, assumiu o comando das tropas[40].

[39] Biografia Militar do Major Joaquim Ferreira de Paiva, p. 3.
[40] Biografia Militar do Major Joaquim Ferreira de Paiva, p. 4.



Major Ferreira de Paiva e Cel. Camisão

Dois dias antes da chegada do Cel. Camisão, em 9 de janeiro de 1867, o 16º Batalhão de Voluntários de Goiás havia sido extinto[41]. Os sobreviventes do Batalhão de Voluntários de Goiás e, também, os sobreviventes do Esquadrão de Cavalaria[42], por ordem do comandante das forças em operação, foram integrados como adidos do 20º Batalhão de Infantaria de Linha. No dia 10, o Cel. Camisão deu a ordem de levantar acampamento e, um dia depois, reorganizou o corpo do Exército, com a formação de uma única Brigada, pondo seus 1.600 homens em marcha. Em 11 de janeiro, livres das privações a que se submeteram anteriormente, marcharam de Miranda, completamente fardados, armados e providos de munições. Em 24 de janeiro, acamparam em Nioac, 210 quilômetros a sudeste

[41] Algum tempo depois, o Batalhão de Voluntários Auxiliares herdou a sua nomenclatura.
[42] Quase todos os cavalos do Esquadrão de Cavalaria morreram devido a uma *epizootia* que se alastrou entre as montarias chamada de "peste das cadeiras", causada por um protozoário, o *Trypanosoma evansi*.

de Miranda. Nesse local, com o bom clima e melhores acomodações, seria exaltado o ânimo da tropa.

Enquanto isso, corria pelo acampamento o boato de que o coronel comandante havia agido com covardia durante a evacuação do Forte de Corumbá. Ressentido pelos boatos e pela repercussão de ter ficado na defensiva anteriormente, a atitude de decidir avançar no terreno inimigo agindo ofensivamente, parecia ser uma decisão em vista de reabilitar-se. O Cel. Camisão encontrou nos arquivos um ofício com a sugestão do Ministro da Guerra, Ângelo Muniz da Silva Ferraz, recomendando que, caso as circunstâncias o permitissem, avançassem além do Rio Apa. Por sua vez, o Cel. Camisão não entendeu tal ordem como uma indicação facultativa, mas como ordem expressa para adentrar em terras paraguaias (Cf. Taunay, 1874, p. 30). Depois de muitas hesitações da parte do comandante, as tropas brasileiras partiram de Nioac, em 25 de fevereiro.

A cruel face da guerra

No dia 25 de fevereiro de 1867, marcharam para a colônia de Miranda[43], aonde chegaram no dia 4 de abril. No dia 14 de abril, deixaram a colônia de Miranda e partiram para o Forte de Bela Vista, onde estavam as tropas paraguaias comandadas pelo major Martim Urbieta. Esse local fica ao norte do Paraguai, onde, em 21 de abril, atravessaram o Rio Apa[44], a divisa natural entre o Brasil e o Paraguai, e tomaram o Forte de Bela Vista sem um único tiro, pois os paraguaios o abandonaram ao avistarem as tropas brasileiras.

Ao entrarem em terras paraguaias, por lá assentaram acampamento. Entretanto, mal sabiam que o pior estava ainda por vir. Se poucos haviam restado até ali, pouquíssimos sobreviveriam. O 20º batalhão de infantaria de Goiás estava na vanguarda e, sob as

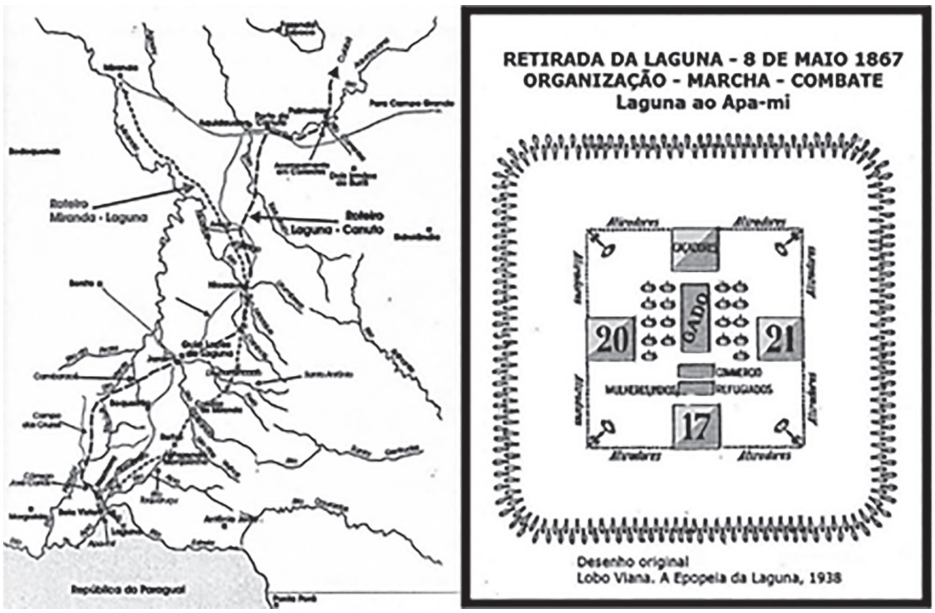
[43] Não confundir com a outra localidade anterior.
[44] O Rio Apa faz uma espécie de curva por ali, de modo que se tornou necessário atravessá-lo novamente.

ordens do capitão Ferreira de Paiva, foram os primeiros a pisar o solo paraguaio (TAUNAY, 1874, p. 78).

Depois de três dias de marcha, estiveram sempre à espreita do Exército paraguaio. Em 1º de maio, chegaram à invernada da Laguna. Tinham ido até ali à procura de gado, pois já estavam com poucos víveres e uma diminuta boiada. Todavia, não encontraram uma só cabeça de gado. Dali marcharam rumo à cidade de Conceição. No caminho, em 3 de maio, atacaram um acampamento paraguaio e arrebataram 50 cabeças de gado. Em 8 de maio, foram atacados pela Cavalaria paraguaia e resolveram retroceder a Nioac. Nesse dia, o capitão goiano, Vicente Miguel da Silva, comandou uma linha de atiradores, ação pela qual recebeu menção honrosa na parte oficial. Após o ataque realizado pela manhã, que causou a morte de 14 brasileiros, houve mais tiroteios noturnos. Sobre esse ataque noturno, disse Taunay:

> Este combate que poz termo à jornada não durou menos de uma hora; a nossa perda não foi considerável, um homem morto e alguns feridos, e pudemos contar como uma vantagem a experiência que então fizemos da firmeza do nosso batalhão n. 20 que estava de serviço juncto á bateria: o fogo paraguayo parecia dessa vez ter melhor direcção que anteriormente, e a nossa gente não arredou pé. Não passavam, entretanto, de recrutas valetudinários, vindos de Goyaz, commándados é certo por um esforçado official do exército, o capitão Ferreira de Paiva; ficamos assim sabendo quanto devíamos esperar do valor e da abnegação de todos para o resto da retirada (Taunay, 1874, p. 109).

Batendo em retirada, nos dias 9 e 11 de maio de 1867, as tropas brasileiras foram perseguidas e duramente atacadas. Apesar da dramaticidade da retirada, ela foi organizada e feita sob a estratégia militar e em ordem. No dia 11 de maio, foram pegos de surpresa por uma Cavalaria paraguaia e 19 brasileiros morreram; outros 29 ficaram feridos. A mortandade paraguaia foi maior, havia mais de



Trajeto das tropas brasileiras no território do Mato Grosso e estratégia de defesa

80 cadáveres. Nos dias seguintes, por diversas vezes, houve intenso tiroteio entre as tropas brasileiras e paraguaias, que se utilizaram de manobras de guerrilha (Dias 14, 16, 18, 19, 23, 25 e 29). O número de mortos nos ataques não foi maior devido à estratégia de defesa durante o deslocamento, com a formação de um quadrado com os quatro batalhões. Esse acontecimento foi lembrado como a "retirada da Laguna", eternizada na obra de Taunay.

As tropas brasileiras tiveram de retroceder, sempre perseguidas de perto pela infantaria paraguaia e, ocasionalmente, sofrendo ataques da Cavalaria. Entretanto, o fato da grande mortandade, ao final da retirada, deu-se, muito mais pelas mortes causadas pela fome, pelas doenças e pelo desgaste físico, do que pelos próprios combates. Os deslocamentos feitos a pé, com muitos dos soldados mal calçados e até descalços, aliados à má alimentação que, em dado momento, passou a ser composta de duas espigas de milho por dia, noutros, exclusivamente, de carne, além das doen-

ças, como o beribéri, a varíola, a malária e a cólera, dizimaram as tropas brasileiras. Inclusive o próprio Cel. Camisão, comandante das tropas expedicionárias, sobrevivente das saraivadas de balas e dos ataques frontais de baionetas, acabou atingido pelo vírus da cólera, sendo um dos que não voltaram a pisar as suas terras[45].

O Alferes da 2ª Brigada do Batalhão de Voluntários de Goiás, Vicente Miguel da Silva, quando já estavam em Miranda, escreveu a seu pai dizendo a situação:

> [...] Eu já perdi a esperança de tornar a ver a minha santa terra que me viu nascer, eu que sempre passei e tinha orgulho de ser o oficial mais animado e forte de toda a expedição, porém me acho hoje fraco e abatido; outrora quando marchamos de Coxim para aqui, passamos grande falta de víveres na marcha, o nosso alimento era jatobá; muitos dos meus companheiros queriam morrer descoroçoados e eu os animava e lhes dizia: "Vamos, morramos se for preciso. Por que temer a morte quando se sofre tanto na vida?" À vista disso eles me apelidaram de Hércules e sempre me chamavam "o guerreiro Hércules", então eu lhes respondia: "Eu não sou Hércules, mas é belo ousar imitá-lo".[46]

[45] Além dele, outro que não voltou foi o Voluntário da Pátria desaparecido na Guerra do Paraguai, Manoel Vaz da Costa, filho do Capitão João Vaz da Costa e Anna Joaquina da Conceição, natural do Vaivem, atual Ipameri (GO). Doze anos depois da abertura do inventário do Cap. João Vaz da Costa, aberto em 1875, um neto do Cap. João, filho de Manoel Vaz da Costa e de sua esposa Joaquina Rosa da Conceição, chamado Inocêncio Vaz da Costa, nascido em 08.08.1858, entrou com uma declaração junto ao Juiz Municipal em 1887, afirmando que seu pai era ausente há mais de 20 anos do Vaivem e requeria alguns bens de que seu pai era herdeiro e, por conseguinte, na ausência de seu pai, ele era o herdeiro e que estavam em poder de seu tio Jerônimo Vaz da Costa, curador da herança de seu pai. Nas costas dessa declaração, há o registro do Delegado de Polícia do Vaivem que afirma: "Informo a V. S. que é sabido pelo povo em geral que, Manoel Vaz da Costa, que desta freguezia sahio como Voluntário da Pátria em occasião das guerras com o Paraguay, nunca mais voltou a esta freguezia. Isto de annos que o mesmo Vaz sahio e é público que reside em lugar não sabido athé o presente. Por verdade, por ser pedido, passo, e attesto debaixo do regimento do cargo que occupo. Entre-Rios, 16 de maio de 1887. Francisco Ignácio de Salles, Delegado de Polícia em exercício neste Termo" (SALLES, Inventário do Cap. João Vaz da Costa).

[46] Carta transcrita no texto: Goyaz na epopéa da Laguna. *In*: *Jornal Bonfim*, maio e junho de 1939, n.º 36, pp. 3-4.

Como se vê, até os mais fortes se deixaram abater, tal era a situação de desespero frente à perseguição constante das tropas paraguaias, a falta de alimentos, de roupas e calçados, a aflição da epidemia de cólera, as deserções, os suicídios e o descontentamento das já enfraquecidas tropas brasileiras, que mal se sustentavam de pé, e ainda tinham que carregar os seus doentes. Como já visto, em 1º de maio, acamparam na invernada da Laguna. Alguns dias depois, em meio à retirada, após pensar em várias alternativas possíveis, reuniram-se os oficiais e, dada a situação crucial em que se encontravam, na madrugada do dia 26 de maio de 1867, o Cel. Camisão tomou a desconcertante e necessária decisão:

> O commandante então, como fóra de si, ordenou que fossem immediatamente á luz de archotes, abrir uma clareira no bosque visinho para transportarem-se para ahi e ahi ficarem os cholericos. Ordem terrível de dar, terrível de executar, e que no entanto (forçoso é dizê-lo) não dispertou dissentimento algum, censura alguma! Os soldados puzeram-se immediatamente a fazer os lugubres aprestos, como si obedecessem a uma ordem habitual; e depois, (tão facilmente desapparece a moralidade sob a pressão da necessidade!) collocaram no bosque, com a espontaneidade do egoísmo, todos esses condemnados innocentes, os desgraçados enfermos; muitos, companheiros de longo tempo, alguns, amigos provados por perigos communs (Taunay, 1874, p. 177[47]).

Segundo Taunay (Cf. 1874, p. 179), foram abandonados mais de 130 coléricos. No mesmo dia, o capitão Vicente Miguel da Silva contraiu o vírus do Cólera e faleceu no dia 29 de maio. Na mes-

[47] Naquela clareira, foram abandonados mais de 130 homens, sob a simples proteção de uma placa, ali afixada, contendo os seguintes dizeres: "Compaixão para os choléricos!", para caso as tropas paraguaias os encontrassem tivessem misericórdia e os poupassem. O que de fato aconteceu, foram encontrados, no entanto, não houve compaixão e muitos na tentativa de fuga foram fuzilados e os outros, que mal ficavam de pé, foram espetados pelas espadas e baionetas. Apenas um se salvou: Calixto Medeiros de Andrade (Cf. LOBO, VIANNA, p. 12). Alguns dias mais tarde, alcançou as tropas brasileiras, sobreviveu também ao vírus da cólera, e, terminada a guerra, retornou para sua terra natal, Estrela do Sul (MG).

ma ocasião, faleceram o comandante coronel Camisão e o subcomandante tenente-coronel Juvêncio. Ambos foram sepultados na fazenda Jardim, propriedade do guia Lopes. Com essas mortes, o comando das tropas foi passado ao major José Thomaz Gonçalves, até então, comandante do 21º Batalhão. Nesse local, houve o declínio da epidemia entre a tropa e alguns coléricos se recuperaram pelo consumo de laranjas e limões.

No dia 02 de junho de 1867, a caminhada foi novamente recomeçada e chegaram a Nioac. Encontram, porém, o vilarejo abandonado pelos seus moradores, pois fora saqueado pelas tropas inimigas que mataram e queimaram tudo o que viram pela frente, exceto a igreja. Tal preservação não foi por acaso. Tratava-se de uma armadilha feita pelos paraguaios. Foram espalhados rastilhos de pólvora pelo chão da igreja, indo em direção a barris também cheios de pólvora. Um soldado brasileiro ao entrar na Igreja acendeu um isqueiro, encontrado no chão, para enxergar dentro da igreja e provocou uma enorme explosão. Como saldo dessa armadilha, quinze soldados brasileiros perderam a vida (Cf. TAUNAY, 1874, p. 118-122). Ali, chegou ao fim a retirada das tropas brasileiras e a perseguição paraguaia. Em 19 de junho, as tropas acamparam às margens do ribeirão Correntes, na Província de Mato Grosso, e, em 16 de outubro, aquartelaram-se com o Batalhão na cidade de Cuiabá.

Outra situação estarrecedora foi a forma como muitos dos valorosos soldados goianos sobreviventes foram dispensados pelo presidente da Província do Mato Grosso de continuar o serviço militar assim que chegaram a Cuiabá. Sem recursos, enfraquecidos e sem meios de transporte para voltarem a sua terra natal, foram obrigados a voltar esparsamente por seus próprios meios. Alguns, sem encontrar formas de voltar, estabelecer-se-iam em outras localidades, onde viveriam em indigência e miséria e morreriam longe de sua terra.

Desse modo, não houve qualquer reconhecimento desses homens abandonados e esquecidos. A única homenagem foi feita em 22 de setembro de 1870, quando o capitão do 20º Batalhão, Luiz Cândido de Gonzaga, por ordem do vice-presidente da província de Mato Grosso, trouxe a bandeira do extinto Batalhão Goiano de Voluntários (MARTINS, 1983, p. 18)[48]. No dia seguinte, a bandeira foi conduzida por Antônio José da Costa Brandão, alferes do Estado Maior de 2ª Classe e que tinha sido alferes do mesmo Batalhão de Voluntários. Essa bandeira foi levada pelas ruas da cidade até a Catedral de Sant'Anna de Goiás e entregue ao Bispo, o qual a depositou no interior da Catedral.

Após a sua chegada a Cuiabá, apesar das dispensas, o 20º Batalhão, com boa parte de seus homens, ainda permaneceu ativo. O major Ferreira de Paiva passou o comando ao Ten. Cel. João Gervásio de Souza Perné, em 11 de julho de 1868, e assumiu o comando do 21º Batalhão. Entretanto, posteriormente, retornou ao 20º Batalhão e depois assumiu novamente o 21º. Essa alternância se repetiu algumas vezes.

O recrutamento de homens continuou intenso até o ano de 1873, pois as tropas brasileiras ainda permaneciam nas divisas com o Paraguai. Até que, em 1º de abril de 1873, o major Ferreira de Paiva apresentou-se novamente como comandante do 20º Batalhão. Sua última transferência tinha por objetivo conduzir o Batalhão de volta ao seu quartel na Província de Goiás, de onde havia marchado, em 15 de maio de 1865, para a Província de Mato Grosso e dali para o Paraguai.

[48] Pelo ato de 22 de abril de 1871, também requisitou-se a "devolução do estandarte do Esquadrão de Cavalaria para que fosse depositado na Catedral, o que não foi atendido" (MARTINS, 1983, p. 15).



Jerônimo Rodrigues do Amaral[49].

[49] A revista *Informação Goyana* (agosto de 1929, Vol. XIII, Nº 1, p. 4) aponta que este veterano de guerra era mendigo. Dr. Euler enviou a informação para a revista: "Em uma destas viagens, encontrei em Pouso Alto, de onde é filho, um mendigo – Veterano do Paraguay – vivendo de caridade pública há cerca de 20 anos. / Esse pobre infeliz, que se chama Jeronymo Rodrigues do Amaral, vulgo Jeronymo Duro, está actualmente com 85 annos de edade e falando ainda sobre a guerra com certo ardor patriótico, mora em um casebre, abandonado, apezar de ter tomado parte em vários combates, sendo elogiado. 'Na ordem do dia do Commando das Forças sob o número 13, de 20 de agosto, que mandou elogiar, em nome do Governo Imperial por fazer parte das forças em operações, ao sul da Província, que praticou prodigiosos feitos, supportando a fome, pestes e guerra: foi comprehendido no aviso do Ministério da Guerra de 3 agosto, que mandou elogiar por ordem de sua majestade, o Imperador, por fazer parte das forças em operação ao Sul da Província, na gloriosa retirada do APA, resistiu com valor e constância aos ataques do inimigo, peste fome e às intempéries. / Tem direito à medalha de prata concedida por decreto de 7 de agosto de 1867, às forças de operações'. Esse documento, único encontrado, acha-se esfarrapado e quasi illegível. / A fé de officio desse voluntário da pátria, que a morte respeitou na gloriosa Retirada da Laguna, é simples e eloquente: prova que elle tem direito à gratidão nacional".

No dia 18 de abril de 1873, finalmente marcharam para Goiás, aonde chegaram três meses depois, em 29 de junho. Por volta da uma hora da tarde, soltaram diversos rojões para reunir a população, que concorreu em grande número, recebendo entusiasticamente os seus bravos combatentes. Nas ruas da cidade foram montados vários arcos do triunfo e a cada um deles que se passava, e em outros pontos da cidade, eram feitos diversos discursos pelas pessoas cultas da capital, seguidos de muitos vivas. Logo de início, cada soldado recebeu uma coroa de louros com duas fitas, nas quais estavam escritos em dourado os seguintes dizeres: "Viva a Nação Brasileira – ao bravo batalhão 20". No decorrer da caminhada, as duas bandas de música da Guarda Nacional, alternadamente, animavam o trajeto. Após o término do trajeto, passaram os umbrais da Catedral, onde foram cobertos de flores e participaram de um solene *"Te Deum"*, exaltando ao Deus Criador pelo retorno dos goianos. Depois disso, ainda houve um farto jantar e representações no teatro da cidade. Para finalizar o dia festivo, o Sr. presidente fez um discurso e, logo após, cantaram o hino nacional[50].

Sob o comando do major Ferreira de Paiva, os combatentes goianos ajudaram a escrever uma das páginas mais dramáticas e brilhantes do Exército nacional. Um épico às avessas, onde vencer significou continuar vivendo. Embora o Brasil e as forças aliadas tenham sofrido derrotas em algumas batalhas, ao término da guerra o Paraguai foi tristemente massacrado. Em seus versos, a canção do Exército diz assim: "A paz queremos com fervor, / a guerra só nos causa dor. / Porém, se a Pátria amada / for um dia ultrajada/ lutaremos sem temor[51]". De fato, os combatentes defenderam seu País, com a oferta de suas vidas. No entanto, na guerra nunca há perdedores e vencedores, a humanidade como um todo sai derrotada.

---

[50] Cf. *Correio Official*: edições de 5, 12, 19 e 31 de julho de 1873.

[51] Canção do Exército, letra do Maj. Alberto Augusto Martins e música de Teófilo de Magalhães.

Referências

CAMARGO, Fernando Antônio Lucas. **Um romancista em campanha:** Taunay na Guerra do Paraguai. São Paulo: Baraúna, 2010.

CHIAVENATTO, Julio J. **Genocídio Americano:** A Guerra do Paraguai. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. **Maldita guerra:** nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

DUARTE, Paulo de Queiroz. **Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

MARTINS, letra do Maj. Alberto Augusto; MAGALHÃES, música de Teófilo de. Canção do Exército. Disponível em: <https://www.vagalume.com.br/exercito-brasileiro/cancao-do-exercito.html>. Acessado em 8 de março de 2014.

MARTINS, Zildete Inácio Oliveira. A participação de Goiás na Guerra do Paraguai. *In*: **Boletim Goiano de Geografia**. Vol. 3, N.º 1-2, janeiro-dezembro, 1983, p. 1-38.

Memórias Goianas – Volume 10, Goiânia: Ed. UCG, 1998.

_____. Volume 11, Goiânia: Ed. UCG, 1999.

RAMOS, Victor de Carvalho. Monumento aos heróis da "Retirada da Laguna". **A Informação Goyana**, Edição n.º 6, de janeiro de 1921, p. 47.

RODRIGUES, Marcelo Santos. Os (In)Voluntários da Pátria na Guerra Do Paraguai (A participação da Bahia no conflito). Salvador-BA: Dissertação apresentada ao Mestrado de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre, 2001.

TAUNAY, Alfredo de d'Escragnolle. **A retirada da Laguna**. Rio de Janeiro: Typographia Americana – Rua dos Ourives N. 9, 1874.

VIANNA, Lobo. **A Epopéa da Laguna**, Rio de Janeiro: Editora Imprensa Militar, 1938.

Arquivos Consultados:

ARQUIVO HISTÓRICO ESTADUAL DE GOIÁS

A) CORREIO OFFICIAL DE GOYAZ

Edição N.º 46, de 25 de março de 1865; Edição N.º 55, de 17 de maio de 1865; Edição N.º 58, de 27 de maio de 1865; Edição N.º 81, de 16 de agosto de 1865; Edição N.º 101, de 25 de outubro de 1865; Edição N.º 478, de 5 de julho de 1873; Edição N.º 479, de 12 de julho de 1873; Edição N.º 480, de 19 de julho de 1873; Edição N.º 482, de 31 de julho de 1873.

SECRETARIA DE CULTURA DE IPAMERI

A) LIVROS MANUSCRITOS

Livro de atas do Conselho de Qualificação dos Guardas Nacionais, 1859-1874.

B) ACERVO JOÃO VEIGA

PASTA "HISTÓRICO E OUTROS 6º BC"

Biografia Militar do Major Joaquim Ferreira de Paiva.

IPEHBC – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central.

A Informação Goyana (Digitalizado), Vol. IV, Edição N.º 6, de janeiro de 1921; Vol. XIII, Edição N.º 1, agosto de 1929.

Bonfim, Edição n.º 36, maio e junho de 1939.

FÓRUM DE IPAMERI-GO[52].

SALLES, Francisco Ignacio de. Inventário do Cap. João Vaz da Costa, aberto em 1875.

[52] Atualmente, deslocado e arquivado no Centro de Memória e Cultura do Poder Judiciário na cidade de Goiás.

História e Memória do Museu Couros de Formosa

Daniel Victor Pereira Goveia da Guirra [53]
Rildo Bento de Souza [54]

Em 2026, o Museu Couros de Formosa completa 30 anos, mantendo-se como um importante espaço museológico do interior de Goiás, seja pelo seu rico acervo, pelas inciativas educacionais e de preservação da história e da memória local. Em sua dissertação de mestrado, Guirra (2022) analisou essa instituição museológica a partir das suas dimensões narrativas e educacionais, buscando compreender o processo de constituição do museu e do seu acervo.

Alguns aspectos dessas discussões podem ser dialogados com o intuito de aprimorar o debate sobre historiografias locais e regionais, contribuindo para o crescimento desse campo de pesquisa. Entender como se constituem os museus das cidades goianas é um importante passo para a construção de identidades de povos que foram e ainda são ignorados, silenciados ou apagados desses espaços de memória. Como exemplo, há o trabalho de Souza (2025) que analisou o silenciamento em relação aos indivíduos considerados loucos que foram compulsoriamente "internados" na então cadeia da cidade de Goiás e que não há nenhuma menção a eles na

[53] Daniel Victor Pereira Goveia da Guirra é mestre em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e professor de História na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). E-mail: danielguirraone@gmail.com

[54] Bacharel, licenciado, mestre e doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Possui pós-doutorado em Museologia pela Universidade Lusófona de Lisboa – PT. Professor Associado do curso de Museologia da Faculdade de Ciências Sociais da UFG. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UFG) e do Mestrado Profissional em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP/UEG). Sócio Titular do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG) e do Instituto Cultural e Educacional Bernardo Élis para os Povos do Cerrado (ICEBE). E-mail: rildo_bento@ufg.br

expografia daquele local, atualmente transformado em Museu das Bandeiras.

A escolha do que deve ser lembrado e do que deve ser esquecido é uma das características mais emblemáticas das instituições museais. E esta é, sem dúvida, "uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas" (Le Goff, 2003, p. 422). Afinal, "o controle do arquivo é o controle da memória" (Assmann, 2011, p. 368). E a instituição museológica pode ser entendida como um grande "arquivo", no sentido de abrigar objetos que, por sua vez, ajudam a compor narrativas que estão a serviço de quem as construiu. A nova definição de museu, aprovada em 2022 pelo Conselho Internacional de Museus (Icom), o compreende como:

> [...] uma instituição permanente, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Com a participação das comunidades, os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional, proporcionando experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimentos (ICOM, 2022).

Nesse sentido, o Museu Couros enquadra-se nessa definição. O seu surgimento está intimamente associado aos interesses do senhor Leônidas Pires, que o criou e é o seu responsável. Ainda na década de 1980, idealizou, junto com quatro amigos, o Clube Espaço Cultural (CEC). Dentre os seus objetivos, estava a preservação da memória. Aquilo que se configuraria como um clube para promoção de eventos culturais na cidade se tornou a principal instituição de preservação da memória de Formosa. Na esteira do desejo de memória e das lembranças de infância, Leônidas Pires iniciou a procura por objetos para construção de seu acervo museológico, oito anos após o surgimento da ideia, em 1988.

A busca pelo acervo se caracterizou como um passo importante para a construção desse espaço de preservação de memória, uma vez que o senhor Leônidas Pires objetivou, primeiramente, apropriar-se de objetos relacionados às suas lembranças de infância, do período em que morou na zona rural. Com isso, o museu assume características distintas, conferindo ao seu acervo aspectos da biografia de seu fundador. Foi diante dessa indefinição de como enquadrar essa instituição, que o trabalho de Guirra (2022) levantou a hipótese de se tratar de um museu biográfico, posto que é impossível dissociar a instituição da pessoa que a criou.

A partir disso, a busca dos itens se concentrou em casas de amigos em várias cidades. O senhor Leônidas destacou que encontrou objetos "literalmente jogados fora, em um monturo" (Pires, 2021 *apud* Guirra, 2022, p. 65). Esse acervo foi constituído através da aquisição de objetos que, por vezes, eram considerados lixos nas casas em que visitou. A busca materializou aquilo que Bittencourt (1989) apontou ao conceituar o *bazar de maravilhas*, um espaço caracterizado pelo acervo com peças variadas, sem configurar uma unidade nas exposições, o que encaminha para outro conceito evidenciado pelo autor, a *miscelânea histórica*.

O senhor Leônidas Pires chegou a um acervo satisfatório em 1996. O esforço empregado, ao longo de oito anos, deu-lhe as ferramentas necessárias para a construção do Museu Couros de Formosa. Suas singularidades se formaram em um acervo que uniu peças de diferentes naturezas e estilos, formando quase que um *gabinete de curiosidades*, posto que havia objetos que representavam sua história e lembranças pessoais, como o tear manual (máquina de tecer fios), que permanece até a atualidade como peça importante da coleção. Essa questão reforça o conceito de miscelânea histórica (que não deve ser empregado como algo pejorativo, mas como uma constatação factual), isto é, uma mescla, uma mistura de objetos, que forma uma instituição singular.

Ainda em 1996, o senhor Leônidas inaugurou o museu em sua própria casa, com um acervo por ele considerado como sendo de sua família (Pires, 2021 *apud* Guirra, 2022, p. 62). A partir disso, "os objetos acabam se transformando numa espécie de resumo da sociedade onde se encontram instalados os museus" (Bittencourt, 1983, p. 4). O resumo aludido aqui se materializa no esforço premente do senhor Leônidas para a construção da cultura de preservação da memória local, no qual, entre 1988 e 1996, organizou inúmeros eventos, tais como a já tradicional Festa da Moagem[55] e diversas iniciativas artísticas, musicais e esportivas.

Portanto, o senhor Leônidas não se preocupou apenas em reunir objetos, mas também no lugar em que esse acervo seria exposto. Nesse caso, "o objeto aparece fundamentalmente como suporte de significações que a própria exposição propõe" (Meneses, 1994, p. 24). Isto é, o acervo servirá de apoio às propostas da exposição, a qual alude aos interesses de rememorar os tempos de infância do fundador, não à toa, o primeiro espaço conferiu um sentido importante ao ser a casa do idealizador do Museu. Contudo, ainda no ano de 1996, o idealizador criou a Fundação Museu Couros, algo que estava, de certa maneira – e tanto quanto possível – relacionado em grande medida ao criador do projeto; ademais, a Fundação passou a ser de total interesse público, uma vez que a sua criação objetivou a doação de todo o acervo.

A partir de 1996, quando foi instituída a Fundação Museu Couros, o criador do projeto, o senhor Leônidas, iniciou tratativas com o poder público para assegurar um outro espaço, que não fosse dele, mas da cidade de Formosa (Guirra, 2022, p. 62). Desde então, conseguiu a doação da antiga casa da garagem da Prefeitura de Formosa, local que estava abandonado havia muito tempo. É curioso que esse local poderia aludir aos momentos de busca pelos objetos do museu. Na antiga garagem, foram encontrados, para

[55] Festa idealizada pelo senhor Leônidas Pires para financiar o museu e valorizar práticas tradicionais de artistas, artesões, pecuaristas e pequenos agricultores do município.

além do entulho, vários documentos históricos datados do século XIX, todos jogados nas pilhas de lixos e entulhos que se amontoavam naquele lugar. Naquele ano, começou, então, a ressignificação do espaço, e uma reforma foi autorizada.



Antiga casa da garagem de Formosa (1996) – Fonte: Documentário História do Museu Couros de Formosa – GO (Lucas; Pires, 2021).

Ao fim da reforma, finalmente o Museu Couros ganhou vida dentro do Centro de Cultura, Tradições e Turismo de Formosa. Onde havia lixo e desordem, passou a ter objetos valiosos para a história e a memória da cidade. O Centro de Cultura abrange um teatro, uma galeria de Artes, o museu, além de copa, escritório e, também, estúdio de gravação com câmeras de alta qualidade. "Desde então, Formosa passou a ter um espaço dedicado à preservação da sua memória" (Guirra, 2022, p. 12). O espaço foi completamente ressignificado e o desejo de memória e preservação do seu fundador fez com que retomasse as ações relacionadas aos itens que colecionou, transformando o que para muitos era lixo em objetos de alto valor histórico-cultural; além do mais, um prédio esquecido foi reformado e passou a ser a referência de cultura para o município (D'Aléssio, 2012, p. 79).



Fachada do Centro de Cultura, Tradição e Turismo de Formosa (GO) – Fonte: Foto deste autor (2021).

Isso posto, "nesse momento surgiram também alguns problemas pertinentes ao tema, porque se há memória a ser preservada, existem também esquecimentos produzidos diante da pluralidade das memórias individuais" (Guirra, 2022, p. 12). O desejo de memória e preservação do fundador, confere ao espaço e seu acervo um caráter de museu histórico, esse fundamento traz à tona as seleções feitas para compor o acervo. Desse modo, o museu deu lugar a personagens, objetos e documentos específicos.

Se é razoável inferir que os objetos organizados, expostos em uma narrativa expográfica, confere aos itens uma significação importante para a sociedade, pode-se então apreender que o acervo também é parte significativa da síntese de quem o compilou. Diferentemente dos grandes museus, cujo acervo foi produto de muitas décadas, até mesmo séculos, o Museu Couros reflete apenas o trabalho do seu fundador. Após a constituição do Museu Couros de Formosa, o senhor Leônidas construiu as exposições de acor-

do com o que entendia ser a História de Formosa. Nesse ponto, "a exposição museológica pressupõe, forçosamente, uma concepção de sociedade, de cultura, de dinâmica cultural, de tempo, de espaço, de agentes sociais e assim por diante" (Meneses, 1994, p. 25). Ao longo do tempo, as exposições do Museu Couros pouco sofreram alterações, elas aludiam aos grandes feitos, nomes de importantes famílias e os considerados heróis da cidade.

No Museu Couros a narrativa de uma *Grande História* para a cidade de Formosa, era organizada nas exposições, na qual, pessoas de famílias abastadas da região compunham os lugares mais privilegiados. Essas questões ampliam o debate para aqueles que não foram mencionados. Nesse sentido, por exemplo, o espaço para a Feira da Moagem não privilegia os seus trabalhadores, e o do tear, já mencionado, não contempla aquelas que o manuseavam.

Com isso, é possível aferir o quanto a vida do senhor Leônidas Pires e a história de Formosa, como é contada, se confundem. Portanto, a narrativa do fundador sobre a sua vida entremeado à narrativa formosense compõem uma tentativa de estabelecer as devidas conexões para que a narrativa produzida tenha uma certa coerência (Bourdieu, 2006, p. 185). Ou seja, impossível dissociar a trajetória do senhor Leônidas do Museu, e a trajetória do Museu do senhor Leônidas.

Deve-se destacar, também, o compromisso do Museu Couros em sempre envolver os estudantes das escolas de Formosa. A visita ao Museu Couros faz parte do calendário de atividades de várias escolas e colégios das redes municipal e estadual de ensino da cidade. Ao longo do seu trabalho o senhor Leônidas sempre se preocupou com a educação do município e a propagação de uma narrativa da história da cidade a partir do acervo do Museu. Nesse sentido, faz-se necessário olhar com atenção para esse aspecto e construir mediações com abordagens críticas para que não se propague estereótipos acerca da história e da memória local.

Como foi dito anteriormente, o senhor Leônidas Pires ressignificou objetos e espaços importantes ao longo de sua trajetória de vida, deu sentido a *coisas* que várias pessoas não consideravam relevantes, cuidou e ainda cuida de acervos documentais de grande valor acadêmico, ainda não exploradas pela academia. O seu trabalho zeloso preserva e alude a história e a cultura da cidade de Formosa, no entanto, isso deve ser analisado de maneira crítica, colocando a narrativa sob uma perspectiva também crítica.
Por fim, a Festa da Moagem, o tear, os documentos manuscritos, a sala de música, os textos e livros expostos, ferramentas de trabalhos rurais, entre vários outros itens, todos eles carecem de uma análise mais aprofundada das relações de trabalho que aludiam, por exemplo, ao estado de Goiás das décadas de 1960 e 1970. Isto é, essas reflexões podem construir uma linha de pesquisa local e regional muito importante para a construção de identidades, para a história e a memória regional, privilegiando outras narrativas, com outros *atores*. Nesse sentido, o Museu Couros é uma instituição que merece ser cada vez mais conhecida, valorizada e pesquisada.

Referências

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação:** formas e transformações da memória cultural. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

BITTENCOURT, José Neves. Cada coisa em seu lugar: ensaio de interpretação do discurso de um museu de história. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 8, n. 1, p. 151–174, 1 jan. 2001.

BITTENCOURT, José Neves. **Cultura Material, Museus e história:** algumas considerações sobre um debate que não é tão intenso quanto deveria ser. Revista Eletrônica Humanas, 1989.

BOURDIEU, Pierre. (1998). A ilusão biográfica. In Marieta de Moraes Ferreira, Janaína Amado (Org.), **Usos e abusos da história oral** (p. 183-191). Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas.

D'ALESSIO, Márcia. **Metamorfoses do patrimônio:** o papel do historiador. *Revista do Patrimônio*, v. 34, p. 79–91, 2012.

GUIRRA, Daniel Victor Pereira Goveia da. **Do museu histórico ao biográfico: uma proposta de requalificação do Museu Couros de Formosa (1996-2019).** Goiânia. 2022. 122f. Dissertação (Mestrado em História).

ICOM. *Nova definição de Museus*. 2022. Disponível em: <https://www.icom.org.br/?page_id=2776>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2023.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

LUCAS, Samuel.; PIRES, Leônidas da Silva**. História do Museu Couros – Formosa GO** – Documentário Formosa-GO, 12 abr. 2021. Disponível em: <ttps://www.youtube.com/watch?v=nC66v7gsWwo&t=266s>. Acesso em: 22 nov. 2025

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. **Anais do Museu Paulista**, v. 2, p. 9–42, dez. 1994.

SOUZA, Rildo Bento de. As marcas da loucura no cárcere: uma leitura do arquivo do Museu das Bandeiras (Cidade de Goiás, Brasil). **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 69, n. 25, p. 71-83, 9 Jun. 2025.

Os 55 anos do Planetário Juan Bernardino Marques Barrio (UFG)[56]

Michele Ferreira Martins[57]
Rildo Bento de Souza[58]

O Planetário Juan Bernardino Marques Barrio, da Universidade Federal de Goiás (UFG), é uma das mais importantes instituições museológicas e de divulgação científica de Goiânia. Inaugurado em 23 de outubro de 1970, completou 55 anos em 2025. Quando da sua inauguração, há que se ressaltar que a UFG estava prestes a completar sua primeira década de existência. Goiânia, a jovem capital do Estado, por sua vez, faria 37 anos um dia depois, em 24 de outubro. O Planetário da UFG é a terceira instituição do tipo mais antiga do Brasil, atrás do Planetário do Ibirapuera em São Paulo (1957) e do Planetário da Escola Naval no Rio de Janeiro (1961).

A alma de um planetário é o projetor que simula o céu noturno visto da Terra. O "primeiro projetor de estrelas foi fabricado na cidade de Jena, na Alemanha, pela companhia *Carl Zeiss*, e ins-

[56] Parte da discussão deste artigo foi desenvolvida de forma mais aprofundada na dissertação de mestrado: "Aproximações entre a comunicação museológica e a divulgação científica em espaços museais da Universidade Federal de Goiás" de Michele Ferreira Martins, defendida no Programa de Pós-Graduação em Divulgação da Ciência, Tecnologia e Saúde, Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz (COC-Fiocruz) em 2018.

[57] Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo e Museologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG) Possui Mestrado em Divulgação da Ciência, Tecnologia e Saúde, pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Servidora técnica administrativa do Planetário Juan Bernardino Marques Barrio da UFG. E-mail: michele@ufg.br

[58] Bacharel, licenciado, mestre e doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Possui pós-doutorado em Museologia pela Universidade Lusófona de Lisboa-PT. Professor Associado do curso de Museologia da Faculdade de Ciências Sociais da UFG. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UFG) e do Mestrado Profissional em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP/UEG). Sócio Titular do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG) e do Instituto Cultural e Educacional Bernardo Élis para os Povos do Cerrado (ICEBE). E-mail: rildo_bento@ufg.br

talado no início dos anos 1920 no *Deutsches Museum*, em Munique. Esses projetores mostram, de forma muito fiel, o céu estrelado, os planetas e seus movimentos" (Silveira, 2015, p. 12). Atualmente, o Planetário da UFG possui o projetor "mais antigo ainda em funcionamento, modelo *Spacemaster*, fabricado pela *Carl Zeiss Jena* da Alemanha" (Almeida, Sobreira, Barrio, 2020, p. 12). O primeiro *Spacemaster* da série numerada a ser instalado no mundo e que ainda conserva o funcionamento pelo mecanismo óptico mecânico.

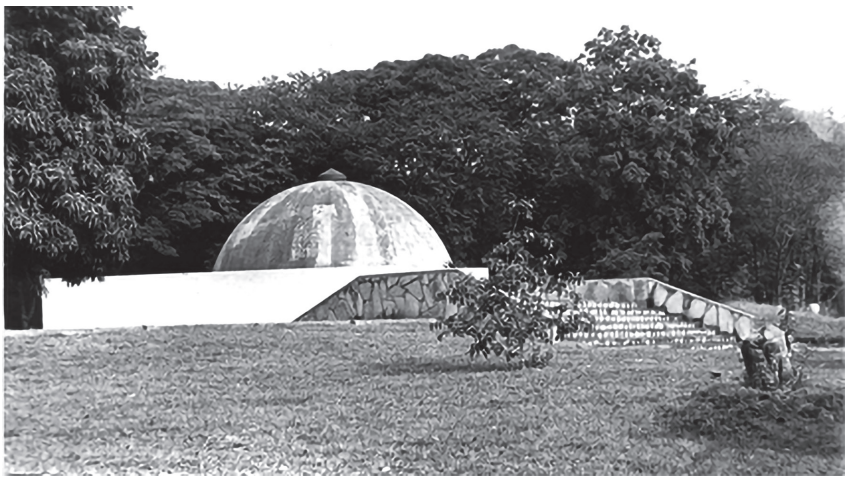
Esse aparelho chegou a Goiânia por meio de um pedido feito pelo professor José Ubiratan de Moura, vinculado ao Instituto de Química e Geociências da UFG e então responsável pela disciplina de Cosmografia para o curso de Geografia. Inicialmente, o pedido foi de um material didático que simulasse o movimento dos planetas do Sistema Solar e que pudesse ser colocado sobre a mesa, em sala de aula. "Porém, o pedido não foi compreendido pelos técnicos do governo federal e como o MEC estava em negociação com o governo da Alemanha Oriental, Goiânia foi escolhida para receber um planetário" (Almeida, Sobreira, Barrio, 2020, p. 20). Nesse convênio com o, então, país comunista, os onze planetários enviados ao Brasil foram mandados pelo Ministério da Educação para as seguintes cidades: Goiânia, Rio de Janeiro, Florianópolis, Santa Maria, Porto Alegre, Brasília, Curitiba, João Pessoa, Campinas, Vitória e Fortaleza.

Apresentado, inicialmente, à comunidade alemã em 1968, o *Spacemaster* é um "planetário médio que tinha a finalidade de permitir que cidades com orçamentos reduzidos pudessem dispor de um equipamento de alta qualidade que incorporava os últimos avanços da eletrônica e automação da época". A empresa *Carl Zeiss Jena* produziu 45 planetários *Spacemaster* em cinco séries (RFP, RFP-DP, RFP-DP2, RFP-DP3 e RFP-DPC), e o "primeiro projetor da série numerada foi instalado no Brasil, mais precisamente em Goiânia" (Silveira, 2015, p. 26).

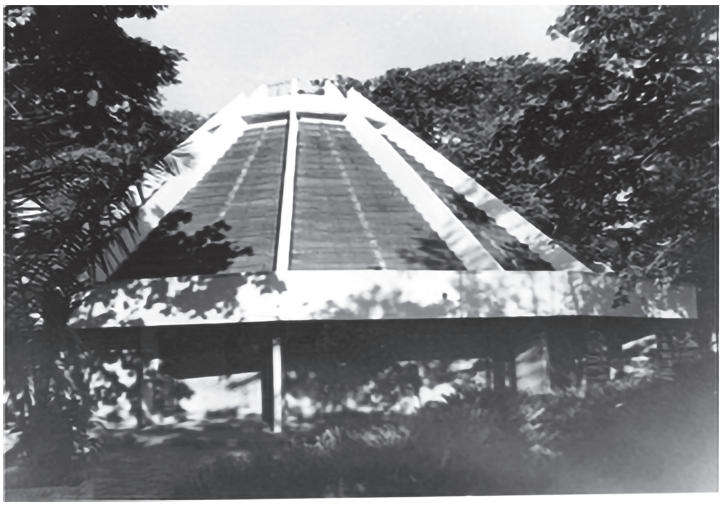
Quando a Universidade Federal de Goiás recebeu o equipamento do MEC foi feito um acordo com a Prefeitura de Goiânia, a

fim de viabilizar a construção de uma sede para abrigá-lo. Ficou decidido que a prefeitura cederia um espaço no Parque Mutirama, parque de diversões municipal inaugurado no ano anterior, em 1969, pelo então prefeito Iris Rezende (1933-2021), localizado na região central da cidade. "Grande parte das pessoas não tinha ideia da importância do planetário. Segundo [...] o Prof. José Ubiratan de Moura, a maioria das pessoas pensava que o planetário era apenas um novo brinquedo que tinha chegado ao Parque Mutirama" (Almeida, Sobreira, Barrio, 2020, p. 20).

Em agosto de 1972, o Planetário teve de passar por uma série de reformas, devido a problemas de infraestrutura do prédio, que permitia o surgimento de infiltrações em períodos chuvosos. Para o bom funcionamento do projetor *Spacemaster* não se podia ultrapassar 50% de umidade, o que era impossível de manter com apenas três aparelhos de ar-condicionado. Entre 1972 e 1977, o Planetário ficou fechado ao público, e só foi reaberto devido a um acordo com o Governo do Estado, que custeou as reformas e ampliou o prédio, enquanto à UFG coube a recuperação do projetor, então danificado pela insalubridade do local em que se encontrava. Os reparos no *Spacemaster* foram feitos em Porto Alegre (RS).



Primeiro prédio do Planetário da UFG, em 1970 –
Fonte: Fotógrafo Hélio Nunes, acervo Planetário da UFG



Planetário da UFG, em 1977, após reformas –
Fonte: Acervo Planetário UFG

O professor Juan Bernardino Marques Barrio foi contratado para o quadro de professores do Instituto de Ciências Socioambientais, em 1991. Esteve à frente da direção do Planetário de 2003 até agosto de 2017, quando faleceu, totalizando quatorze anos de dedicação exclusiva a esse órgão que ele chamava de casa. Por esse motivo, a direção do órgão e a Reitoria da UFG renomearam o local em homenagem ao professor.



Planetário com pintura de acordo com nova identidade visual, em 2022 –
Fonte: Acervo Planetário UFG

Apesar de haver as distintas denominações: planetário, centro de ciências ou museu de ciências, muitos desses espaços operam, essencialmente, como instituições museológicas. Muitos apresentam algumas ou até mesmos todas as propriedades da cadeia operatória dos museus como salvaguarda, pesquisa e comunicação, podendo ser considerados, portanto, como espaços museais e de divulgação científica ao mesmo tempo. Ana Delicado (2009) situa ainda que, no Brasil, a classificação de Planetários está inserida na categoria museu com destaque para sua importante função educativa com base no Estatuto Brasileiro de Museus, Lei 11.904, de 14 de janeiro de 2009, e sua respectiva regulamentação pelo Decreto n.º 8.124, de 17 de outubro de 2013.

A partir do exposto, entendemos o Planetário como um espaço museal. No caso do *Planetário Juan Bernardino Marques Barrio*, ele exerce um importante papel na divulgação da ciência, como ressaltou o trabalho de Michele Martins (2018), ao analisar a relação entre comunicação museológica e a divulgação científica. A autora salienta que "as exposições museológicas em museus e centros de ciência representam apenas uma dentre diversas outras opções de atividades possíveis de divulgação científica", entretanto, "em termos de operacionalização, conceituação e reflexão de suas práticas, revelam valiosas estratégias de experienciação" (Martins, 2018, p. 93).

O Planetário da UFG é um espaço educativo de extrema importância para a universidade, pois sua atuação abrange atividades que compõem o tripé basilar da instituição, são eles: o ensino (com aulas para graduação e pós-graduação), a pesquisa (com projetos desenvolvidos por seus professores) e a extensão (com as visitas de estudantes do ensino fundamental e médio, além das visitas da comunidade nas sessões públicas).

A importância do Planetário Juan Bernardino Marques Barrio, como espaço educacional foi aprofundado na dissertação de mestrado de Cláudio Souza Martins, ex-diretor do Planetário da

UFG, que analisou a recepção do ensino de Astronomia em um grupo de professores do Ensino Fundamental quando levavam seus alunos à instituição. Diante da recepção positiva e a falta de comentários críticos sobre o Planetário por parte da amostra de professores, o autor propôs um curso básico de Astronomia que deveria ser oferecido pelo Planetário para atenuar a "carência ou mesmo ausência de conceitos básicos dessa Ciência na formação dos professores e pela necessidade de se interromper esse ciclo de ausência do ensino científico astronômico entre professores e alunos" (Martins, 2009, p. 73).

O órgão possui cerca de 40 programas de projeções na cúpula, os quais são apresentados em acordo com as características do grupo visitante (aulas para alunos de graduação e pós-graduação, visitas de alunos do ensino fundamental e médio, público geral). Para as sessões direcionadas ao público geral são apresentados os programas: *Planeta Vermelho*, *Viagem à Nebulosa de Órion*, *O lindo Balão Azul*, *3C-273*, *O céu dos Açoures*, *O Rei dos Planetas*, *O Céu do Sul*, *Noites Goianas*, *A Galaxia M87*, *A Estrela de Belém*, *Descobrindo o Sistema Solar* e, o mais recente, *O céu de Goiânia e o Sistema Solar*. Os programas a seguir são apresentados para os estudantes do ensino fundamental: *A aventura de Biriba*, *Taina-Kan*, *A lenda de uma estrela*, *Uma aventura no céu*, *Viagem ao céu* e *O príncipe sem nome*. Com exceção do programa *A lenda de uma estrela*, todos os outros foram produzidos pela equipe de técnicos e docentes do Planetário. Para os responsáveis pela produção e apresentação destes programas, "há sempre a preocupação de fazer com que as sessões apresentem conceitos e conhecimentos sobre Astronomia tal como uma aula e, por outro lado, também possa ser uma espécie de *show* para o público" (Almeida, Sobreira, Barrio, 2020, p. 62).

Além dos programas apresentados na cúpula, são realizadas diversas atividades na área externa ao prédio, que está adequada à realização de atividades esporádicas como observações do céu ou promoção de eventos de caráter educativo em datas comemorati-

vas, nos quais são preparadas atividades de divulgação científica. Existe também uma varanda que serve de local de exposição, observatórios para observações noturnas com telescópios e um teatro de arena com telão para projeções.

O órgão possui também um planetário móvel digital que é transportado para eventos e apresentações especiais na região metropolitana de Goiânia. Esse aparelho é caracterizado por um domo inflável de sete metros de diâmetro e cinco metros de altura, com um projetor digital central com lente "olho de peixe" que projeta as imagens com uma distorção capaz de ampliar a imagem, adequando-se, assim, à curvatura côncava do teto. A capacidade desse planetário móvel é de 20 adultos ou 35 crianças.



Atividade noturna na área externa do Planetário –
Fonte: Carlos Siqueira, Secretaria de Comunicação da UFG, 2015

Outro importante recurso que enriquece o Planetário Juan Bernardino Marques Barrio como disseminador de cultura científica é a existência de uma biblioteca especializada em Ensino de Ciências, Física e Astronomia; além de um programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências.

Como alternativa para potencializar as ações de divulgação científica e de salvaguarda do patrimônio técnico-científico

na UFG, várias iniciativas já ocorreram para a criação do Museu de Ciências da instituição desde o início dos anos 2000. Contudo, as iniciativas têm acontecido de forma descontínua. No período de 2011 a 2017, grupos de trabalho constituídos por servidores e estudantes da UFG, com a orientação de consultores externos, seguiram uma metodologia de trabalho a partir da qual foram realizados diagnósticos dos núcleos museológicos e discussões junto à comunidade universitária sobre a criação de um museu de ciências. Foram iniciados projetos executivos e a orientação para elaboração de um Plano Museológico. A partir de um amplo diagnóstico, os grupos de trabalho identificaram e propuseram a articulação em rede para atuação em conjunto de 16 núcleos museológicos de diferentes tipologias. Infelizmente, essa última iniciativa também não foi finalizada, e tal projeto ainda necessita de recursos humanos e financeiros para tornar-se efetivamente concreto

Enquanto a UFG não estabelece uma política de salvaguarda e divulgação científica de seu acervo histórico de ciência, tecnologia e saúde, o Planetário Juan Bernardino Marques Barrio tem buscado seguir as diretrizes do campo museológico para cuidar de seu acervo. Em 2018, um espaço entre a sala de aula e a saída da cúpula foi reformulado para abrigar o Museu do Planetário. Esse espaço foi criado de forma intuitiva por iniciativa da direção da época, sem estar vinculado a um projeto expográfico ou plano museológico. No local, ficaram expostos equipamentos eletrônicos de audiovisual, objetos didáticos destinados ao ensino da Astronomia, imagens sobre a construção do prédio do Planetário da UFG e das origens do projetor *Spacemaster*. Os elementos expostos não seguiram uma narrativa e ficaram descontextualizados, o que compromete ações de divulgação científica relevantes e adequadas ao interesse social.

A partir de 2020, com a ajuda de estudantes do curso de Museologia, da Faculdade de Ciências Sociais da UFG, em estágio

obrigatório, deu-se início ao trabalho de tratamento do acervo museológico do órgão que, até então, encontrava-se espalhado, sem registro ou inventário, e em péssimas condições de acondicionamento. Após a identificação do caráter museológico dos objetos, foi estabelecida uma planilha para catalogação e descrição dos itens. Fotos, documentos e o *clipping* de jornais antigos com notícias do Planetário da UFG na mídia local e nacional foram digitalizados e higienizados. A partir desse trabalho, foi possível no repositório Tainacan, um *software* gratuito, que permite a gestão e a publicação de acervos digitais.

Após o fechamento das atividades de atendimento ao público e o estabelecimento do trabalho remoto dos servidores da Universidade por causa da pandemia do vírus SARS-CoV-2, em março de 2020, o trabalho de tratamento físico do acervo documental foi suspenso. Ainda assim, foi possível a orientação de duas estudantes do curso de Museologia em estágios obrigatórios, realizados de forma remota, para dar continuidade ao estabelecimento da base de dados sobre o acervo documental e posterior inclusão no *software* Tainacan.

A aproximação entre o Planetário e o curso de Museologia também possibilitou a instalação do projeto Planetário 360°, que consiste na montagem e apresentação do percurso virtual dentro do Museu e da Cúpula do Planetário. Esse projeto foi realizado pelos estudantes da disciplina de Comunicação Patrimonial IV, em conjunto com o DigitalLab da UFG.

Ao longo de 55 anos de existência, o Planetário Juan Bernardino Marques Barrio chegou a receber, em um ano, 25 mil visitantes, o que o coloca como uma das instituições museais mais visitadas de Goiás. Diante do exposto, a partir desse breve histórico da instituição, consideramos o Planetário da UFG como um privilegiado lugar de memória, não somente para a história e memória dos planetários no Brasil, como também para a história e memória

das ciências em Goiás. Mas, primordialmente, para a memória de todos aqueles que um dia o visitaram.

De acordo com Pierre Nora (1993, p. 09), a história "é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais", enquanto a memória "é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente"; ou seja, nos lugares de memória, a reconstrução do passado, ou melhor, a representação do passado, só consegue ter um sentido se, pela memória, os indivíduos conseguem se identificar, simbólica e afetivamente. E o Planetário da UFG é esse lugar de memória privilegiado que ainda – mais de meio século após a sua inauguração – continua encantando pessoas de todas as idades, principalmente nas quintas-feiras à noite, quando abre as suas portas para receber o público em geral numa perfeita harmonia entre educação, ciência e entretenimento de qualidade.

Referências

DELICADO, Ana. **A musealização da Ciência em Portugal**, FCG, Lisboa, 2009.

NORA, Pierre. Entre História e Memória: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo: EDUC (10), p. 7-28, dezembro/1993.

ALMEIDA, Suelen Alonso de; SOBREIRA, Paulo Henrique Azevedo; BARRIO, Juan Bernardino Marques; MARTINS, Cláudio Souza. **Planetário da Universidade Federal de Goiás:** uma história de vida. 2ª edição. Goiânia: Editora Vieira, 2020. 119p.

MARTINS, Cláudio Souza. **O Planetário:** espaço educativo não formal qualificando professores da segunda fase do ensino fundamental para o ensino formal. Goiânia: PPGECM/UFG, 2009. 112f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática).

MARTINS, Michele Ferreira. **Aproximações entre a comunicação museológica e a divulgação científica em espaços museais da Universidade Federal de Goiás.** Rio de Janeiro: PPGDCTS COC/ Fiocruz. 2018. 143f. Dissertação (Mestrado em Divulgação da Ciência, Tecnologia e Saúde).

SILVEIRA, Marcelo Cavalcanti da. Planetários Zeiss **Spacemaster:** história de um objeto. Porto Alegre: FABICO/UFRGS, 2015. 71f. TCC (graduação em Museologia).

Bernardo Élis: um imortal da ABL e o estigma de sua desconstrução ideológica

Nilson Jaime[59]

No dia 10 de dezembro de 1975, o escritor Bernardo Élis (1915-1997) tomou posse na Cadeira n.º 1 da Academia Brasileira de Letras (ABL), saudado pelo filólogo Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. Fora eleito em 23 de outubro daquele ano, vencendo o ex-presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (JK), por 20 votos contra 18, em terceiro escrutínio[60]. Bernardo Élis foi o quarto ocupante dessa cadeira, sucedendo Ivan Lins. Portanto, neste ano de 2025, comemora-se o cinquentenário de seu ingresso na ABL, sendo o único escritor goiano a obter assento na Casa de Machado de Assis.

Oriundo de tradicional família de Goiás, descendente de mamelucos bandeirantes que vieram de São Paulo (famílias Bueno e Camargo) e de imigrantes portugueses (família Coelho, depois mudado para Fleury; e Campos Curado), conforme se verá a seguir, Bernardo Élis foi vítima de narrativas desconectadas da realidade, que visavam a justificar o preterimento de JK, diminuindo, por conseguinte, o mérito literário e bibliográfico do escritor goiano: a de que só teria entrado na ABL por interferência dos governantes do Regime Militar (1964-1985).

---

[59] Nilson Jaime, mestre e doutor em Agronomia, é escritor e pesquisador da obra de Bernardo Élis; presidente do Instituto Cultural e Educacional Bernardo Élis Para os Povos do Cerrado (Icebe); vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG); sócio-fundador e vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Tocantins (IHGG); membro efetivo do Colégio Brasileiro de Genealogia (Rio de Janeiro); coordenador e editor-geral da *Coleção Goiás +300, reflexão e ressignificação* E-mail: nilsongjaime@gmail.com

[60] No primeiro escrutínio, a eleição terminou com 19 votos para cada candidato e 1 voto em branco; no segundo escrutínio, Bernardo Élis obteve 18 votos, e Juscelino, 19 votos, com dois votos em branco – não houve maioria absoluta (50% mais 1 voto); na terceira votação Bernardo Élis obteve 20 votos, Juscelino Kubitscheck 18 e 1 voto em branco. Ficou consolidada a maioria absoluta do escritor goiano (Fonte: ABL).

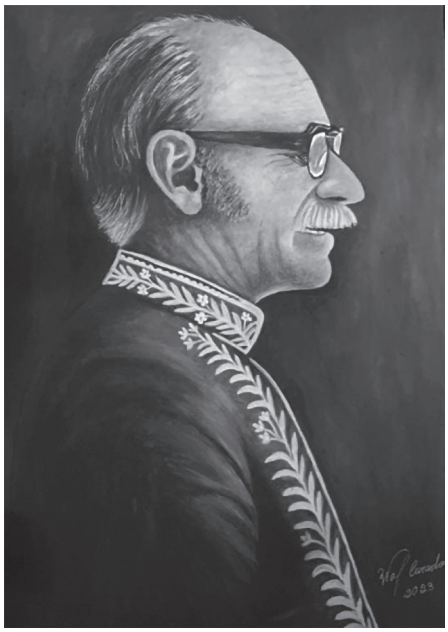
Nada mais contraditório, pois o autor de *O Tronco* foi aposentado compulsoriamente do cargo de professor na Escola Técnica de Goiânia (hoje, Instituto Federal de Goiás – IFG) e demitido de sua cátedra na Universidade Federal de Goiás (UFG), pelo mesmo regime que supostamente o apadrinharia, segundo a versão equivocada.

Contribuiu com essas narrativas, as biografias e cronologias biográficas que omitiram a participação política progressista e libertária de Bernardo Élis, desde a fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB), ocorrido no Estado de Goiás em 1945, bem como suas duas candidaturas a deputado, federal em 1945, e estadual, em 1947.

Também a criação, em 1962, do Centro de Estudos Brasileiro (CEB), unidade da recém fundada Universidade Federal de Goiás (UFG), que funcionou na sede do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás até 1964, quando foi fechado, com base no Ato Institucional n.º 1 (AI-1), com a justificativa de que seria "um antro de comunistas". Bernardo Élis era seu vice-diretor, juntamente com o Gilberto Mendonça Teles, o diretor.

É facilmente verificável que houve uma acomodação ideológica da biografia de Bernardo Élis ao *status quo* político do período, seja pelas editoras que publicaram seus livros com essas biografias "amenizadas", seja pelo próprio escritor, talvez em função do temor das retaliações que lhe foram imputadas pelo Governo do período autoritário. Arquivos da Comissão da Verdade, disponibilizados no Arquivo Nacional, dão conta de que Bernardo Élis foi permanentemente monitorado pelo Serviço Nacional de Informações (SNI). Portanto, seria paradoxal que o Regime de 64 preferisse um "comunista" a JK (anticomunista) na ABL.

Olvidar a participação política de Bernardo Élis, por conseguinte, é desconhecer de onde vem a forte vertente libertária de suas obras, que trata dos desvalidos, dos camponeses, dos ribeirinhos, dos pretos, dos indígenas, dos deficientes físicos, enfim, da parcela pouco evidenciada da sociedade.



Bernardo Élis trajando o fardão da Academia Brasileira de Letras – aquarela de Wal Curado, 2023.

Do ponto de vista literário, Bernardo Élis era um escritor relativamente conhecido, candidato à vaga na ABL pela terceira vez e detentor de diversos prêmios, sendo quatro de escopo nacional. Seu livro de estreia, *Ermos e Gerais* (contos), de 1944, foi o primeiro vencedor da Bolsa de Publicações Hugo de Carvalho Ramos, prêmio até hoje existente, sob curadoria da União Brasileira de Escritores, seção de Goiás (UBE-GO). O romance *O Tronco* (1956) ganhou o Prêmio Jabuti (1968) da Câmara Brasileira do Livro (CBL), pela reedição de 1967. *Caminhos e Descaminhos* (1965), contos, foi laureado com o Prêmio Afonso Arinos (1967) da Academia Brasileira de Letras (ABL). E o livro de contos *Veranico de Janeiro* (1966) recebeu o Prêmio José Lins do Rego (1965), da Editora José Olympio e, pela segunda vez, o Prêmio Jabuti (1967), da CBL. Venceu também o Prêmio da Comissão Goiana do Sesquicentenário do Brasil (1972) por seu livro *Marechal Xavier Curado – Criador do Exército Nacional.*



196 ATOS DA REVOLUÇÃO 0011

...nomeação de outros inquéritos ou procedam nos de sanções penais a que estejam sujeitos.

Brasília, 9 de outubro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO
FLÁVIO LACERDA
(D.O. de 9 de Out 1964 — Fl. nº 9219)

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o Ato Institucional, e de acôrdo com o artigo 7º, item II, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, tendo em vista o que foi apurado em Investigações Sumárias, de que trata o Decreto nº 53.897, de 27 de abril de 1964, pela Comissão Geral de Investigações, resolve

EXONERAR:

Sem prejuízo das sanções penais a que estejam sujeitos:

a) NEWTON DA SILVA MAIA, do cargo em Comissão, de Diretor, símbolo 5-C, da Escola de Engenharia da Universidade do Recife;

b) RODOLFO JOSÉ DA COSTA E SILVA, do cargo de Professor Catedrático, interino, da Universidade Federal de Goiás;

c) MARCELO DA CUNHA MORAIS, do cargo de Professor Catedrático, interino, da Universidade Federal de Goiás;

d) ELDER ROCHA LIMA, do cargo de Professor Catedrático, interino, da Universidade Federal de Goiás;

e) GILBERTO MENDONÇA TELLES, do cargo de Diretor da Caixa de Fundos Brasileiros da Universidade Federal de Goiás.

Brasília, 9 de outubro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO
FLÁVIO LACERDA
(D.O. de 9 de Out 1964 — Fl. nº 9219)

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 7º, § 1º, do Ato Institucional de 9 de abril de 1964, tendo em vista o que foi apurado pela Comissão Geral de Investigações, em Investigação Sumária de que trata o Decreto nº 53.897, de 27 de abril de 1964, resolve

DEMITIR:

Sem prejuízo das sanções penais a que estiverem sujeitos:

a) AMALIA HERMANO TEIXEIRA, do cargo de Lavrador de Ensino Superior, nível 19, da Universidade Federal de Goiás;

b) BERNARDO ELIS FLEURY DE CAMPOS CURADO, do cargo de Professor de Ensino Superior, nível 19, da Universidade Federal de Goiás;

c) CLEY DE BARROS LEOPOLDA, da Reitoria da Universidade Federal de Goiás, Diretor de Cultura da referida Universidade;

d) ANTONIO FIMENTEL, da Reitoria da Universidade Federal de Goiás, Chefe de Seção de Extensão Cultural do Departamento de Educação e Cultura da referida Universidade;

e) DARCY RIBEIRO, Assistente de Ensino Superior, nível 20, do Quadro de Pessoal da Universidade do Brasil;

f) ALVARO BORGES VIEIRA PINTO, Professor Catedrático da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil e Professor do Curso Isolado, nível 15, da Parte Especial do Quadro do Ministério da Educação e Cultura;

Brasília, 9 de outubro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO
FLÁVIO LACERDA
(D.O. de 9 Out 1964 — Fl. nº 9219)

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, § 1º, do Ato Institucional de 9 de abril de 1964, e tendo em vista o que foi apurado pela Comissão Geral de Investigação em Investigação Sumária de que trata o Decreto nº 53.897, de 27 de abril de 1964, resolve

APOSENTAR:

Sem prejuízo das sanções penais a que estiverem sujeitos:

BERNARDO ELLIS FLEURY DE CAMPOS CURADO, no cargo de Professor de Ensino Industrial Técnico, nível 17, da Escola Técnica de Goiânia;

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS, no cargo de Professor de Curso Isolado, nível 15, da Parte Especial do Quadro de Pessoal do Ministério da Educação e Cultura;

JOSÉ LOURENÇO DE MELO, no cargo de Lavrador de Ensino Superior, nível 19, da Universidade do Recife.

Brasília 9 de outubro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO
FLAVIO LACERDA
(D.O. de 9 Out 1964 — Fl. nº 9219)

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, § 1º, do Ato Institucional de 9 de abril de 1964, e tendo em vista o que foi apurado pela Comissão Geral de Investigação em Investigação Sumária de que trata o Decreto nº 53.897, de 27 de abril de 1964, resolve

APOSENTAR:

Sem prejuízo das sanções penais a que estiverem sujeitos, ALYRIO DA SILVEIRA GOMES, ocupante de Posto em Adjunto, nível 22, do Quadro Único, Parte Permanente, da Universidade do Re-

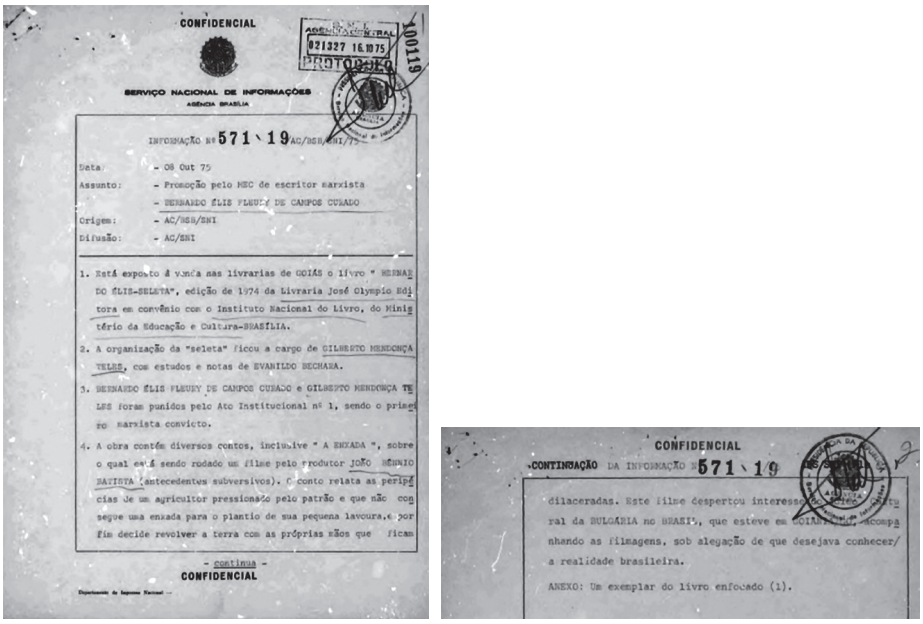
Diário Oficial da União, de 09/10/1964, com a demissão e a aposentadoria de Bernardo Élis em seus dois empregos públicos de professor – Fonte: sian.an.gov.br

Origens Familiares[61]

Bernardo Élis é o nome literário de Bernardo Élis Fleury de Campos Curado, advogado, jornalista, professor e escritor, nascido na cidade de Corumbá, hoje Corumbá de Goiás, em 15 de novembro de 1915 (Élis, 1967, p. vii; Abdala Jr., 1983, p. 15). Filho do escritor Erico José Curado (Tabela 1), precursor do Simbolismo e do parnasianismo em Goiás, e de sua prima Marieta Fleury de Campos Curado, suas origens familiares remontam ao sobrenome Coelho, de Portugal – modificado arbitrariamente para Fleury, em Traíras, antigo arraial goiano, por Luiz Coelho Furtado, que nominou seu filho João Fleury Coelho (Jayme, 1990). Descende também das famílias Bueno e Camargo – vergônteas dos bandeirantes paulistas –, de acordo com Jaime (2020, p. 10).

[61] Publicado originalmente em Jaime (2024) e Jaime (2025a).

Nas notas autobiográficas do livro *O Tronco* (Élis, 1967, p. vii), o escritor afirma ser descendente de Bartolomeu Bueno da Silva, o segundo Anhanguera, pela linhagem do sargento-mor Inácio Dias Pais, casado com Joana de Gusmão, filha do segundo Anhanguera. Jaime (2020, p. 5) acrescenta que Bernardo Élis é, novamente, descendente do primeiro Anhanguera, por uma segunda linhagem, por intermédio de sua filha Maria Pires Bueno (irmã do segundo Anhanguera). Bernardo Élis é ainda tridecaneto do patriarca da Cidade de São Paulo, Cacique Tibiriçá, maioral da tribo Guaianás, por sua filha Bartira, consorte do lendário João Ramalho, náufrago – ou degredado – português (Jaime, 2020, p. 4-5), fundador de Santo André da Borda do Campo, na São Paulo quinhentista (Taunay, 1922, p. 8-9). Os sobrenomes Campos e Curado, oriundos de Portugal, completam o quinteto linhagístico do escritor, do qual permaneceu o "Fleury de Campos Curado" que traz em seu nome.



CONFIDENCIAL

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA BRASÍLIA

INFORMAÇÃO Nº 571 \ 19 AC/BSB/SNI/75

Data: - 08 Out 75
Assunto: - Promoção pelo MEC de escritor marxista
- BERNARDO ÉLIS FLEURY DE CAMPOS CURADO
Origem: - AC/BSB/SNI
Difusão: - AC/SNI

1. Está exposto à venda nas livrarias de GOIÁS o livro " MELHORES CONTOS DO ÉLIS-SELETA", edição de 1974 da Livraria José Olympio Editora em convênio com o Instituto Nacional do Livro, do Ministério da Educação e Cultura-BRASÍLIA.
2. A organização da "seleta" ficou a cargo de GILBERTO MENDONÇA TELES, com estudos e notas de EVANILDO BECHARA.
3. BERNARDO ÉLIS FLEURY DE CAMPOS CURADO e GILBERTO MENDONÇA TELES foram punidos pelo Ato Institucional nº 1, sendo o primeiro marxista convicto.
4. A obra contém diversos contos, inclusive " A ENXADA ", sobre o qual está sendo rodado um filme pelo produtor JOÃO BENNIO BATISTA (antecedentes subversivos). O conto relata as peripécias de um agricultor pressionado pelo patrão e que não consegue uma enxada para o plantio de sua pequena lavoura, e por fim decide revolver a terra com as próprias mãos que ficam

- continua -
CONFIDENCIAL

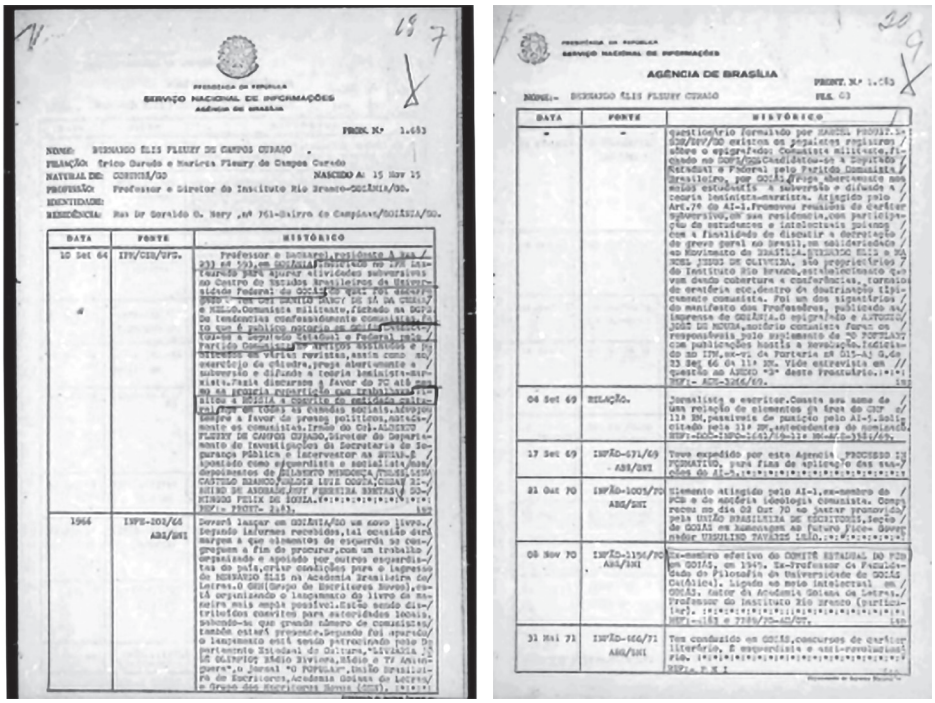
CONFIDENCIAL

CONTINUAÇÃO DA INFORMAÇÃO Nº 571 \ 19

dilaceradas. Este filme despertou interesse [illegible] cultural da BULGÁRIA no BRASIL, que esteve em GOIÁS [illegible] acompanhando as filmagens, sob alegação de que desejava conhecer a realidade brasileira.

ANEXO: Um exemplar do livro enfocado (1).

Em outubro de 1975, mês em que foi eleito para a ABL, o livro *Bernardo Élis* – Seleta foi objeto de anotação censitória pelo Serviço Nacional de Informações, prova incontestável de que o escritor era visto com desconfiança pelo Regime de 64 – Fonte: sian.an.gov.br



SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA DE BRASÍLIA

FRENT. Nº 1.683

NOME: BERNARDO ELIS FLEURY DE CAMPOS CURADO
FILIAÇÃO: Érico Curado e Henriqueta Fleury de Campos Curado
NATURAL DE: CORUMBÁ/GO NASCIDO A: 15 Nov 15
PROFISSÃO: Professor e Diretor do Instituto Rio Branco-GOIÂNIA/GO.
IDENTIDADE:
RESIDÊNCIA: Rua Dr Geraldo C. Nery ,nº 761-Bairro de Campinas/GOIÂNIA/GO.

DATA	FONTE	HISTÓRICO
10 Set 64	IPM/CSN/UFG.	Professor e bacharel,residente à Rua / 233 nº 593,em GOIÂNIA/GO.Indiciado no IPM instaurado para apurar atividades subversivas no Centro Estudos Brasileiros da Universidade Federal de GOIÁS,de que foi diretor geral o Gen Div EXALTO NANCY DE SÁ DA CUNHA e Cel.QG.Comunista militante,fichado na DOPS/ De tendências confessadamente comunistas,fa to que é público notório em GOIÁS.Candidatou-/ se a deputado Estadual e Federal pelo Partido Comunista Brasileiro.Autor de artigos assinados e de diretor de várias revistas,assim como no exercício da cátedra,prega abertamente a subversão e difunde a teoria leninista-marxista.Faz discursos a favor do PC além / de ser acusado de ter ingressado com habeas-/ corpus em favor de presos políticos.Mantém / contato com a Legião Estadual e Federal pró-/ Partido Comunista.Os artigos assinados e de diretor de várias revistas,assim como no exercício da cátedra,prega abertamente a subversão e difunde a teoria leninista-marxista.Faz discursos a favor do PC além / de ser acusado de ter ingressado com habeas-/ corpus em favor de presos políticos,mantém / contato com a Legião Estadual e Federal pró-/ Partido Comunista.Irmão do Cel.ALBERTO / FLEURY DE CAMPOS CURADO,diretor do Departamento de Investigações da Secretaria de Segurança Pública e Interventor da ARENA-2 / apontado como esquerdista e socialista,juntamente com os deputados de ARLINDO MENDONÇA FILHO,LEÃO CASTELO BRANCO,PAULO LUIZ COUTA,CESAR BIANCO,RUBENS DE ANDRADE,JOÃO FERREIRA BENTANCUR DOS SANTOS,FELIX DE SOUZA.(...)
1966	INFB-203/66 ABS/SNI	Deverá lançar em GOIÂNIA/GO um novo livro./ Segundo informes recebidos,tal ocasião deverá surgir a que elementos de esquerda se congregarem a fim de procurar,com um trabalho / organizado e apoiado por outros esquerdistas do país,criar condições para o ingresso de BERNARDO ÉLIS na Academia Brasileira de Letras.O GDH(Grupo de Escritores Novos),está organizando o lançamento do livro de maneira mais ampla possível.Estão sendo distribuídos convites para autoridades locais, sabendo-se que grande número de comunistas/ tomarão estará presente.Segundo foi exposto/ o lançamento está sendo patrocinado pelo Departamento Estadual de Cultura,"REVISTA" / de Oliveira Médio Rivera,Médio e "O Anhanguera",o jornal "O POPULAR",União Brasileira de Escritores,Academia Goiana de Letras/ e Grupo dos Escritores Novos (GDH).

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

AGÊNCIA DE BRASÍLIA

FRENT. Nº 1.683

NOME:- BERNARDO ÉLIS FLEURY CURADO FLS. 03

DATA	FONTE	HISTÓRICO
-	-	questionário formulado por RAQUEL PROUST.In / 008/SNI/80 existem os seguintes registros / sôbre o epigrafado: Comunista militante.Fi-/ chado no DOPS/GO.Candidatou-se a Deputado / Estadual e Federal pelo Partido Comunista / Brasileiro, por GOIÁS.Grupo abertamente nos / meios estudantis à subversão e difusão / teoria leninista-marxista. Atingido pelo / Art.7º do AI-1.Promoveu reuniões de caráter / subversivo,em sua residência,com participa-/ção de estudantes e intelectuais gozando / com a finalidade de discutir a deflagração / de greve geral no Brasil,em solidariedade / ao Movimento de BRASÍLIA.ENTREGUE ELIS A NA-/ NOEL JESUS DE OLIVEIRA, são proprietários / do Instituto Rio Branco,estabelecimento que / vem dando cobertura a conferências, jornais / de orientação esc.dentro da doutrinação tipi-/camente comunista. Foi um dos signatários / do manifesto dos Professôres, publicado na / imprensa de GOIÂNIA.O epigrafado e ANTONIO / JOSÉ DE MOURA, acusado comunista foram os / responsáveis pelo suplemento de "O POPULAR" / com publicações hostis a Revolução.Indicia-/do no IPM,ex-vi da Portaria nº 015-AJ G,de / 23 Set 64 do 11º RI. Vide entrevista / questão ao ANEXO "B" deste Prontuário.(...) / INF:- ACS-3266/69.
04 Set 69	RELAÇÃO.	Jornalista e escritor.Consta seu nome de / uma relação de elementos da área do CNP e / 11º RM,passíveis de punição pelo AI-5.Solic citado pela 11ª RM,antecedentes do nominado. / INF:-DOPS-INFB-1643/70-11ª RM-ref.-)Bl/69.
17 Set 69	INFÃO-671/69 - ABS/SNI	Teve expedido por esta Agência PROCESSO DE / FORMATIVO, para fins de apuração das ativi-/dades do AI-5.(...)
21 Out 70	INFÃO-1003/70 ABS/SNI	Elemento atingido pelo AI-1.ex-membro do / PCB e de ascência ideologia comunista. Compareceu no dia 02 Out 70 ao lançar promovido / pela UNIÃO BRASILEIRA DE ESCRITORES,Secção / de GOIÁS em homenagem ao futuro Fide- Governador VIRGILINO TAVARES LEÃO.(...)
08 Nov 70	INFÃO-1156/70 ABS/SNI	Ex-membro efetivo do COMITÊ ESTADUAL DO PCB / em GOIÁS, em 1945. Ex-Professor da Faculdade / de Filosofia da Universidade de GOIÁS / Católica). Ligado ao meio intelectual em / GOIÁS. Autor da Academia Goiana de Letras./ Professor do Instituto Rio Branco (particular). / INF:-183 e 7786/70-AC/SP.
31 Mai 71	INFÃO-464/71 ABS/SNI	Tem conduzido em GOIÁS,concursos de caráter / literário, É esquerdista e anti-revolucionário. / INF:- P N I

Prontuário de Bernardo Élis no Serviço Nacional de Informação (SNI), onde é apontado como "confessadamente comunista" e "advogado de presos políticos". Já em 1966, o SNI relata que "esquerdistas do país" intentam buscar a entrada do escritor na Academia Brasileira de Letras – Fonte: sian.an.gov.br

Mudança para Goiânia, a nova capital

Bernardo Élis cursou as primeiras letras em sua cidade natal e fez os estudos secundários no Lyceu de Goiás, finalizados em 1937. Chegando a Goiânia, em 1939, passa a trabalhar como secretário da Prefeitura, exercendo o cargo de prefeito interino em duas ocasiões. Ingressa, sucessivamente, no curso clássico do Lyceu de Goiânia (1939-1940) e na Faculdade de Direito (1941-1944), sendo o orador da turma de bacharéis em que se formou (Abdala, 1983, p. 14).

Em Goiânia, Bernardo Élis foi jornalista e deu vazão ao seu ofício de escritor: *O Popular* (desde 1938, ainda na cidade de Goiás); revista *Oeste* (fundador, 1942), *O Estado de Goiás* (publicou original-

mente a novela *A terra e as carabinas*, 1952), *Jornal Oió* (1959), *Folha de Goyaz* (colaborador eventual, a partir de 1939), *Cinco de Março* (desde sua fundação, em 1959, até 1979); *Diário da Manhã* (desde sua fundação, em 1980) e vários outros, onde publicava suas crônicas, contos, ensaios e novelas.

Como professor, além da Escola Técnica de Goiânia, exerceu o magistério na Universidade Federal de Goiás (UFG), ministrando aulas de História, Geografia e Literatura. Aposentado compulsoriamente da primeira e exonerado da segunda, torna-se professor de Literatura Brasileira na Universidade Católica de Goiás, atual Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás, onde lecionou por dois anos, entre 1967 e 1969 (Abdala Jr., 1983, p. 10, 14 e 15).

A Carreira pública de Bernardo Élis inclui uma candidatura a deputado federal (1945) e a deputado estadual (1947), ambos pelo Partido Comunista do Brasil (PCB, *sic*), do qual foi um dos fundadores em Goiás. O escritor não logrou êxito em sua iniciativa eleitoral, recebendo pouquíssimos votos em um Estado conservador. Com a anistia política, ocorrida em 1979, foi reintegrado em sua função pública de professor e nomeado diretor-substituto do Instituto Nacional do Livro (INL), em Brasília. Durante o governo de Maguito Vilela (1995-1998) preside a Fundação Pedro Ludovico Teixeira (1995-1996), à época equivalente à Secretaria de Cultura.

Era membro da Academia Goiana de Letras (AGL) – da qual foi presidente; do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG); da União Brasileira de Escritores – seção de Goiás (UBE-GO); da Associação Goiana de Imprensa (AGI) e da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Goiás (OAB-GO). Com amigos, parentes e sua segunda esposa, e prima, Maria Carmelita Fleury Curado, concebeu a Associação Cultural Bernardo Élis Para os Povos do Cerrado, que não chegou a implantar, e funcionou por poucos anos, sendo sucedida pelo Instituto Cultural e Educacional Bernardo Élis Para os Povos do Cerrado (Icebe), a partir de 2020, instituição dedicada

a ações educativas e culturais e a preservar e divulgar seu legado literário.

Em Brasília, foi sócio e quinto presidente (1981-1982) da Associação Nacional de Escritores (ANE), entre 1981 e 1982, após Cryro dos Anjos (1963-1965); Cândido Motta Filho (dois mandatos, entre 1965 e 1969); Almeida Fischer (cinco mandatos entre 1969 e 1979); e Domingos Carvalho da Silva (1979-1981).



Política

MEMÓRIA

A HERANÇA COMUNISTA

Documentos do extinto Dops-GO revelam que Bernardo Élis teria participado da fundação, em 17 de março de 1946, do PCB

Renato Dias

Documentos do extinto Departamento de Ordem Política e Social (Dops-GO) revelam que o escritor Bernardo Élis, morto anteontem em Goiânia, teria participado da fundação, em 17 de março de 1946, da seção regional do Partido Comunista Brasileiro (PCB). O nome do já reprimido político está sob a guarda da Universidade Federal de Goiás (UFG).

O relatório classificado como "confidencial" informa que os comunistas montaram sete pólos naquela época no município de Anápolis, 55 km a leste de Goiânia. O líman elogia José Carvalho por ter sido o tesoureiro da Organização Jorge Amaral. Secretário Geral do segundo, Abadio Nunes. Nele acabou exercendo para ser o titular da Secretaria de Organização.

Morre um "marxista de carteirinha", diz Brasigóis

Comunismo

Homenagem

Obra

Bernardo Élis (1915-1997). Ligação histórica com o Partido/ structuralismo, sociologia-socialista e literatura

ensaios históricos, crítica literária, monografias e poesia, além de centenas de textos em jornais e revistas, grande parte ainda inéditos em livros.

Romances

O Tronco. São Paulo: Martins, 1956. **Outras edições:** 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª e 8ª edições. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988 (8ª edição).

Chegou o governador. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987. 170 p.

Contos e novelas

Ermos e gerais (contos). São Paulo: Revista dos Tribunais, 1944. 172 p.; **2ª edição**: Goiânia, Oió, 1959.268 p. **3ª edição**: São Paulo: Martins Fontes, 2005. 247 p.

A terra e as carabinas (novela, publicada em jornais 1950-51). Publicada em livro (Goiânia: R&F Editora 2005. 108 p.)

Caminhos e descaminhos (contos). Goiânia: Brasil Central, 1965. 159 p.

Veranico de janeiro (contos). Rio de Janeiro: José Olympio, 1966. 144 p. **Outras edições**: 2ª, 3ª, 4ª edições. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979 (4ª edição).

Caminhos dos gerais (contos). Rio de Janeiro/Goiânia: Civilização Brasileira/ UFG, 1975. 177 p.

André louco (contos). Rio de Janeiro: José Olympio, 1978. 102 p.

Apenas um violão (novelas e contos). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. 230 p.

Onde canta a seriema (contos). Publicado *post-mortem*. Goiânia: R&F Editora, 2005. 111 p.

Poesia

Primeira chuva (poemas). Goiânia: Escola Técnica de Goiânia, 1955. **2ª edição**: Goiânia: Instituto Rio Branco, 1971. 75 p. **3ª edição**: Goiânia: Editora IFG/R&F, 2021 (Coleção Artífices). 107 p.

Crônicas

Jeca Jica, Jica Jeca (crônicas). Goiânia: Cultura Goiana, 1986. 102 p.

Ensaios

Marechal Xavier Curado – Criador do Exército Nacional (ensaio). Goiânia: Oriente, 1973. 180 p. **2ª. Edição**: Goiânia: R&F, 2005. 251 p.

Goiás (Estudos sociais). Coleção Nosso Brasil. Rio de Janeiro: Bloch Educação, 1976. 92 p.

Vila Boa de Goiás (aspectos turísticos-históricos). Desenhos de Tom Maia e legendas de Theresa R. C. Maia. São Paulo/Rio de Janeiro: Nacional/Embratur, 1979.

Os enigmas de Bartolomeu Antônio Cordovil (ensaio). Goiânia: Oriente, 1980. 109 p.

Goiás em sol maior (estudos de história, sociologia e literatura sobre Goiás). Goiânia: Poligráfica, 1985. 170 p.

O Centro-Oeste (apresentação). Rio de Janeiro: Colorama, 1986. Álbum de pintura com obras de Antônio Poteiro, Omar Souto, A. Espíndola e Siron Franco.

Vila Boa de Goiás (álbum fotográfico com textos de Bernardo Élis). Rio de Janeiro: Berlendia & Vertechis Editores, 1987.

Discursos

Cadeira um. Discursos da Academia Brasileira de Letras: Bernardo Élis (posse) e Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (recepção). Rio de Janeiro: Cátedra, 1983.

Duo em Si Menor. Em coautoria com Herberto Sales. Discursos proferidos na fundação da Cadeira n.º 3 da Academia Brasiliense de Letras e de que é patrono Coelho Neto. 20 de setembro de 1983. Brasília: Horizonte, 1983. 45 p.

Autobiografia

A vida são as sobras. Publicado *post-mortem*. Organizado por José Lino Curado. Goiânia: Kelps, 2000. 228 p.

Antologia

Obra reunida de Bernardo Élis. Coleção Alma de Goiás. 5 volumes. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

Vol. 1: *Ermos e Gerais; Caminhos e Descaminhos; Veranico de Janeiro* (contos).

Vol. 2: *O Tronco* (romance); *A terra e as carabinas* (novela).

Vol. 3: *Apenas um violão* e *Contos esparsos* (contos); *Chegou o governador* (romance).

Vol. 4: *Goiás em sol maior* e *Lucro e/ou logro* (ensaios); *Jeca Jica Jica Jeca* (crônicas)

Vol. 5: *Os enigmas de Bartolomeu Antônio Cordovil* e *Marechal Xavier Curado – Criador do Exército Nacional* (ensaios); *Primeira chuva* (poemas); e *Discursos*.

Seletas

Seleta de Bernardo Élis. Coleção Moço Brasil. Organização de Gilberto Mendonça Teles. Estudo e notas de Evanildo Bechara. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974. **2ª edição**: 1976.

Literatura Comentada – Bernardo Élis. Seleção de textos, notas, estudos biográfico histórico e crítico por Benjamin Abdala Jr. São Paulo: Abril Educação, 1983. 112 p.

Dez contos escolhidos. Brasília: Horizonte, *1985.*

Melhores Contos – Bernardo Élis. Seleção de Gilberto Mendonça Teles. Direção de Edla Van Steen. São Paulo: Global, 2003.

Bernardo Élis: Cadeira 1, ocupante 4 – Série Essencial. Seleção por Gilberto Mendonça Teles. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras; São Paulo: Imprensa Oficial, 2010. 62 p.

Bernardo Élis Centenário – Contos Selecionados. Ilustrações de Elder Rocha Lima. Edições numeradas. Brasília: Confraria dos Bibliófilos do Brasil, 2015. 97 p.

Escritos Inéditos

São Miguel e Almas (romance)

Monografia histórico-geográfica do município de Goiânia (escrita em 1940)

Apostilas de Geografia Humana de Goiás (escritas em 1961)

Apostilas de Teoria da Literatura – para o curso de literatura do Departamento Estadual de Cultura de Goiás (escritas em 1965).

A Mudança da Capital – roteiro de filme escrito com José Lino Curado.

Cronologia biobibliográfica de Bernardo Élis[63]

1915 – Bernardo Élis Fleury de Campos Curado nasce em Corumbá de Goiás, no dia 15/11/1915, filho do poeta Erico Curado (introdutor do Simbolismo e do Parnasianismo em Goiás) e de Marieta Fleury de Campos Curado, primos próximos. Suas famílias são de origem portuguesa e mameluca paulista. Ambos descendem do Cacique Tibiriçá – cofundador de São Paulo, com o Padre Manuel da Nóbrega – e de sua filha Bartira, esposa de João Ramalho. Descendem também de Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera – pai.

1919 – Inicia seus estudos com o pai, mas a mãe assume a tarefa de lhe ensinar as primeiras letras.

1923 – Muda-se para a capital, Cidade de Goiás, residindo na casa do avô. Matricula-se no grupo escolar, mas retorna à cidade natal nesse mesmo ano.

[63] Publicado originalmente em Jaime (2025b).

1926 – Escreve seu primeiro conto, influenciado pelo conto *Assombramento*, de Afonso Arinos.

1930 – Presta exame de admissão e inicia estudos no Lyceu de Goiás.

1933 – Em 24 de outubro, é lançada a Pedra Fundamental da nova capital, Goiânia, no município de Campinas. Bernardo Élis acompanha o embate público contra a mudança da capital e escreveria sobre o tema no livro *Goiás em Sol Maior* (1985).

1934 – Publica seu primeiro poema, *A Chaminé*, no jornal estudantil *O Lyceu*.

1935 – Na Cidade de Goiás, passa a escrever para o jornal *A Voz do Povo*. Recebe marcante influência de José Lins do Rego, Graciliano Ramos e João de Minas.

1937 – Conclui seus estudos no Lyceu de Goiás, sendo orador da turma. Exerce brevemente os cargos de delegado e escrivão de Polícia, em Anápolis.

1939 – Muda-se para Goiânia, a fim de assumir o cargo de chefe de gabinete do primeiro prefeito da capital, Venerando de Freitas Borges. Assume interinamente a Prefeitura, por duas vezes, com atos oficiais assinados pelo governador Pedro Ludovico. Matricula-se no Lyceu de Goiânia, para fazer o Curso Clássico, formando-se no ano seguinte.

1941 – Ingressa na Faculdade de Direito – na Rua 20, Centro – formando-se quatro anos depois. Foi o orador a turma.

1942 – Ajuda a fundar e compõe o corpo editorial da *Oeste – revista mensal*, cujo número 1 vem a lume em 5 de julho, com a publicação do conto *Nhola dos Anjos e a cheia do Corumbá.* Na reedição fac-similar dessa revista (1983), Bernardo Élis descreve as mudanças de rumo da publicação que, criada para ser um veículo literário, tornou-se laudatória do Esta-

do Novo e do interventor Pedro Ludovico, antes de circular pela última vez em dezembro de 1944, após 23 números.

1943 – Envia os originais de *Ermos e Gerais* a Monteiro Lobato. Recebe uma carta farta de elogios à obra, mas teme estar sendo vítima de uma pilhéria do escritor. O prefeito de Goiânia, Venerando de Freitas Borges, convence-o do contrário e cria a Bolsa de Publicações Hugo de Carvalho Ramos, para fomentar a publicação literária em Goiás.

1944 – Publica *Ermos e Gerais,* através da primeira edição da Bolsa de Publicações Hugo de Carvalho Ramos, que premia anualmente trabalhos literários, até os dias atuais. Casa-se com a poeta morrinhense Violeta Metran (1927-1996), com quem teria três filhos: Simeão, Silas e Ivo.

1945 – Participa do 1º Congresso de Escritores, em São Paulo, onde conhece Mário de Andrade, Aurélio Buarque de Holanda e Monteiro Lobato. Em 29/07, na cidade de Anápolis, participa da fundação do Partido Comunista do Brasil (na época PCB), em Goiás. Foi candidato a deputado estadual por esse partido, sem êxito. Em abril, participa da fundação, em Goiânia, da Associação Brasileira de Escritores (hoje União Brasileira de Escritores – seção de Goiás, UBE-GO). É nomeado professor da Escola Técnica Federal de Goiânia (hoje, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG), onde lecionou História, Geografia e Língua Portuguesa.

1947 – Em 4 de outubro, com 31 anos, toma posse na Academia Goiana de Letras (AGL), cadeira n.º 18, patronímica de Olegário Herculano da Silva Pinto.

1951 – Inicia a publicação da novela *A Terra e as carabinas*, no jornal *O Estado de Goiás*, finalizado no ano seguinte.

1954 – Entre 14 e 21 de fevereiro, promove o I Congresso Goiano de Intelectuais, que contou com a participação de Pablo Neruda.

1955 – Publica seu único livro de poemas, *Primeira Chuva*.

1956 – Publica o romance *O Tronco*.

1962 – É nomeado professor e vice-diretor do Centro de Estudos Brasileiros (CEB), vinculado à Universidade Federal de Goiás (UFG), sediado na Casa Rosada do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG). O CEB foi criado em 11 de julho desse ano, tendo como diretor Gilberto Mendonça Teles.

1964 – Com o golpe militar de 31 de março, o CEB é fechado. Bernardo Élis é demitido de sua cadeira na UFG e aposentado compulsoriamente na Escola Técnica. Em 6 de março toma posse como presidente da Academia Goiana de Letras, exercendo mandato até 4 de novembro de 1969.

1965 – Publica o livro de contos *Caminhos e Descaminhos*, que venceria o Prêmio Afonso Arinos da Academia Brasileira de Letras, em 1967.

1966 – Publica *Veranico de Janeiro*, livro de contos vencedor do Prêmio José Lins do Rego (1965), da Editora José Olympio, e que receberia também o Prêmio Jabuti de 1967, da Câmara Brasileira do Livro (CBL).

1967 – Assume a cadeira de Literatura Brasileira, no curso de Filosofia da Universidade Católica de Goiás.

1968 – Pela segunda vez, recebe o Prêmio Jabuti, da CBL, por seu livro *O Tronco* (edição refundida de 1967).

1973 – Publica o ensaio histórico *Marechal Xavier Curado – Criador do Exército Nacional*, ganhador do Prêmio da Comissão do Sesquicentenário da Independência do Brasil (1972). Candi-

data-se a uma vaga na Academia Brasileira de Letras, mas não obtém êxito.

1974 – Organizado por Gilberto Mendonça Teles, a José Olympio Editora publica *Bernardo Élis – Seleta*, componente da Coleção Brasil Moço: literatura viva comentada, que inclui grandes nomes da literatura brasileira.

1975 – Publica *Caminhos dos Gerais*, livro de contos. Em 23 de outubro, é eleito para a Academia Brasileira de Letras, vencendo o ex-presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira por 20 votos a 18, no terceiro escrutínio. Em 10 de dezembro toma posse, sendo recepcionado pelo lexicógrafo Aurélio Buarque de Holanda Ferreira.

1978 – Publica o livro de contos *André Louco*. Wilson Aguiar Filho adapta o conto *A Enxada* para a série Caso Especial, da Rede Globo de Televisão. O programa televisivo, dirigido por Gonzaga Blota, foi proibido pelo Departamento de Censura de Diversões Públicas (DCDP), algumas horas antes de ir ao ar, em 08/11/1978. Divorciou-se de Violeta Metran nesse ano.

1979 – Com a anistia, em 1979, Bernardo Élis tem restabelecido seu cargo de professor da UFG, do qual se aposenta alguns anos depois.

1980 – Nomeado diretor-adjunto do Instituto Nacional do Livro (INL), em Brasília, exerce o cargo até 1985. Assume cadeira na Associação Nacional de Escritores (ANE), na capital federal.

1981 – Torna-se o quinto presidente da ANE, exercendo mandato até 1983. Contrai segundas núpcias com a artista plástica Maria Carmelita Fleury Curado, sua prima. Passa a residir no sobrado estilo suíço, no Jardim América, onde viveria pelo resto de seus dias.

1982 – Exibido no Festival de Cannes, o filme Índia – a filha do sol, dirigido por Fábio Barreto e baseado no conto *Ontem, como hoje, amanhã, depois*, tem como protagonistas Glória Pires e Nuno Leal Maia. Disponível no YouTube.

1984 – Publica *Apenas um violão,* livro de novelas e contos. A editora Abril Educação publica *Literatura Comentada: Bernardo Élis*, organizado por Benjamin Abdala Jr.

1985 – *Goiás em sol maior,* estudos de história, sociologia e literatura sobre Goiás é publicado em Goiânia. A seleta *Dez contos escolhidos* é publicada em Brasília.

1986 – Nomeado para o Conselho Federal de Cultura, em Brasília, exerce a função até 1989, quando o órgão foi extinto. Publica o livro de crônicas *Jeca Jica, Jica Jeca.*

1987 – A Editora José Olympio publica, em cinco volumes, a *Obra reunida de Bernardo Élis*, intitulada "Coleção Alma de Goiás".

1995 – Bernardo Élis é nomeado para a presidência da Fundação Cultural Pedro Ludovico Teixeira, órgão estadual responsável pelas políticas culturais em Goiás.

1997 – Bernardo Élis falece no Rio de Janeiro, em 30 de novembro, aos 82 anos, vítima de câncer. Está sepultado no Mausoléu da Academia Brasileira de Letras, no Cemitério São João Batista, Rio de Janeiro.

1999 – Estreia o longa metragem *O Tronco*, baseado no romance homônimo de Bernardo Élis. Filmado em Pirenópolis, é dirigido por João Batista de Andrade e estrelado por Ângelo Antônio, Letícia Sabatella, Chico Diaz, Rolando Boldrin e Antônio Fagundes. Disponível no YouTube.

2000 – *A vida são as sobras*, livro autobiográfico, é publicado *post-mortem*, organizado por José Lino Curado.

2003 – Com seleção de Gilberto Mendonça Teles e direção de Edla Van Steen, é publicada a seleta *Melhores Contos – Bernardo Élis.*

2005 – *A terra e as carabinas,* novela originalmente publicada em jornais na década de 1950, é lançada em livro *post mortem,* assim como o livro de contos *Onde canta a seriema.* Sob os auspícios da Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira (Agepel) é realizada em Goiânia a *1ª Bienal do Livro de Goiás – Homenagem a Bernardo Élis,* de 23 de abril a 1º de maio. A Agepel lança o livro *Bernardo Élis – vida em obras*, organizado por Wolney Unes.

2010 – Pela Academia Brasileira de Letras é publicado *Bernardo Élis: Cadeira 1, ocupante 4*, da Série Essencial, com seleção de Gilberto Mendonça Teles.

2015 – Comemora-se o Centenário de Bernardo Élis. A Confraria dos Bibliófilos do Brasil publica *Bernardo Élis Centenário – Contos Selecionados*, livro especial com exemplares numerados e ilustrações de Elder Rocha Lima. Como parte das comemorações, o governo de Goiás publica *Quatro nomes, Cem anos: a literatura de Goiás para o mundo*, alusivo a Bernardo Élis, Carmo Bernardes, Eli Brasiliense e José J. Veiga, com Miguel Jorge escrevendo o capítulo *Bernardo Élis: os fatos, a fala*, relativo ao imortal da ABL.

2020 – O Instituto Cultural e Educacional Bernardo Élis Para os Povos do Cerrado (Icebe) é fundado em Goiânia, a 20 de janeiro, idealizado pelos escritores Bento Alves Araújo Jayme Fleury Curado (presidente) e Nilson Jaime (vice-presidente), juntamente com dez outros sócios-fundadores. O Icebe realiza 30 *Colóquios Virtuais Bernardo Élis*, durante a pandemia. Coordenado pelo professor Ricardo Assis Gonçalves, a Universidade Estadual de Goiás (UEG), em associação com o Icebe, edita a *Revista Sapiência – sociedade, saberes e práti-*

cas educacionais (Seção Especial Bernardo Élis 1, v. 9, n. 4), em formato digital, com 23 artigos sobre o escritor.

2021 – A Editora do IFG republica o livro de poesias *Primeira chuva,* um dos dez integrantes de um box da Coleção Artífices. O Icebe realiza, durante três meses, a Exposição Vida e Obra de Bernardo Élis, no Centro Cultural Octo Marques, da Secretaria de Cultura de Goiás. O professor Ricardo Assis Gonçalves, da Universidade Estadual de Goiás (UEG) e do Icebe, edita a *Revista Sapiência – sociedade, saberes e práticas educacionais* (Seção Especial Bernardo Élis 2, v. 10, n. 4), em formato digital, com 20 artigos sobre o imortal.

2022 – Em parceria com o IHGG e a Sociedade Goiana de História da Agricultura, o Icebe lança a *Coleção Goiás +300*, *Reflexão e Ressignificação*, com a publicação de um box em 2022 e outro em 2023, contendo três livros cada, envolvendo cerca de 160 autores. A proposta é lançar 18 livros até 2027.

2025 – É lançado o livro *A Enxada*, excerto de *Veranico de Janeiro*, com notas explicativas, cronologia biobibliográfica e relação de livros, por Nilson Jaime, para distribuição gratuita em escolas de Goiás. O Instituto Bernardo Élis Para os Povos do Cerrado institui o *Cinquentenário Bernardo Élis na ABL (1975-2025)*, para comemorar o ingresso do escritor na Academia Brasileira de Letras. Foram ministradas palestras por Nilson Jaime na Associação Nacional de Escritores (Brasília); Academia Goiana de Letras – AGL; Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás – Aflag; Academia de Letras dos Militares Coronel Mauro Borges (Goiânia); Pontifícia Universidade Católica de Goiás (Goiânia); Universidade Estadual de Goiás (Porangatu); Instituto Federal Goiano (Senador Canedo); Festival Literário de Pirenópolis (Flipiri) e também em Cristalina, Ipameri, Caldas Novas, Pirenópolis, Corumbá de Goiás e diversos outros municípios goianos.

Referências

ABDALA JR. Benjamin. Literatura Comentada Bernardo Élis: textos selecionados, estudo histórico-literário, biografia e atividades de compreensão e criação. *In*: **Literatura Comentada Bernardo Élis**. São Paulo: Abril Educação, 1983. 113 p.

ALMEIDA, Nelly Alves de Almeida. **Estudos sobre quatro regionalistas** – Bernardo Élis, Carmo Bernardes, Hugo de Carvalho Ramos, Mário Palmério. Goiânia: Editora da UFG, 1985. 502 p.

BECHARA, Evanildo. Estudo e notas. *In*: TELES, Gilberto Mendonça (org.). **Bernardo Élis:** Seleta. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1976. 178 p.

DIÁRIO DA MANHÃ. **Bernardo Élis (1915-1997):** morre o imortal. Capa. Goiânia, 1º de dezembro de 1997, ano XVIII, n. 3.714. Depositado em https://hemeroteca.ihgg.org/

DIAS, Renato. A Herança comunista. **Diário da Manhã**. Goiânia, 1º de dezembro de 1997, ano XVIII, n. 3.714, p. 7. Depositado em https://hemeroteca.ihgg.org/

ÉLIS, Bernardo. **O Tronco**. 8ª edição. São Paulo: José Olympio, 1988.

ÉLIS, Bernardo. **A vida são as Sobras**. Goiânia: Kelps, 2000. 230 p. il.

JAIME, Nilson Gomes. Algumas linhagens familiares ancestrais de Bernardo Élis. **Revista Sapiência:** Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais ISSN 2238-3565 v.9, N.4, p.1-12, 2020 – Seção Especial Bernardo Élis. Organização de Ricardo Assis Gonçalves.

JAIME, Nilson. O cronista e historiador Bernardo Élis: arquétipo de um cidadão geral que adotou a erma Goiânia. In: OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de; MENDONÇA, Jales Guedes Coelho; CHAUL, Nasr Fayad; JAIME, Nilson (organizadores). **Goiânia, 90 anos**.

Goiânia: Edições Goiás +300, p. 309-334, 2024.

JAIME, Nilson. O cronista e historiador Bernardo Élis: arquétipo de um cidadão geral que adotou a erma Goiânia. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás**, ISSNN2175-1269, n. 35 (2024), p. 205-230, 2025a.

JAIME, Nilson. Cronologia biobibliográfica de Bernardo Élis. *In*: ÉLIS, Bernardo. *A Enxada (conto)* – notas explicativas de Nilson Jaime. Goiânia: Pyreneus, 2025b. p. 37-42.

JAIME, Nilson. Obras de Bernardo Élis. *In*: ÉLIS, Bernardo. **A Enxada** (conto) – notas explicativas de Nilson Jaime. Goiânia: Pyreneus, 2025c. p. 43-44.

JAYME, José Sisenando. **A origem da família Fleuri**. Goiânia: editora do autor, 1990. 264 p.

SIAN – Sistema de Informações do Arquivo Nacional. sian.an.gov.br

TAUNAY, Affonso D'Escragnolle. **Na era das bandeiras**. São Paulo: Melhoramentos, 1922. 195 p.

Entre o passado e o futuro: escolhas trágicas no dilúvio em Bernardo Élis e Joseph-Désiré Court

Ana Kelly Ferreira Souto Pinto[64]

Resumo

O artigo realiza uma leitura comparativa entre o conto "Nhola dos Anjos e a cheia do Corumbá", de Bernardo Élis, e a pintura "O Grande Dilúvio", de Joseph-Désiré Court, tomando como fundamento teórico categorias da *Poética* e da *Ética a Nicômaco* de Aristóteles. Ambas as obras apresentam dilemas instaurados sob a pressão de uma catástrofe hídrica, em que as personagens precisam agir em condições de risco extremo; contudo, cada uma estrutura o trágico de modo distinto. No conto, a *hamartía* de Quelemente decorre da ignorância das circunstâncias e desencadeia uma sequência completa de *peripécia*, *anagnórisis* e *pathos*, configurando uma tragédia complexa no sentido aristotélico. Já a pintura de Court fixa apenas o instante liminar da ação, sem revelar motivações, antecedentes ou desfecho; por isso, não permite identificar erro ou reconhecimento, e sua dimensão trágica emerge da suspensão do gesto diante da força natural. A comparação evidencia que a tragédia pode resultar tanto da inteligibilidade narrativa quanto da representação condensada de um momento de irresolução, revelando, em ambos os casos, a fragilidade essencial da ação humana diante do imprevisível.

Palavras-chave: Bernardo Élis; Ética aristotélica; Dilúvio; Literatura e filosofia

[64] Doutora em Ciências da Religião, mestra e graduada em Filosofia. Professora da PUC Goiás. Titular da Cadeira nº 1 do Instituto Cultural e Educacional Bernardo Élis para os Povos do Cerrado (Icebe). E-mail: anakellyferreirasouto@gmail.com

Introdução

Catástrofes naturais ocupam, com frequência, um lugar privilegiado na literatura e nas artes visuais como dispositivos de revelação ética. Ao impor limites abruptos à ação humana, elas suspendem a normalidade da deliberação prática e expõem, de modo radical, a fragilidade das escolhas realizadas sob pressão extrema. A força incontrolável das águas, em particular, funciona no imaginário ocidental como símbolo de ruptura e de desvelamento, comprimindo passado, presente e futuro em um mesmo instante decisório e obrigando os agentes a ordenar bens em condições de urgência e risco irreversível.

É nesse horizonte que se inscrevem o conto "Nhola dos Anjos e a cheia do Corumbá", de Bernardo Élis, e a pintura *O Grande Dilúvio* (1826), de Joseph-Désiré Court. Em Élis, a cheia do Rio Corumbá força Quelemente a decidir entre salvar a mãe entrevada ou o filho frágil, único elo possível com a continuidade da vida familiar. A escolha, realizada sob ignorância das circunstâncias concretas, desencadeia uma cadeia trágica plenamente articulada. Já na obra de Court, a cena pictórica fixa apenas o instante liminar da ação: um homem, apoiado numa rocha, estende a mão a um idoso enquanto uma mulher e uma criança permanecem à mercê das águas. Não há antecedentes narrativos nem desfecho visível; o trágico emerge da suspensão do gesto e da indeterminação que precede qualquer escolha consumada.

A aproximação entre essas duas obras permite investigar diferentes modos de configuração da tragédia a partir de um mesmo motivo — a catástrofe hídrica — e de um mesmo núcleo problemático: a deliberação moral em situações-limite. Para tanto, o artigo mobiliza categorias centrais da *Poética* e da *Ética a Nicômaco* de Aristóteles, especialmente os conceitos de *hamartía*, *peripécia*, *anagnórisis*, *pathos* e deliberação prática. Parte-se da hipótese de que, enquanto o conto de Bernardo Élis realiza uma tragédia

complexa no sentido aristotélico, estruturada por erro, reconhecimento do sofrimento irreversível, a pintura de Court apresenta o trágico em estado germinal, condensado no momento anterior à decisão, quando nenhuma hierarquia de bens se impõe de forma evidente.

Ao explorar essas diferenças, o artigo busca mostrar que a tragédia pode emergir tanto da inteligibilidade narrativa de uma ação concluída quanto da fixação de um único instante de irresolução. Em ambos os casos, literatura e pintura revelam a precariedade estrutural da ação humana diante do imprevisível, iluminando, sob registros distintos, os limites da racionalidade prática quando confrontada por forças que excedem o controle do agente.

Ética aristotélica e deliberação em situações-limite

A *Ética a Nicômaco* fornece o enquadramento conceitual necessário para compreender decisões tomadas sob condições extremas, nas quais a deliberação prática se vê limitada pela urgência, pela contingência e pela incompletude do conhecimento. Aristóteles afirma que "toda ação e toda escolha visam a algum bem" (EN I, 1, 1094a1–2), mas esse bem só pode ser adequadamente avaliado no interior de circunstâncias concretas, já que a ação humana não se exerce no domínio da necessidade, e sim no âmbito do que "pode ser de outro modo" (EN III, 3, 1112a32–34). A escolha ética, portanto, envolve sempre risco e exposição à falha.

Nesse horizonte, a prudência (*phronesis*) não se identifica com um cálculo abstrato, mas com a capacidade de julgar corretamente "as coisas boas e más para o homem" (EN VI, 5, 1140b5), levando em conta tanto a ordenação racional dos bens quanto as condições efetivas da ação. Deliberar bem implica considerar meios e circunstâncias, e não apenas fins desejáveis. Por isso, Aristóteles distingue o erro moral propriamente dito daquele que decorre da ignorância de um elemento particular da situação. O agente pode

desejar o bem e, ainda assim, errar por desconhecer um dado decisivo da realidade, sem que isso implique perversidade ou vício de caráter (EN III, 1, 1110b25–30).

Essa distinção é central para a compreensão das ações trágicas. O erro por ignorância, embora não elimine a responsabilidade do agente, redefine seu alcance ético: a falha não nasce de uma intenção corrupta, mas da própria estrutura da ação humana, sempre atravessada pela contingência. O peripatético reconhece, assim, que a retidão da intenção não garante o acerto do resultado, sobretudo quando a deliberação ocorre sob pressão extrema.

Aplicado ao conto "Nhola dos Anjos e a cheia do Corumbá", esse enquadramento permite interpretar a decisão de Quelemente sem reduzi-la a um juízo moral simplificador. O personagem não age por maldade, mas sob a necessidade urgente de hierarquizar bens em uma situação de risco imediato. Ao escolher salvar o filho em detrimento da mãe imobilizada, Quelemente orienta sua ação segundo uma finalidade racionalmente compreensível, voltada à preservação da vida futura e à continuidade humana. Sua falha não reside na escolha do fim, mas na ignorância das circunstâncias concretas: ele acredita que a profundidade da água inviabiliza qualquer alternativa.

O erro é, portanto, circunstancial e cognitivo, e corresponde precisamente ao tipo de falha que Aristóteles admite como possível mesmo ao agente que deseja o bem. A ação torna-se trágica quando essa ignorância se revela irreversível, expondo o descompasso entre intenção racional e consequência efetiva. À luz da ética aristotélica, a decisão de Quelemente manifesta os limites da razão prática em situações-limite, nas quais a deliberação é exigida, mas não dispõe de informações suficientes para garantir o acerto da escolha.

Esse enquadramento será decisivo para distinguir, ao longo do artigo, a configuração trágica do conto de Bernardo Élis daquela

apresentada na pintura de Joseph-Désiré Court. Enquanto, no primeiro caso, a tragédia se articula a partir de um erro identificável no interior da lógica da deliberação, no segundo, a cena permanece suspensa antes que qualquer ordenação racional dos bens possa ser plenamente estabelecida.

Poética aristotélica e a configuração do trágico

Na *Poética*, Aristóteles define a tragédia não como simples representação do sofrimento, mas como uma forma específica de *mímesis* da ação humana dotada de estrutura inteligível. O trágico emerge quando uma ação completa e significativa se organiza segundo os princípios de necessidade e verossimilhança, articulando erro, reversão, reconhecimento e sofrimento de modo causalmente coerente (Poética, 1451 a 36-b11). A centralidade da ação distingue a tragédia de narrativas episódicas e permite compreender o sofrimento, não como acaso, mas como consequência ética do agir.

Nesse contexto, a *hamartía* constitui o elemento decisivo da ação trágica. Aristóteles afirma que o herói não cai "por maldade ou perversidade, mas por causa de algum erro" (1453a7-10). Esse erro não se identifica com vício moral (*kakía*), mas com uma falha de julgamento ou ignorância de uma circunstância particular, cometida por alguém que, em princípio, deseja o bem. A possibilidade da *hamartía* revela a vulnerabilidade estrutural da ação humana: mesmo escolhas razoáveis podem produzir efeitos desastrosos quando realizadas sob condições de conhecimento limitado.

A *peripécia* (*peripéteia*) corresponde a reversão da ação em seu contrário, "quando os acontecimentos se invertem segundo a verossimilhança ou a necessidade" (1452a22-24). Longe de ser um recurso externo, ela resulta da lógica interna do enredo: aquilo que parecia conduzir à salvação torna-se causa da ruína. A peripécia prepara o terreno para a *anagnórisis*, definida como a passagem da ignorância ao conhecimento, acompanhada de mudança afeti-

va decisiva (1452a29-33). Trata-se do momento em que a verdadeira natureza da ação se revela ao agente ou ao espectador, frequentemente quando já não é possível modificar suas consequências.

Como observa Filomena Yoshie Hirata, esse erro não deve ser interpretado como falha moral, mas como ignorância intelectual estruturalmente vinculada à dinâmica da tragédia, pois é ele que cria as condições de possibilidade da *anagnórisis*, isto é, da passagem da ignorância ao conhecimento (Hirata, 2008).

O *pathos* constitui o ponto culminante dessa sequência. Aristóteles o define como uma "ação destrutiva ou dolorosa" (*phthorá* ou *odýnē*), como mortes, ferimentos e sofrimentos intensos (1452b11-12). O *pathos* não é um acréscimo sentimental à narrativa, mas o efeito necessário da cadeia causal iniciada pela *hamartía*. É nele que a irreversibilidade da ação se torna manifesta e que a tragédia alcança seu impacto ético pleno, pois o sofrimento revela as consequências últimas de escolhas realizadas sob ignorância ou erro de julgamento. Esses elementos só produzem a forma trágica quando articulados por uma unidade orgânica do enredo. Aristóteles insiste que os acontecimentos devem seguir-se de modo necessário ou verossímil, de modo que o reconhecimento e o sofrimento não pareçam arbitrários ou fortuitos (1451a36-b11). A tragédia complexa, que integra *hamartía*, *peripécia* e *anagnórisis*, é, para Aristóteles, superior à tragédia simples, justamente porque torna inteligível a queda do herói e permite reconhecer nela uma figura elevada da experiência humana (1452a18-19).

Esse enquadramento formal será decisivo para a análise comparativa desenvolvida neste artigo. No conto de Bernardo Élis, a ação trágica se realiza plenamente, com erro perceptivo, reversão, reconhecimento tardio e sofrimento irreversível, configurando uma tragédia complexa no sentido aristotélico. Já na pintura de Joseph-Désiré Court, a ausência de encadeamento narrativo impede a identificação desses elementos como sequência causal. A obra

fixa apenas o instante anterior à decisão, suspendendo a ação antes que *hamartía* e *anagnórisis* possam se manifestar. Assim, enquanto em Élis a tragédia se constitui como enredo completo, em Court o trágico aparece reduzido ao seu núcleo inicial: o momento liminar em que a deliberação é exigida, mas ainda não se converteu em ação consumada.

No conto "Nhola dos Anjos e a cheia do Corumbá", Bernardo Élis constrói uma situação trágica a partir da convergência entre precariedade material, fatalismo regional e urgência extrema. A família dos Anjos vive há décadas em um território marcado pela pobreza e pela instabilidade das cheias, incapaz de romper com um espaço que já não oferece condições de permanência. Esse contexto não atua apenas como pano de fundo narrativo, mas como elemento estrutural que condiciona a ação e limita as possibilidades de deliberação prática.

A subida das águas força Quelemente a agir sob pressão absoluta. Diante da invasão das águas, ele se vê compelido a escolher entre salvar a mãe imobilizada, Nhola dos Anjos, e o filho frágil, figura da continuidade possível da vida familiar. A decisão não decorre de cálculo sereno, mas da urgência que caracteriza aquilo que Aristóteles descreve como ações realizadas no domínio do contingente, em que se delibera sobre o que "pode ser de outro modo" (EN III, 3, 1112a32-34). A tragédia emerge precisamente nesse espaço de incompletude, no qual a razão prática é convocada, mas não dispõe de condições plenas para garantir o acerto da escolha.

À luz da *Poética*, a decisão de Quelemente configura uma *hamartía* no sentido aristotélico. Aristóteles afirma que o herói trágico não cai "por maldade ou perversidade, mas por causa de algum erro" (1453a7-10), entendido como falha de julgamento ou ignorância de uma circunstância relevante. No conto, Quelemente acredita que a profundidade da água inviabiliza qualquer alternativa para salvar a mãe na porta de buriti. Seu erro não está na finalidade da

ação – preservar a vida futura representada pelo filho –, mas na ignorância das condições concretas da situação. Trata-se, portanto, de um erro cognitivo e circunstancial, não de um desvio moral.

A caracterização desse erro como *hamartía* não implica atribuir ao agente qualquer forma de perversidade moral. Como observa Filomena Yoshie Hirata, em Aristóteles a *hamartía* deve ser compreendida como um erro intelectual decorrente da ignorância de circunstâncias particulares, e não como expressão de vício ético. Trata-se de um elemento estrutural da tragédia, pois é justamente esse erro que torna possível a *anagnórisis*, isto é, o reconhecimento tardio da verdadeira natureza da ação, ainda que sem possibilidade de reparação (Hirata, 2008).

Esse equívoco desencadeia a *peripécia*, isto é, a reversão da ação em seu contrário. Aquilo que Quelemente concebe como gesto necessário para salvar o filho torna-se a causa direta da morte da mãe, quando se revela que a água era rasa. A reversão ocorre conforme o princípio aristotélico de necessidade e verossimilhança, pois não resulta de um acontecimento externo arbitrário, mas da lógica interna da ação (Poética, 1452a22-24). A cheia, nesse sentido, não é apenas força natural, mas o elemento que expõe a falha do julgamento humano.

A revelação da superficialidade da água produz a *anagnórisis*, a passagem da ignorância ao conhecimento, definida por Aristóteles como o momento em que se reconhece "a verdadeira natureza da ação" (1452a29-33). No conto, o reconhecimento ocorre tardiamente, quando já não há possibilidade de reversão. Quelemente compreende que seu erro era evitável, mas a compreensão não oferece qualquer reparação. Esse descompasso entre conhecimento e possibilidade de agir completa a estrutura da tragédia complexa.

O *pathos* conclui essa sequência. Aristóteles define o *pathos* como uma "ação destrutiva ou dolorosa", como morte, sofrimento ou ferimento (1452b11-12). A morte de Nhola dos Anjos, levada pe-

las águas do Corumbá, torna objetiva a irreversibilidade da ação e concentra o impacto ético da narrativa. O sofrimento de Quelemente não decorre apenas da perda, mas da consciência de que a catástrofe resultou de um erro cometido sob ignorância, e não de uma necessidade absoluta. É nesse ponto que a tragédia atinge sua densidade máxima.

Importa destacar que a tragicidade do conto não se reduz ao erro individual. A *hamartía* de Quelemente é inseparável das condições históricas e sociais que moldam sua existência. A pobreza estrutural, a permanência forçada no território vulnerável e a ausência de alternativas reais restringem o campo da deliberação, tornando a falha não apenas possível, mas quase inevitável. A narrativa de Élis articula, assim, uma tragédia moderna, na qual o erro aristotélico se inscreve num contexto de marginalização social e impotência diante da natureza.

Desse modo, "Nhola dos Anjos e a cheia do Corumbá" realiza plenamente a tragédia complexa descrita por Aristóteles: há *hamartía*, *peripécia*, *anagnórisis* e *pathos*, articulados por uma cadeia causal inteligível. O conto revela, com clareza exemplar, que a ação humana, mesmo orientada por intenções racionais, permanece vulnerável à ignorância e à contingência, e que é precisamente dessa fragilidade estrutural que nasce o trágico.

A tragédia da decisão em "Nhola dos Anjos e a cheia do Corumbá"

A aproximação entre o conto "Nhola dos Anjos e a cheia do Corumbá", de Bernardo Élis, e a pintura *O Grande Dilúvio* (1826), de Joseph-Désiré Court, evidencia dois modos distintos de figurar a ação humana diante do limite imposto pela catástrofe hídrica. Em ambas as obras, os agentes são colocados sob pressão extrema e confrontados com escolhas potencialmente irreversíveis; contudo, a configuração do trágico segue direções diversas, conforme o meio expressivo e a estrutura temporal de cada obra.

Como observa Nilson Jaime, a tragédia que se instaura no conto não pode ser dissociada da decadência histórica da família dos Anjos, marcada pela perda progressiva de seus meios de subsistência e pela permanência forçada em um território que já não oferece condições de sobrevivência digna. Segundo o autor, após a morte do patriarca e a ruína econômica, a antiga casa de alvenaria é substituída por um rancho de palha, e a família permanece há décadas presa a um espaço do qual não consegue se desvincular, apesar das tentativas reiteradas de abandono (Jaime, 2020). Esse aprisionamento material e simbólico restringe o campo da deliberação prática e prepara o terreno para a emergência do trágico.

No conto de Élis, a tragédia se realiza plenamente como enredo. A ação se desenvolve segundo a lógica aristotélica da tragédia complexa, articulando *hamartía*, *peripécia*, *anagnórisis* e *pathos* numa cadeia causal inteligível. Quelemente age movido por uma finalidade racionalmente compreensível – a preservação da vida futura representada pelo filho –, mas erra por ignorância das circunstâncias concretas. A revelação tardia desse erro produz o reconhecimento e torna o sofrimento irreversível. O trágico nasce, assim, da tensão entre intenção correta e resultado devastador, expondo os limites da razão prática diante da contingência[65].

[65] À luz da *Ética a Nicômaco*, é importante recordar que Aristóteles distingue a simples velhice da verdadeira prudência. Para o filósofo, o avanço da idade não garante a posse de *phronesis*: a sabedoria prática resulta da qualidade da experiência e do modo de vida, não do número de anos vividos (EN VI, 12–13). Assim, ainda que a cena de Court apresente o idoso como figura central da composição, não se pode interpretar essa presença como signo de autoridade moral ou de orientação racional da ação. A pintura registra apenas a coexistência simbólica entre passado, presente e futuro num momento de extrema vulnerabilidade, sem transformar o idoso em emblema de sabedoria ou em polo legítimo de prioridade ética. Court suspende a narrativa justamente antes que qualquer hierarquia de bens possa ser estabelecida, deixando que o espectador confronte a indeterminação da escolha sem recorrer a pressupostos que a obra não autoriza.

A suspensão da ação em *O Grande Dilúvio*, de Joseph-Désiré Court

Na pintura de Court, ao contrário, o trágico não se organiza como narrativa concluída, mas como suspensão da ação. A obra fixa apenas o instante anterior à decisão, sem fornecer antecedentes, motivações ou consequências. Não há elementos suficientes para identificar uma *hamartía* no sentido aristotélico, tampouco para reconhecer *peripécia* ou *anagnórisis*. A tragicidade emerge da coexistência simultânea de bens incompatíveis – passado, presente e futuro – colocados em risco, sem que qualquer hierarquia se imponha de forma evidente. Court desloca o trágico da cadeia causal para o campo da indeterminação.

Essa diferença estrutural implica também uma diferença no modo como o *pathos* se manifesta. Em Élis, o sofrimento decorre do reconhecimento do erro: Quelemente sofre porque compreende que sua falha era evitável. Em Court, o sofrimento representado não é efeito de uma falha moral identificável, mas expressão da vulnerabilidade humana diante de uma força natural devastadora. A água, elemento comum às duas obras, exerce funções distintas: no conto, revela a verdade oculta e desencadeia a reversão trágica; na pintura, constitui o cenário absoluto da catástrofe, sem função reveladora.

A comparação revela, portanto, dois regimes de temporalidade trágica. Em Élis, a ação é orientada para o futuro, ainda que de modo falho; a tragédia se consuma quando esse futuro é traído pelo erro. Em Court, passado, presente e futuro coexistem num mesmo plano visual, sem que a ação avance para uma resolução. A literatura, ao articular a sucessão dos acontecimentos, permite que o trágico se realize como processo; a pintura, ao condensar o instante, expõe o trágico como impasse.

Desse modo, embora inscritas em tradições artísticas distintas, as duas obras oferecem figuras complementares da tragédia humana. Bernardo Élis apresenta a queda provocada por um erro reconhecido tarde demais; Joseph-Désiré Court expõe o momento

anterior à queda, quando a decisão ainda não se consumou e todas as alternativas permanecem igualmente insuficientes. Ambas, à sua maneira, revelam a fragilidade estrutural da ação humana diante do imprevisível, confirmando a atualidade das categorias aristotélicas para a leitura de obras literárias e visuais em contextos históricos distintos.

Considerações finais

A leitura comparativa do conto "Nhola dos Anjos e a cheia do Corumbá", de Bernardo Élis, e da pintura *O Grande Dilúvio* (1826), de Joseph-Désiré Court, evidencia a atualidade das categorias aristotélicas para a compreensão da ação humana em situações-limite. À luz da *Poética* e da *Ética a Nicômaco*, foi possível mostrar que ambas as obras figuram decisões sob pressão extrema, mas estruturam o trágico segundo regimes distintos de temporalidade e inteligibilidade.

Enquanto no conto de Bernardo Élis a tragédia se realiza como processo narrativo completo, no qual uma *hamartía* decorrente de ignorância circunstancial faz colidir uma intenção racionalmente correta com uma consequência irreversível, na pintura de Joseph-Désiré Court o trágico se manifesta como suspensão da ação, fixando o instante anterior à decisão, em que bens incompatíveis coexistem sem hierarquização possível, revelando o limite da deliberação antes que erro e reconhecimento possam se constituir.

A comparação entre as duas obras permite, portanto, distinguir dois modos complementares de figuração do trágico. Em Élis, a tragédia se consuma como cadeia causal inteligível. Em Court, manifesta-se como impasse, concentrado no momento liminar da deliberação. A literatura, ao desenvolver a sucessão dos acontecimentos, torna visível a dinâmica do erro e de suas consequências; a pintura, ao condensar o instante, expõe o limite da ação antes que ela se realize.

Ao articular esses dois registros, o artigo procurou mostrar que a tragédia não se reduz à representação do sofrimento, mas

constitui uma forma privilegiada de pensar a fragilidade da ação humana. Tanto no regionalismo brasileiro de Bernardo Élis quanto no romantismo histórico de Court, a catástrofe hídrica funciona como dispositivo de revelação ética, colocando em crise a capacidade de ordenar bens sob pressão extrema.

Referências

ARISTÓTELES. ***Ética a Nicômaco***. Tradução de Antonio Pinto de Carvalho. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

COURT, Joseph-Désiré. **Scène du Déluge** (Cena do Grande Dilúvio). 1826. Óleo sobre tela. Musée des Beaux-Arts de Rouen.

ÉLIS, Bernardo. **Melhores contos de Bernardo Élis**. Seleção de Gilberto Mendonça Teles. São Paulo: Global, 2003.

HIRATA, Filomena Yoshie. A hamartía aristotélica e a tragédia grega. **Anais de Filosofia Clássica**, v. 2, n. 3, p. 83–96, 2008.

JAIME, Nilson Gomes. As figuras de linguagem e o regionalismo de Bernardo Élis no conto "Nhola dos Anjos e a cheia do Corumbá". **Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais**, v. 9, n. 4, p. 1–13, 2020. Seção Especial Bernardo Élis.

Anexo



Joseph-Désiré Court (1797-1865) Cena do grande dilúvio

O universalismo na obra de Bernardo Élis

Itaney F. Campos[66]

Cinquenta anos decorridos desde o ingresso do escritor Bernardo Élis Fleury de Campos Curado na Casa de Machado de Assis, e vinte e sete anos passados de sua morte, o tempo atesta a imortalidade de sua obra literária. As narrativas que teceu – em forma de crônicas, contos e romances – continuam a surpreender-nos pela vivacidade, vigor descritivo e colorido linguístico. Sua produção literária permite uma multiplicidade de abordagens, desde o plano linguístico à composição dos personagens, a revelar a complexidade de sua tessitura.

Por ocasião da efeméride mencionada, o escritor Nilson Gomes Jaime, presidente do Instituto Cultural Bernardo Élis para os Povos do Cerrado, reúne 25 artigos e ensaios, subscritos por intelectuais da melhor estirpe, em torno da obra do imortal escritor. Ao polígrafo Nilson Jaime se junta o professor Ricardo Júnior de Assis Fernandes, como organizador e, também, ensaísta. O título da coletânea aponta o foco analítico proposto: desvelar a universalidade da ficção bernardiana. A proposição logrou realizar-se em sua plenitude. Sem esgotar novas possibilidades de abordagem, os textos iluminam aspectos ainda obscuros dos contos e romances do alto (em duplo sentido) escritor dos altiplanos goianos. Nuances já contempladas adquirem novas cores e facetas nos textos aqui reunidos.

Bernardo elevou a literatura regionalista a um patamar até então inédito, permeando a sua literatura de cores locais autênti-

[66] Itaney Francisco Campos é escritor, poeta, desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, sócio titular do IHGG e membro da Academia Goiana de Letras. É associado da UBE/GO e do Instituto Cultural e Educacional Bernardo Élis para os Povos do Cerrado (Icebe). E-mail: itaneycampos@gmail.com

cas e dramas humanos comoventes e de grande carga de verossimilhança. A verdade de sua literatura elevou-a ao patamar das grandes obras, reveladoras do sentido trágico da existência humana. O inusitado é que o escritor goiano não perde, ainda que na tragédia, certo senso de humor, apurado e levemente irônico.

A solidariedade com os despossuídos deste mundo, com os lavradores, os mutilados, os solitários, os reclusos e, também, com os insanos, loucos de toda sorte, testemunha um escritor humanista, cujo olhar se volta para os humildes e sofridos das cidadezinhas interioranas e dos sítios rurais. Bernardo constrói tipos humanos verdadeiros, complexos, portadores dos sentimentos múltiplos, contraditórios às vezes, que caracterizam a natureza humana. Ele os flagra em seus momentos mais pungentes, na manifestação raivosa, na atitude de ambição, na paixão desmedida. Em outras situações, na submissão, no opróbrio, na vileza de sentimentos. Não é raro que focalize aspectos humorísticos ou ridículos na conduta dos personagens, seja do miserável, seja do abastado; seja do explorado, seja do opressor. Nessa linha de compreensão, o escritor Kleber Adorno observou que ler um livro de Bernardo Élis "é sentir um gosto antigo de terra, um velho sabor de raízes e um odor conhecido de coisas vividas, de sonhos esquecidos, de baús violados".

Sobre a estilística de Bernardo, o grande Tristão de Athayde registrou, argutamente, que o escritor goiano realizou, de modo notável, uma fusão rara entre o falar culto e o falar popular, "sem aquele paralelismo tão frequente e tão chocante nos maiores escritores regionalistas...".

Mas quem apontou com grande propriedade o pioneirismo literário de Bernardo foi o crítico Francisco de Assis Barbosa, para quem, desde o aparecimento de *Ermos e Gerais*, em 1944, BE se tornou vanguardeiro de um novo ciclo da ficção brasileira – o do sertanista goiano-mineiro. Cronologicamente, ele é o primeiro.

Vieram depois Guimarães Rosa (*Sagarana*, 1946), Mário Palmério (*Vila dos Confins*, em 1956) e José J. Veiga (*Os Cavalinhos de Platimplanto*, 1959). E a literatura do Oeste passou a competir em prestígio e significado nacional com a literatura do Nordeste, que havia se transformado numa literatura líder, a partir da fornada dos grandes romances de conteúdo social iniciada com "*A Bagaceira,* de José Américo de Almeida".

É acurada a descrição que Bernardo realiza da natureza, do meio ambiente, dos sítios e matas exuberantes do planalto, num tempo em que a agroindústria e a sojicultura ainda não haviam devastado, à larga, a cobertura vegetal dos altiplanos centrais. O cerrado guardava, ainda, sua rica fauna, composta de lobos do mato, do veado, do tamanduá, do tatu, da onça e das pequenas aves. O escritor utiliza expressivas figuras de linguagem, ao descrever a natureza, personificando-a e dando-lhe grande carga dramática, mercê dos recursos estilísticos e imagéticos que utiliza com a habilidade de mestre.

Talvez seja Bernardo Élis a figura mais icônica da literatura produzida em Goiás. Ele elevou a literatura regional a um nível universal, mercê do viés humanístico de sua obra. Com efeito, os personagens da literatura bernardiana são densamente humanos, portadores da angústia existencial e, em geral, vítimas de um sistema social marcado pela desigualdade e injustiça. São os humildes os protagonistas de seus contos e romances. Nesse panorama povoado por homens oprimidos, lateja em cada trama a dor da impotência humana diante das estruturas sociais profundamente desumanas. São personagens marginalizados, portadores de moléstias estigmatizantes, lavradores sem perspectivas de ascensão social, vitimados pelo latifúndio impiedoso e secular. Sob essa perspectiva, a ficção bernardiana tem um caráter universal, na medida em que denuncia, sem panfletarismo, a indignidade a que são relegados os campesinos, os rurícolas, as populações interioranas, esmagados sob o peso de estruturas sociais secularmente

desumanas. O foco na condição humana, sem perda da inventividade, da trama bem elaborada, da linguagem regional, em harmônico convívio com a estilística formal, imprimem à literatura de Bernardo Élis um tônus universal, contemporâneo e essencialmente humanístico.

A matéria-prima da obra ficcional de Bernardo não se limitou às vicissitudes da condição de trabalhador agrícola, de "servo da gleba", com as implicações inerentes às suas relações sociais de subordinação. Em vários contos e romances, o escritor trabalha sobre episódios históricos, dedicado professor de história que foi, dando-lhes, porém, tratamento literário e ficcional, transfigurando a realidade e imprimindo-lhe a tensão própria da criação literária. Fez assim em *Chegou o Governador* e *O tronco*, entre outros.

Haverá, para qualquer escritor brasileiro, comentário mais lisonjeador do que este, feito pelo grande João Guimarães Rosa, a respeito da ficção de Bernardo Elis?

> Gostei, imenso, de reler "O Tronco", com a mesma admiração de quem se entusiasma com coisa verdadeira, bela, palpitante, nova. E deliciei-me com "Caminhos e Descaminhos". Formidável aquele conto "Ontem, como hoje, como amanhã, como depois". Ninguém, em país nenhum, nenhum tempo, parte alguma, escreveu coisa melhor.

Já houve quem comparasse a ficção do regionalista goiano à criação do escritor russo Fiódor Dostoiévski. A comparação não é despropositada dada a carga dramática de seus romances e as condições de humilhação e desumanidade em que se enredam os seus personagens. Nessa perspectiva, considerado ainda o primor criativo desses ficcionistas, pode-se afirmar que, dentro do regionalismo original que adotou, Bernardo Élis impregnou sua produção ficcional de tons universais, capazes de falar à sensibilidade de leitores de diferentes países.

A Chacina do Tronco: o processo e os tribunais

Abílio Wolney Aires Neto[67]

O assassinato de Vicente Belém

Em 29 de dezembro de 1917, por volta das 16 horas de uma tarde nublada, ouvem-se tiros que ferem de morte o pequeno criador, Vicente Belém, numa tocaia à margem do Córrego Corrente, próximo à Vila da Serra do Duro. Vicente seguia para o sítio Pedra Grande, onde apascentava o seu gado e o deixado com a morte do sogro.

Os assassinos, José Nunes Viana e seu irmão Antônio Viana, reviraram o corpo do morto e lhe saquearam dos bolsos razoável quantia em contos de réis, consumando o latrocínio. Em seguida, seguiram para roubar a casa da viúva no Sítio Pedra Grande, a poucos quilômetros adiante. Não conseguindo, retornaram pelo caminho que levava à Fazenda Beira d'Água, onde morava o juiz municipal Manoel de Almeida.

A viúva Rosa Belém e meia dúzia de depoimentos judiciais indicam Manoel de Almeida como mandante do assassinato planejado com o coletor estadual, Sebastião de Brito Guimarães. As ordens de cobrir e encobrir a situação ficaram de ser cumpridas pelo escrivão Justino Camelo Rocha, que ajustou com o delegado José Martins não abrir o Inquérito Policial.

Na Vila de pouco mais de 30 casas, todos reclamavam: "Mataram Vicente e sequer abriram o Inquérito", e os assassinos foram

[67] Juiz de Direito, professor e doutorando em Direito pelo IDP, em Brasília. Autor de 18 livros publicados. Graduando em Filosofia, História e Jornalismo. Membro da Academia Goiana de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, da União Brasileira de Escritores e do Instituto Bernardo Élis para os Povos do Cerrado – ICEBE. E-mail: abiliowolney@hotmail.com

se homiziar na fazenda do juiz municipal. À boca miúda, corria o boato: Zuca e o irmão eram apaniguados de Manoel de Almeida, partilhavam a facção do Partido Democrata, do Governo, ao passo que o morto era gente de Abílio Wolney e seu pai, chefes políticos do Partido Republicano.

Rosa Belém, ouvida em juízo, declararia que sabia "que o dito Juiz (Manoel de Almeida) tomou parte na deliberação do assassinato, mandou guiar o assassino por desvios a fim de que os parentes e amigos da vítima o não apanhassem" (Neto, 2006). Confirmou, ainda, que "o assassino Zuca Vianna em tudo foi auxiliado pelo senhor Manoel d'Almeida, então juiz municipal do Termo, que fornecera aos assassinos até os cartuchos".

A audiência no inventário – "O Barulho"

O juiz exigia que a viúva desse entrada no pequeno inventário. Diante do parecer do coletor, despachou, determinando que a viúva pusesse em rol um par de caçambas de Potosi e outros objetos, além de um burro de arreio que o morto montava quando fora baleado, o qual estava imprestável por ter recebido um tiro na pá.

Rosa Belém pediu a Abílio Wolney advogar a causa com o fim de convencer Manoel de Almeida de que a descrição de bens era verdadeira. Abílio assumiu o patrocínio da causa da mulher pobre e analfabeta.

Manoel de Almeida marcou audiência para o dia 16 de maio de 1918. Mataram Vicente Belém em dezembro e já era maio, sem que a viúva pudesse vender ou matar um novilho sequer.

No dia designado, Abílio chegou à Vila vindo da Fazenda Buracão. O juiz estava nas salas das audiências e, seguindo seu costume de negar as coisas mais justas e legais, Abílio entrou e segurou-o exigindo saber se despachava ou não o seu requerimento.

O juiz, armado, redarguiu enfático ao provisionado que tudo faria "a muque". O coletor Sebastião e sua esposa aproxima-

ram-se, ele portando um revólver e um punhal, dizendo que "se não lhe deixassem entrar pela porta, entraria pela janela".

Abílio Wolney segurou firme no braço de Sebastião de Brito, tomando-lhe o revólver e o punhal, enfatizando: "Vamos sem armas! Nada quero senão vê-los obrigados a cumprir os seus deveres legais. Nada mais que isso!" (Neto, 2019).

Dessa vez, foi atendido. O inventário ficou feito e julgado às 5 horas da tarde. No dia 20 de maio de 1918, Sebastião de Brito foi com Manoel de Almeida até Natividade, entregando ao juiz de Direito da comarca as denúncias para serem repassadas ao presidente do Estado.

A Comissão de Inquérito do Governo

O presidente Alves de Castro providenciou a imediata nomeação de uma Comissão de Inquérito invocando o art. 115 da Constituição Estadual. Chegava a hora de nomear uma Comissão para apurar o desacato praticado por Abílio Wolney contra o juiz municipal.

O presidente aconselhou-se com o cunhado Totó e telegrafou ao Dr. Celso Calmon Nogueira da Gama, juiz de Direito de Pouso Alto, que aceitou de imediato. Para promotor de Justiça, nomeou o agrônomo Dr. Francisco de Borjas Mandacaru e Araújo. Para escrivão estadual, foi escolhido Guilherme Ferreira Coelho.

A Vila de São José do Duro distava 906 quilômetros da capital. No dia 31 de julho de 1918, o Juiz Calmon estava a postos com um pelotão de dez praças e um oficial que se somariam a 40 praças do Batalhão da Polícia em Arraias, acrescidos de paisanos.

A Chacina Oficial do tronco

Instalada na Vila desde 04 de outubro de 1918, a Comissão Celso Calmon ia sendo engrossada por civis. Em dezembro de 1918,

o juiz concluiu que a lei era o governo e que esperar o trâmite regular do processo demandaria tempo.

No dia 20 de dezembro de 1918, o magistrado capixaba foi ter no Buracão diante do aceno de Abílio e do pai em recebê-los. Na retaguarda, o tenente Catulino, o cabo Mathias, o civil Alexandre e o escrivão Guilherme Ferreira Coelho.

Foram bem recepcionados. O magistrado convidou Abílio e o pai a passarem a morar na Vila, afirmando que nada havia a temer. Assegurou que poderiam responder ao processo via advogado, pois a revelia era um direito previsto na lei.

Num ambiente cordato, foi servido um reforçado café da manhã. O juiz assegurava mesmo que o Cel. Wolney poderia ser absolvido pelo que já constava do Inquérito. Tudo foi combinado para que apresentassem defesa escrita, sem necessidade de comparecimento pessoal.

Após o almoço, bem alimentado e animado com as bebidas, Calmon deixava a fazenda com sua comitiva. O velho Wolney ordenou que familiares e amigos dissolvessem o aglomerado de homens e os voltassem para a labuta nas terras.

Da crista dos cerros, soldados escondidos espiavam o movimento da retirada paulatina. Lá na Vila, silenciosamente, os quartéis denunciavam o projeto. O acordo nunca valeria nada – o acordo era o governo.

No mesmo dia 20 de dezembro, contrariamente ao que havia declarado, o juiz não aceitou os procuradores e exigiu a presença dos Wolneys, decretando a prisão preventiva pelo crime político de desacato.

O massacre no Buracão

Madrugada do dia 21. Pela barba branca e comprida do ginete, cavalgando uma mula raçuda, era o velho Joaquim Ayres Ca-

valcanti Wolney que deixava a casa da fazenda em companhia do camarada Antônio Caboclo para uma caçada antecipada.

Tiros estalaram ao prenúncio do arrebol. As tropas avançaram em definitivo. A burra do coronel soprou e deu com os pés violentamente, mas foi impelida a saltar de volta à porteira. No salto, o velho caiu.

Levantou-se correndo em desabalada carreira no rumo da casa, não para entrar – pois atrairia a polícia para matar os outros – mas para avisar aos gritos: "Abílio, soldados!"

Correndo, já fulminado o camarada, o velho entrou no canavial nos fundos da casa grande, caindo na emboscada dos soldados. "Não me matem, pelo amor de Deus!" dizia o velho ajoelhando-se no chão, com as mãos para o alto. "Eu estou entregue! Está aqui a minha arma!".

Como resposta, a coronhada na cabeça seguida de uma carga de disparos, sendo o velho atingido na região do tórax. Gritou nos estertores: "Abílio, me socorre!". E Abílio ouvia, num transe enlouquecido, sabendo que qualquer passo fora seria o seu fuzilamento.

Outra pancada com o coice da arma longa destrambelhou o rosto do velho. Em seguida, rasgaram-lhe o peito com golpes dos sabres. Uma, duas, quatorze punhaladas gretaram-lhe o corpo, seguidos de mais de 20 cutelos a facão.

A soldadesca pilhou do casaco e da guaiaca de couro do velho a vultosa quantia de 120 mil réis em patacões e papel moeda, roubaram-lhe, ainda, o relógio de bolso numa corrente de prata.

Abílio buscou o cômodo da estiva de farinha de mandioca e se afundou no paiol, submergindo-se na farinha até a altura dos braços. Foram presos todos os homens encontrados na casa: João Batista Leal, o menor Oscar Wolney Leal e Voltaire Ayres Cavalcante.

Os mártires

São José do Duro estava subdividido em quartéis ante a natural suposição de que Abílio voltaria para todos os resgates e vinganças. As autoridades policiais engendraram um plano terrível de sequestro definitivo, intimando o restante dos parentes e amigos da família Wolney a retornarem imediatamente para a Vila com mulheres e crianças.

Aos poucos, chegaram outras pessoas que moravam em suas fazendas não distantes da Vila. Na prisão do Sobrado, 9 presos ficavam trancafiados dia e noite: o fazendeiro João Rodrigues de Santana, seus filhos Nilo e Salvador; Nasário do Bonfim; o capitão Benedito Pinto de Cerqueira Póvoa e seu filho João Pinto Póvoa; Messias Camelo Rocha; João Batista Leal; Joaquim Ayres Cavalcante Wolney Filho e o garoto Oscar Leal Wolney.

Mais 72 pessoas, entre mulheres e crianças, ficaram "encerradas" em dois cômodos do Casarão.

À medida que se noticiava a aproximação de Abílio com jagunços, o rigor com os prisioneiros ia sendo aumentado. Determinaram que os presos fossem maniatados na presilha do tronco, armado nos cômodos do piso inferior do Sobrado.

O desfecho trágico

Abílio dispunha-se a enviar proposta de permuta de prisioneiros quando veio a seu encontro, fugida da Vila, sua irmã Custódia, esposa do major João Batista Leal. Trazia as mais desoladoras notícias: seus parentes e amigos haviam sido presos ao tronco para serem fuzilados.

Na manhã do dia 16 de janeiro de 1919, às 10 horas, o bando de Roberto Dorado ganha os primeiros contornos do arraial. Começou a fuga dos atacados, que saíam aos magotes pelo flanco oeste que continuava livre.

Nessa atmosfera, de súbito irracional, o alferes Ulysses ordenou ao cabo José Lourenço d'Abadia e ao soldado Pedro Francisco da Cruz que executassem os reféns. Os carrascos executaram os presos a tiros nos miolos num linchamento rápido.

"Tênue véu de fumaça saía mansamente pelas portas e janelas do velho sobrado" (Aires, 2020). Estava consumada a chacina oficial dos 9 no dia 16 de janeiro de 1919.

Só por volta das três horas da madrugada do dia 18 de janeiro de 1919, Abílio Wolney ganha a intimidade do Casarão e, com ele, os atacantes capitaneados por Roberto Dorado, encontrando vivas as 72 pessoas.

O Tribunal anula o Processo da Comissão Celso Calmon

Da pronúncia dos acusados, o próprio juiz Celso Calmon teria que recorrer de ofício da sua decisão, fazendo a remessa obrigatória dos autos ao Tribunal de Justiça do estado, na capital.

O colegiado anulou todo o processo relacionado com os acontecimentos do Duro e determinou a instauração de processo criminal contra o juiz Celso Calmon Nogueira da Gama, o seu Promotor Deocleciano Nunes e os seus "soldados".

O Tribunal considerou que os delitos eram essencialmente políticos e da competência da Justiça Federal; que o promotor Deocleciano era "parte ilegítima no exercício das funções do seu cargo"; que os delitos afiançáveis foram erroneamente combinados com prisão preventiva; e que "a resistência por parte de Abílio Wolney e os demais denunciados se justificava".

O Processo do Duro na Justiça Federal

Reaberto o processo na Justiça Federal, na Cidade de Goiás, restava o questionamento: caso assim tivesse sido processado desde o início, não se teria o assassinato do pai de Abílio nem o mar-

tírio dos reféns no tronco, porquanto na instância federal não haveria lugar para as injunções políticas orquestradas no plano do Executivo goiano.

Por ser diminuta a pena em tese para o tipo penal, logo o fato restou prescrito e os autos arquivados com a extinção da punibilidade sem condenação do ex-deputado goiano.

O Juiz Celso Calmon e comissionados na barra dos Tribunais

Instaurado volumoso processo criminal para investigação da conduta da Comissão Celso Calmon, lá estavam Calmon e seus homens diante da Corte, acusados de crimes de assassinato e roubo seguido de morte.

Calmon foi pronunciado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no dia 24 de setembro de 1919. Foi decretada sua prisão preventiva, sendo "enclausurado no Quartel da Força Pública Estadual de Pouso Alto" (Coelho, s.d.).

Calmon recorreu ao Superior Tribunal de Justiça no Rio de Janeiro, mas foi negado provimento ao seu recurso, sendo proferido o 1º Acórdão em 23 de julho de 1920, confirmando a decisão do Tribunal do Estado contra todos os réus.

Algumas condenações de policiais chegaram ao limite de 30 anos de cadeia. Todavia, um "Decreto do governo estadual, varreu os reclusos" da Cadeia Pública da Cidade de Goiás. Em 1927, Calmon seria nomeado desembargador no governo de Brasil Ramos Caiado, mesmo condenado pelos Tribunais superiores.

A Intervenção Federal em Goiás

O próprio Governo do Estado pediu e obteve o Decreto de intervenção federal específica em Goiás, que resultou em volumoso caderno com mais de 300 anexos, sintetizados em extenso "Relatório do Major do Estado Maior do Exército, Álvaro Guilherme Mariante".

As conclusões foram claras: “Os lamentáveis acontecimentos de São José do Duro derivam da ação política e administrativa dos atuais dirigentes do Estado de Goiás”; “Há indícios de que ao Governo do Estado cabe grande responsabilidade no fúnebre desfecho do conflito”; “A autoria da polícia goiana nos assassinatos de Buracão e São José do Duro é irrefutável”.

A despeito do Relatório, nenhuma outra providência concreta foi tomada pela União. Abílio Wolney permaneceu entre a Vila e Barreiras (BA), até 1923, enfrentando novas investidas da polícia de Goiás. Seria prefeito em Barreiras a partir de 1932, retornando a São José do Duro em 1937-38, desapossado e envelhecido, mas ainda foi prefeito, em 1946.

Considerações Finais

A Chacina do Tronco representa um dos episódios mais sombrios da história política goiana, durante a Primeira República. O caso evidencia como o aparelho estatal foi instrumentalizado por oligarquias locais para eliminação de adversários políticos, resultando na morte de pessoas inocentes e na violação sistemática dos direitos fundamentais.

O processo judicial que se seguiu demonstrou a fragilidade das instituições republicanas quando confrontadas com os interesses das elites dominantes, mas também revelou a capacidade do sistema judiciário de, em última instância, reconhecer e punir os abusos cometidos, mesmo quando tardiamente.

Referências

AIRES, Voltaire Wolney. **História de Dianópolis** – 1720-2020. 2. ed. Palmas: Editora Provisão, 2020.

COELHO, Guilherme Ferreira. **Expedição Histórica nos Sertões de Goiás**. 2ª ed. Goiânia: Biblioteca Virtual JS Editor, 2001.

COSTA, Casimiro. **Minha História**. Goiânia: (s.n.), 1953.

ÉLIS, Bernardo. **O Tronco**. Goiânia: Editora da UFG, 1987.

NETO, Abílio Wolney Aires. **O Barulho e Os Mártires**. 2ª ed. Goiânia: Kelps, 2019.

NETO, Abílio Wolney Aires. **O Diário de Abílio Wolney**. 4ª ed. Goiânia: Kelps, 2019.

NETO, Abílio Wolney Aires. **A Chacina Oficial**. 3ª ed. Goiânia: Kelps, 2019.

PÓVOA, Osvaldo Rodrigues. **Quinta-Feira Sangrenta**. 4ª ed. Goiânia: Editora Kelps, 2002.

José Mendonça Teles – um amigo de longes datas

Geraldo Coelho Vaz[68]

A notícia chegou-me pela janela escura e triste de uma tristeza profunda, dando conta do passamento do amigo e irmão de caminhadas por este Goiás afora. Uma dor doída apossou-se do meu corpo. Lágrimas escondidas desceram sem pedir licença pelos caminhos das minhas faces. Recordações, lembranças do querido José Mendonça Teles (1936-2018), o Zezé para a família e para os amigos mais íntimos. Sempre alegre e sorridente, acreditando no PCB (Partido da Cultura do Brasil), como dizia ele. A ressonância e eco do seu partido varou a multidão do tempo, e fixou o amor à preservação da nossa história e de nossa memória. Com sua partida, deixou na terra fértil a semente da sabedoria e do amor às artes e à cultura goianas.

Os nossos caminhos se cruzaram há sessenta e três anos, mais ou menos, quando Catalão sediou o Encontro Estadual dos Estudantes Secundaristas do Estado de Goiás, em 1954. Foi um encontro muito importante para a época, principalmente para a cidade que movimentou a sociedade local, com bailes, festas, declamações, teatro, discursos acalorados, sempre no salão do Colégio Nossa Senhora Mãe de Deus. Participei da bancada do Ginásio São Bernardino de Siena, de Catalão, com mais quatro estudantes: Setembrino Mastrella, Júlio Pinto de Melo, Braz José Coelho e Naim João Safatle.

Com interesse de entrosar com os participantes de outras cidades, aproximei-me do jovem José Mendonça Teles, para conhecer melhor os trabalhos dos Grêmios Literários Estudantis existentes

[68] Advogado, poeta e escritor, é ex-presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG), da União Brasileira de Escritores (UBE-GO) e da Academia Goiana de Letras (AGL).

naquela época, principalmente do Lyceu de Goiânia, onde ele estudava.



Da esquerda para a direita: Martiniano José da Silva, Miguel Jorge, Geraldo Coelho Vaz, Yêda Schmaltz, Luiz Fernando Valadares Borges e José Mendonça Teles (Churrascaria Vera Cruz, 1976).

Vem daí, nossa grande amizade, de afinidade de irmãos e de coincidências pelo gosto da leitura, do jornalismo, da pesquisa histórica, do direito e da Justiça. Com o passar do tempo, reencontramo-nos em Goiânia, em 1962, nos bancos escolares da Faculdade de Direito, da então Universidade Católica de Goiás, hoje, PUC Goiás. Foram anos de convivência e de sonhos, sempre renovados, carregados de esperanças de um nacionalismo utópico, mas com muito amor à democracia e à liberdade. Bacharelamos no ano de 1966 e, por obra do mesmo compasso, oito colegas de formatura já éramos éditos: Alaor Barbosa, Miguel Jorge, Martiniano José da Silva, Luiz Fernando Valadares, José Mendonça Teles, Veni Guerra Malagoni, Yêda Schmaltz e eu. Não paramos com o fazer poético. Construímos em nossas obras literárias, quer na prosa ou em versos, o caminho feliz do sonho e da imaginação.



José Mendonça Teles.

José Mendonça Teles contista, historiador, cronista e poeta, fortalece os seus trabalhos com criatividade. Transmite imaginação com sensibilidade e sólida base nas raízes de vanguarda.

Em Hidrolândia (GO), no dia 25 de março de 1936, vem à luz esse ativista cultu-ral, filho de João Alves Teles e Celuta Mendonça Teles, e faleceu no dia 28 de abril de 2018, em Goiânia. Fez seus estudos primários nas cidades de Brazabrantes, Hidrolândia e Goiânia (Bairro de Campinas), no Grupo Escolar Henrique Silva. Concluiu o curso básico na Escola Técnica de Comércio de Campinas e o curso secundário no Lyceu de Goiânia. Foi Graduado em Direito, pela Universidade Católica de Goiás, atual PUC Goiás.

Durante décadas, como professor, lecionou em diversos estabelecimentos de ensino de Goiânia: Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis (GO); Universidade Federal de Goiás; Faculdade Cora Coralina, da Cidade de Goiás, e Universidade Católica de Goiás, onde foi professor titular até 2003, aposentando-se. Pelo reconhecimento dos relevantes serviços prestados à PUC Goiás, recebeu o título honorífico de *Doutor Honoris Causa*.

Foi presidente da Academia Goiana de Letras, durante 10 anos; presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, durante 12 anos; fundador e ex-diretor geral do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central, da Sociedade Goiana de Cultura; membro do Conselho de Cultura do Município de Goiânia; presidente do Conselho Estadual de Cultura; Presidente da Aliança Francesa, em Goiânia; presidente *Ad Vitam* do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás; presidente do Instituto Cultural José Mendonça Teles e membro do Conselho do Patrimônio Histórico de Goiânia. Pertenceu a inúmeras instituições culturais do país, entre elas:

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (sócio correspondente), Academia Paulistana de História de São Paulo e da Ordem Nacional dos Bandeirantes de São Paulo, sócio correspondente dos Institutos Históricos e Geográficos de Santa Catarina, Distrito Federal, Rio Grande do Norte, Mato Grosso, Alagoas, Bahia, Paraná e Rio de Janeiro.

Entre as condecorações e homenagens, recebeu o diploma de Honra ao Mérito da Universidade Católica de Goiás; Medalha João Ribeiro, da Academia Brasileira de Letras; Medalha Tiradentes e Medalha Anhanguera, Grau Comendador, outorgadas pelo governo de Goiás, e o Troféu Jaburu, distinção maior do Conselho Estadual de Cultura.

Autor das letras do hino oficial do Cinquentenário de Goiânia e do hino oficial de Goiás, musicados pelo maestro Joaquim Jayme. Coordenou e executou projetos de reedição do periódico *A Matutina Meiapontense*, dos livros *Chorographia Histórica da Província de Goyaz*, *Anais da Província de Goyaz, Goyania*, *Dicionário da Língua Brasileira, da Revista Oeste* e da série *Memórias Goianas* do volume I ao XVII. Coordenou o Projeto Resgate da Documentação Histórica da Capitania de Goiás e do Piauí, existente em Portugal, trazendo para esses estados, todos os documentos microfilmados, referentes ao período de 1731 a 1822.



Foi autor dos projetos que resultaram no tombamento de mais de duas dezenas de bens históricos de Goiânia. Exerceu os cargos públicos de Assessor Cultural da Fundação Cultural de Goiás e Assessor Cultural da Vice-Governadoria de Goiás.

Foi cronista do Jornal O Popular, por mais de 20 anos.

OBRAS: *Poesias e Contos Bacharéis I*, antologia. Goiânia: Oriente, 1966; *A Cidade do Ócio*, contos. Goiânia: Oriente, 1970; *Contítulos*, conto bibliográfico. Goiânia: Oriente, 1972; *General Curado*, estudo bibliográfico Goiânia: Oriente, 1973. *Menção Honrosa do Concurso do Sesquicentenário da Independência*; *Poesias e Contos Bacharéis II*, antologia. Goiânia: Oriente, 1976; *Fronteira*, estudos literários. Goiânia: Oriente, 1977; *Vida e Obra de Silva e Souza*, ensaio. Oriente, 1978; *Um rio dentro de mim*, discurso de posse da Academia Goiana de Letras e outros ensaios. Goiânia: Oriente, 1979; *Via Sacra*, contos. Goiânia: CERNE, 1979. Prêmio Bolsa de Publicações Hugo de Carvalho Ramos; *Setembro nos reúne*, crônicas. Goiânia Oriente 1981; *Gente e Literatura*, estudos literários. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 1983; *Memórias goianienses*, depoimentos. Goiânia: UCG, 1985; *Encantamento*, poemas. Goiânia: UCG, 1985; *Em defesa de Goiânia*, memória histórica. Goiânia: UCG, 1988; *Quando os Flamboyants florescem*, poemas. Porto Alegre: Livraria Editora Acadêmica Ltda., 1988; *A Imprensa Matutina*, ensaio. Goiânia: CERNE, 1989. Prêmio Bolsa de Publicações José Décio Filho, da UBE – GO, Prêmio Clio de História da Academia Paulistana de História e Prêmio Assis Chateaubriand, da Academia Brasileira de Le-tras; *No Santuário de Cora Coralina*, ensaio. Goiânia: Editora Kelps, 1991; *Amor Diário*, poemas. Goiânia: Editora Kelps, 1992; *A Vida de Pedro Ludovico*, ensaio. Goiânia: Editora Kelps, 1992; *Atlético, Sentimento e Glória*, crônicas. Goiânia: Editora Kelps, 1995; *Crônicas da Campininha*. Goiânia: Editora Kelps, 1997; *Crônicas de Goiânia*. Goiânia: Editora Kelps, 1998; *Crônicas e outras histórias de O Popular*, antologia. Goiânia: Editora Gráfica O Popular, 1998; *Itinerário Poético Vila Boa – Pirenópolis*, poemas. Goiânia: editora Kelps, 1999; *Chão Goiano*, ensaios. Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 1999. *Dicionário do Escritor Goiano*. Goiânia: Editora Kelps, 2000; *Aventuras de Zé Pequeno*, cordel. Goiânia, 2002; *Crônicas de Hidrolândia*. Goiânia:

Editora Kelps, 2003; *A vida de Pedro Ludovico – Fundação de Goiânia.* Editora Kelps, 2004; *Semeadores de Futuros*, crônicas. Editora da UCG e Contato, 2005; *Crônicas Vilaboenses*. Goiânia: Editora Kelps, 2005; *Eu te Vejo, Goiânia*, história e poemas. Goiânia: Editora Kelps, 2005: *Crônicas de Mim*. Goiânia: Editora Kelps, 2006; *A Coluna Prestes em Goiás*, História/Depoimentos. Goiânia Kelps, 2008; *Crônicas de Pirenópolis*. Goiânia: Editora Kelps, 2009; *Amor Diário 2*, poemas. Goiânia: Editora Kelps, 2009; *Goiânia, Coração do Brasil*, infantil. São Paulo: Editora Cortez, 2010; *A Cidade do Ócio*. Fortuna Crítica Comemorativa dos 40 anos. 4ª edição. Goiânia: Editora Kelps, 2010. *Campininha das Flores e sua História* (produção coletiva). Goiânia: Editora Scalla, 2010.

Seu amor pela pesquisa fez com que caminhasse penetrando nos labirintos históricos de papéis perdidos pelo tempo, alcançando o objetivo desejado, quando, em 1973, foi Menção Honrosa no concurso do Sesquicentenário da Independência, com o livro, *General Curado* – Estudos Biográficos. Em 1978, vem à luz a Biografia e História de Silva e Souza, que relata feitos de um homem que honrou o nosso passado como representante legal da Província de Goiás, e seu nome encontra-se inscrito na pedra da historiografia goiana.

Não parou sua pesquisa. Coordenou e executou o projeto do primeiro jornal de Goiás, de que se tem notícia, de Meia-Ponte, hoje, Pirenópolis, a decantada *Matutina Meiapontense*. Trata-se do 4º jornal editado no Brasil, que o nobre goiano, comendador Joaquim Alves de Oliveira, trouxe do Rio de Janeiro todo maquinário para a Província Goiana, por justa razão denominado Pai da Imprensa Goiana. Ressaltamos, ainda, que o autor do projeto, José Mendonça Teles, publicou em 4 volumes, fac-similares, que trazem fatos importantes de Goiás, pós-independência. Os volumes foram distribuídos para as entidades culturais, universidades e pesquisadores em geral.

Lutou e conquistou com sua habilidade costumeira, inteligência e sagacidade o tombamento de mais de duas dezenas de bens patrimoniais de Goiânia e de Goiás. Tudo, graças à sua profícua administração frente ao Conselho Estadual de Cultura.



Na poesia, *O Amor Diário*, se apresenta criativo, lírico e apaixonado, ao referir-se: "Tudo segue a linha da emoção:/ meus olhos dentro dos seus,/ seus olhos dentro dos meus./ – É a linguagem da paixão".

Seus livros de poesia têm sentimento profundo, abordando com carinho o amor, a amizade, a família e as saudades de épocas que ficaram na fumaça do tempo.

Sempre bem-humorado e de alegria contagiante, em nossas viagens culturais no interior goiano, ou mesmo em Natal, Recife, Salvador, Belém e Brasília, o poeta José Mendonça Teles gostava de declamar de sua lavra, o *Instante Seis,* poema erótico e sempre aplaudido pelos ouvintes. Ei-lo:

> Quero você na horizontal de meu desejo vertical,
> dilatada na pupila de minhas mãos sedentas,
> apalpando mistérios e volúpias.
>
> E quando a noite descer neste quarto
> minguante de mim, ainda restará um terço
> crescente, rígido e penetrante na colcha do lençol
> estendido no desejo
> das horas intermináveis.

O renomado crítico de literatura, professor e doutor em Letras, poeta José Fernandes, exprime:

> As imagens do poema "Instante seis" são lapidares: expressam o mais genuíno desejo do ser, mediante o mais metafísico erotismo. É o erotismo que se configura como o mais elevado grau de afirmação da existência, essencialmente fugaz; mas que, como fica claro na segunda estrofe, *é* a firmação da vida para além da morte.

Quando cronista do jornal "O Popular", uma de suas crônicas tornou-se referência. Cantada e declamada nas escolas e encontros culturais: "Ser Goiano". Muito apreciada em Goiânia e no interior do Estado.

Incentivou novos talentos, com prefácios, orientações, mostrando o árduo e benéfico caminho do fazer literário.



De fronte ao painel do IHGG: Alessandra Teles, Geraldo Coelho Vaz e Giovana Teles

Casado com Ana Maria, companheira e revisora de seus textos, o casal deixou duas filhas professoras, Giovana e Alessan-

dra. Essa última, artista plástica reconhecida, com exposições coletivas e individuais nas principais galerias brasileiras e estrangeiras.

Segundo a professora e filóloga Nelly Alves de Almeida, sua amiga nas caminhadas literárias, o cidadão José Mendonça Teles, "além de tudo, *é* um profundo admirador do espírito e da inteligência".

José Mendonça Teles, sempre foi um homem obstinado e determinado nos seus projetos, defendeu com veemência os interesses de Goiás e da cultura brasileira. Perdemos, não só um amigo, mas uma pessoa influente e dedicada, que jamais o tempo irá apagar o brilho de sua imagem.

A ele, nossa alegria de um tempo de boa convivência. Que os céus na sua bondade acolham o poeta para maior encaminhamento junto aos anjos e arcanjos com suas harpas, musicar e cantar o hino de Goiás.

Referências

TELES, José Mendonça. ***Dicionário do Escritor Goiano*.** Editora Kelps. Goiânia, 2008.

VAZ, Coelho. ***Rastro Literário***. Ed. Kelps. Goiânia, 1991.

VAZ, Coelho. **Academia Goiana de Letras** (história e antologia). Editora Kelps, 2008.

Goiânia – Autoria do Projeto Urbanistico do Setor Oeste

Narcisa Abreu Cordeiro[69]

Trabalhei no Instituto de Planejamento Municipal de Goiânia (Iplan) como técnica de planejamento.

No início da década de 1980, idealizei o projeto **Goiânia 50 Anos**, que deveria homenagear a cidade no ano de 1983 aos seus 50 anos de fundação. Vários técnicos se envolveram em uma pesquisa de resgate histórico sobre a cidade. Temos ainda na biblioteca do referido órgão um acervo monumental para realização de pesquisas.

Na época, aproveitando do fato de minha família possuir um apartamento na Rua Toneleiros, em Copacabana (RJ), procurei os irmãos Coimbra Bueno para entrevistas.

Jerônymo morava em um apartamento na Avenida Atlântica e, por força de antiga amizade que tinha com meu tio-avô João D'Abreu como políticos, disponibilizou de tempo para várias vezes me receber para entrevistas.

Também, quando vinham a Goiânia, podíamos conversar com eles prosseguindo com as pesquisas.

Recentemente, fui procurada por uma aluna de arquitetura da PUC, Maria Paula, através da intermediação de sua irmã mais velha Elisa, ambas filhas do escritor Bento Jaime, meu confrade no IHGG. Conheço Elisa e a irmã Maria Paula desde crianças.

Pelo telefone, Elisa questionou sobre a autoria do projeto do Setor Oeste de Goiânia. Fiquei instigada com a sua pergunta por-

[69] Narcisa Abreu Cordeiro é arquiteta e urbanista pela PUC Goiás, escritora, musicista e escultora. Sócia titular do IHGG, Aflag e Icebe. E-mail: narcisacordeiro1@gmail.com

que sempre me dediquei a estudar os setores Centro e Sul de Goiânia, com livros publicados sobre o assunto.

A partir daí, em minha memória, foram se desdobrando vários fatos. Dentre eles a lembrança de que o doutor Colemar Natal e Silva havia me falado que Pedro Ludovico pensou em chamar, inicialmente, o arquiteto Alfred Agache para projetar Goiânia.

Nessas retrospectivas, veio-me também à memória uma entrevista que realizei com os irmãos Coimbra Bueno, por ocasião da homenagem que estavam recebendo no lançamento do livro denominado *Goiânia – Embasamento do Plano Urbanístico Original*, de minha autoria e coautoria da arquiteta Normalice de Queiroz. O lançamento ocorreu no CREA/GO em uma verdadeira noite de gala, e os irmãos Coimbra Bueno vieram especialmente do Rio de Janeiro. Os discursos pronunciados naquela noite de homenagens que se estenderam também ao prefeito Venerando de Freitas Borges, representado pelo seu neto Guilherme de Freitas, e ao Dr. Colemar Natal e Silva, estão todos arquivados disponíveis para consultas.

As homenagens foram orquestradas pelo prefeito de Goiânia à época, Nion Albernaz, cuja assessoria prefaciou o referido livro.



Abelardo e Jerônymo Coimbra Bueno sendo homenageados por Narcisa Abreu Cordeiro no lançamento do livro *Goiânia: embasamentos do plano urbanístico original* – Foto: acervo pessoal da autora

Os irmãos Coimbra Bueno sempre se hospedavam no Hotel Bandeirantes. Numa retrospectiva me lembro que os entrevistei no Café Restaurante do hotel, na Avenida Anhanguera, a respeito da autoria dos setores iniciais de Goiânia e Dr. Jerônymo falou que o projeto do setor Oeste foi de autoria do ilustre arquiteto francês Alfred Agache.

Ele disse que muitos projetos eram realizados no escritório do Rio de Janeiro, onde havia a empresa matriz da firma Coimbra Bueno, e depois vinham para adaptações na implantação de Goiânia, com trabalhos de José Neddermeyer, e outros sendo vinculados com autorias de projetos, sendo na verdade apenas coautores. Entretanto, não dei a devida atenção ao enfoque, pois estava tratando mais do núcleo do projeto original.



Jerônimo Coimbra Bueno com Alfred Agache –
Fonte: Acervo pessoal.

Na década da realização do projeto do Setor Oeste, encontrava-se no referido escritório, como urbanista contratado, o ilustre Alfred Agache, que desenvolvia vários projetos, e acredito que realmente elaborou o traçado básico do Setor Oeste.

Em Goiânia, encontrava-se na Superintendência de Obras do Governo o arquiteto José Neddermeyer, como responsável técnico de vários projetos, entretanto, ele era um técnico mais voltado para soluções no campo da arquitetura e não do urbanismo.

Como urbanista já tendo realizado vários projetos para Goiânia, inclusive o plano urbanístico básico do Goiânia II para uma população de 100 mil habitantes, pude avaliar por análises comparativas que existe uma similaridade no traçado do setor Oeste com partidos urbanísticos de Alfred Agache. Originalmente, a Praça Tamandaré se estendia no formato de *boulevard*, como em soluções muito usadas na França. Outras análises comparativas foram realizadas, inclusive, com a chancela de plantas do plano original carimbadas com as referências da firma Coimbra Bueno.

Somando-se a essas ocorrências, recentemente Sebastião Ayres de Abreu me enviou por mensagem uma foto que ele encontrou em sua residência de procedência do acervo do político João D'Abreu. No início, analisando aquela foto, achei curiosa a presença de Joaquim Câmara Filho e João D'Abreu ladeando personagens que logo identifiquei como Alfred Agache e Armando de Godoy, ao centro.

Penso que a foto seria por volta de meados de 1939, o que coincide com o período da contratação, por Coimbra Bueno no Rio de Janeiro, do ilustre arquiteto Alfred Agache.



Interpretação da urbanista Narcisa Abreu Cordeiro: a partir da esquerda: empresário Joaquim Câmara Filho; na terceira posição, o urbanista Alfred Agache, seguido do também urbanista Armando de Godoy; e no final o político João D'Abreu – Foto histórica: acervo de Sebastião Ayres de Abreu.

No *Correio Oficial* de 03 de maio de 1936, existe a seguinte citação:

> Em breve, será apresentado ao governo o relatório preliminar do Plano Diretor de Goiânia que, uma vez estabelecido e aprovado pelo Congresso garantirá por longo espaço de tempo a evolução da cidade dentro dos modernos ensinamentos da técnica.
>
> O Dr. Armando de Godoy é já velho conhecido de Goiânia, deixou aqui um grande número de amigos e admiradores quando, prevendo a realidade de hoje, descreveu, em longo relatório, as possibilidades técnicas de antiga campina onde hoje se assenta a nova capital.
>
> *É com real júbilo que a sociedade goiana receberá dentro de alguns meses, a visita desse técnico, que tem atraído para nossa cidade a para suas soluções técnicas, o interesse e a cooperação dos grandes mestres da nossa engenharia que pertencem ao seu dilatado círculo de relações.*

Esses dados servem de parâmetro para esclarecer o momento da foto em questão.

Pesquisando na atualidade traçados urbanísticos realizados pelo arquiteto francês podemos encontrar visíveis analogias com o traçado da Praça Tamandaré em um sistema de grande *Boulevard*. A referida praça passou por descaracterizações ao longo do tempo, mas tem a chancela de um urbanista conceituado internacionalmente.



Fragmento do Setor Oeste do Plano de 1947.



Projeto de Goiânia, segundo o Decreto-Lei n.º 90-A de 1938, já com o desenho do Setor Oeste Fonte: "Goiânia, uma utopia europeia no Brasil – Tania Daher".

Sempre enfatizamos a autoria de Attilio Corrêa Lima no projeto do setor Central de Goiânia, mas precisamos também dar ênfase à importância do Setor Oeste. Considero que seu autor seja reconhecido personagem importantíssimo que foi, inclusive, presidente da Associação de Urbanistas Franceses.



**Goiânia – Plano geral de urbanização, 1947,
Coimbra Bueno e Cia Ltda. Constando o Setor Oeste –
Fonte: "Goiânia – Evoluções do Plano Urbanístico"
de Narcisa Abreu Cordeiro – 1989.**

Existe, inclusive, argumentos de que Attilio Corrêa Lima tenha trabalhado no escritório de Agache em Paris.

Embora tardiamente, devemos dar uma conotação importante no que se refere aos autores dos projetos originais de Goiânia.

Com a participação de Agache, Goiânia se insere no grupo de cidades mundiais que nasceram de projetos urbanísticos de autores reconhecidos internacionalmente.

A difícil decisão sobre a mudança da Capital para Goiânia – o filme de Bernardo Élis

Antônio Eustáquio da Silva (Taquinho)[70]

ROTEIRO CINEMATOGRÁFICO

Título: MUDANÇA DA CAPITAL
Nº de sequências: 44
Nº de tomadas: 343
Duração: 45 minutos
Bitola: 35 mm
Sonorização: som direto
Cor: colorido

Argumento: BERNARDO ÉLIS
Roteiro: JOSÉ LINO CURADO
Direção: ANTÔNIO EUSTÁQUIO TAQUINHO

Um dos privilégios que a vida me concedeu foi o de poder me relacionar e conviver com pessoas lindas e interessantes.

O empresário Jaime Câmara, o visionário da Televisão Anhanguera, foi uma delas. Generoso e sensível, deu oportunidade a muitas pessoas em sua emissora de televisão. Fui um dos que se beneficiaram com essa chance, estreando em atividade simples (auxiliar de estúdio) – e, na sequência, homem de câmera, construindo belas e inesquecíveis imagens nessa função, que me opor-

[70] Antônio Eustáquio da Silva (Taquinho), publicitário e cineasta.

tunizaram ser publicitário e cineasta, com muitos prêmios em minha trajetória profissional.

Outra foi a teatróloga Cici Pinheiro, pioneira nas artes cênicas e na teledramaturgia em Goiás. Em seu trabalho como atriz e diretora, permitiu-nos, quando trabalhávamos na TV Anhanguera, a produção de duas belas novelas para a emissora, muito bem aceitas e elogiadas.

Da mesma forma, o jornalista Walder de Góes, o mais talentoso, brilhante e inteligente de sua geração, que teve, também na TV Anhanguera, o programa "Sem Reservas", no qual entrevistava os maiores nomes do Brasil, em todas as áreas de atividades. Observando ele, aprendi muito.

Trabalhei de 1965 a 1970 na TV Anhanguera, onde nasceu em mim o fascínio pelas lentes, luzes, enquadramentos e as emoções de estar sempre no ar.

Em 1970, fui trabalhar na Telecine Produções Cinematográficas, do produtor e publicitário Euclides Neri de Oliveira Júnior, que ampliou a minha visão na área, na filmagem e produção de filmes comerciais para a televisão, quando tudo estava começando: os filmes eram de 16 mm, em preto e branco e com câmeras de dar cordas.

Cinco anos depois fundamos, em parceria com os publicitários Hamilton Carneiro e Ronan de Carvalho, a Take Filmes, para produzir documentários e filmes publicitários para as televisões e curtas metragens para o circuito de cinema.

Amigo de longa data do cineasta João Bênnio, um dia ele me convidou para participar de um encontro com o escritor Bernardo Élis, com quem eu já tinha cruzado em diversas ocasiões, mas sem um diálogo mais estreito. Aceitei de pronto. Bênnio conversou sobre a produção de um filme com base em "A enxada", um dos mais conhecidos contos do escritor.

O que mais me impressionou foi a atenção e a educação daquele já famoso autor.

Alguns meses depois, o cineasta uruguaio Carlos Del Pino, que morava no Rio de Janeiro, veio a Goiânia com o projeto de filmar o conto "Caminhos dos Gerais", igualmente de Bernardo Élis, e me chamou para produzir o filme. Aceitei na hora. Essa produção inaugurou o Cine Cultura, no Centro Cultural Marietta Telles Machado, na Praça Cívica, em Goiânia, em 1989.

Tive, posteriormente, dezenas de encontros com Bernardo Élis. Em todas essas ocasiões ele sempre foi atencioso comigo.

Uma tarde, tomando café com ele em sua casa, no setor Jardim América, em Goiânia, estava presente o professor José Lino Curado, irmão da mulher de Bernardo Élis, Maria Carmelita Fleury Curado. Eu já conhecia José Lino desde a TV Anhanguera, quando ele era Frei Matheus, padre da Igreja São Judas Tadeu, no setor Coimbra, e celebrava, ao lado do Frei Papini, as missas dominicais dos estúdios da emissora.

Nesse dia, falei a Bernardo Élis sobre o desejo de levar para as telas um momento difícil para o interventor Pedro Ludovico Teixeira que foi a decisão sobre a transferência da Capital da antiga Vila Boa para Goiânia, e pedi a ele que escrevesse sobre esse assunto. A José Lino, que era uma pessoa culta e gostava de cinema, pedi que criasse um roteiro para filme. Ambos concordaram na hora.

Esse roteiro, muito criativo e mostrando uma versão daquele momento especial, que naturalmente devia perturbar o sono de Pedro Ludovico, me foi entregue em 1991.

Agora, passados esses anos, e estimulado pelo presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, doutor Jales Guedes Coelho Mendonça, que tem revolucionado a cultura goiana, viabilizando projetos e ideias ousados, esse trabalho vai merecer um filme. Pretendo executá-lo com a experiência que acumulei nesse

período e a expressão que aquele instante exige, pois temos poucos registros históricos sobre Goiás. E mais: escrito pelo nosso maior escritor.

A intenção é viabilizar esse projeto, nesse momento especial que vivemos, para somar com as grandes ideias que têm saído do papel e ilustrado a cena cultural de Goiás, tornando-a dinâmica em todas as áreas.



Escritor: Bernardo Elis
Cineasta: Antônio Eustáquio Taquinho
Foto: Miriam Beatriz Pagalday

SÓCIOS DO IHGG

PRESIDENTES DO INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO DE GOIÁS (IHGG)

Francisco Ferreira dos Santos Azevedo (*in memoriam*)
07/10/1932 a 14/04/1933
Colemar Natal e Silva (*in memoriam*)
14/04/1933 a 16/03/1956
Zoroastro Artiaga (*in memoriam*)
07/09/1956 a 20/02/1962
Gilberto Mendonça Teles (*in memoriam*)
20/02/1962 a 23/03/1970
Basileu Toledo França (*in memoriam*)
23/03/1970 a 16/03/1973
Colemar Natal e Silva (*in memoriam*)
16/03/1973 a 12/01/1993
José Mendonça Teles (*in memoriam*)
12/01/1993 a 05/04/2005
Aidenor Aires
05/04/2005 a 15/04/2013
Geraldo Coelho Vaz
05/04/2013 a 05/05/2021
Jales Guedes Coelho Mendonça
05/05/2021

Presidente Perpétuo: Colemar Natal e Silva (*in memoriam*)
Presidente *ad vitam*: José Mendonça Teles (*in memoriam*)
Presidente de Honra: Marconi Ferreira Perillo Júnior

SÓCIOS TITULARES

Cadeira n.º 1
Patrono: Pedro Ludovico Teixeira
Titular: JOSÉ UBIRAJARA GALLI VIEIRA

Cadeira n.º 2
Patrono: Maria Angélica do Couto Brandão (Nhanhá do Couto)
Titular: ANDRÉA LUÍSA DE OLIVEIRA TEIXEIRA

Cadeira n.º 3
Patrono: Francis Castelnau
Titular: TEREZA CAROLINE LÔBO

Cadeira n.º 4
Patrono: Joaquim Xavier de Guimarães Natal
Titular: Vaga

Cadeira n.º 5
Patrono: Albatênio Caiado de Godoy
Titular: JALES GUEDES COELHO MENDONÇA

Cadeira n.º 6
Patrono: Zoroastro Artiaga
Titular: NILSON JAIME

Cadeira n.º 7
Patrono: Arlindo Pereira Cardoso
Titular: ELIZABETH ABREU CALDEIRA BRITO

Cadeira n.º 8
Patrono: Luís Antônio da Silva e Souza
Titular: ITANEY FRANCISCO CAMPOS

Cadeira n.º 9
Patrono: Antônio Félix de Bulhões Jardim
Titular: HÉLIO ROCHA (*in memoriam*) – vaga

Cadeira n.º 10
Patrono: Gelmires Reis
Titular: TIAGO RIBEIRO MACHADO

Cadeira n.º 11
Patrono: Honestino Guimarães
Titular: IÚRI RINCON GODINHO

Cadeira n.º 12
Patrono: João Capistrano de Abreu
Titular: NELSON LOPES FIGUEIREDO

Cadeira n.º 13
Patrono: Pe. Luis Palacín Gomes
Titular: WOLMIR THEREZIO AMADO

Cadeira n.º 14
Patrono: Joaquim Bonifácio Gomes de Siqueira
Titular: AUGUSTO CÉSAR ROCHA VENTURA

Cadeira n.º 15
Patrono: Emmanuel Pohl
Titular: LUIZ AUGUSTO PARANHOS SAMPAIO (*in memoriam*) – vaga

Cadeira n.º 16
Patrono: Auguste de Saint-Hilaire
Titular: BRASIGÓIS FELÍCIO CARNEIRO

Cadeira n.º 17
Patrono: Raimundo José da Cunha Matos
Titular: JADIR MORAIS PESSOA

Cadeira n.º 18
Patrono: José Vieira de Couto Magalhães
Titular: MARIA DE FÁTIMA GONÇALVES LIMA

Cadeira n.º 19
Patrono: José Martins Pereira de Alencastre
Titular: HÉLIO MOREIRA

Cadeira n.º 20
Patrono: Luiz Gonzaga de Faria
Titular: AIDENOR AIRES

Cadeira n.º 21
Patrono: José Ferreira de Sousa Lobo
Titular: ELEUZENIRA MARIA DE MENEZES

Cadeira n.º 22
Patrono: Sebastião Pompeu de Pina
Titular: JOÃO GUILHERME DA TRINDADE CURADO

Cadeira n.º 23
Patrono: Crispiniano Carvalho
Titular: ABÍLIO WOLNEY AIRES NETO

Cadeira n.º 24
Patrono: José Lopes Rodrigues
Titular: NEY TELES DE PAULA

Cadeira n.º 25
Patrono: Luiz Ramos de Oliveira Couto
Titular: JOSÉ AMAURY DE MENEZES

Cadeira n.º 26
Patrono: Jarbas Jayme
Titular: JACIRA ROSA PIRES

Cadeira n.º 27
Patrono: Manoel Onofre de Andrade
Titular: BENTO ALVES ARAÚJO JAYME FLEURY CURADO

Cadeira n.º 28
Patrono: José Nacim Yazigi Bourhan Helou
Titular: EGUIMAR FELÍCIO CHAVEIRO

Cadeira n.º 29
Patrono: Salomão de Vasconcelos
Titular: HELOÍSA SELMA FERNANDES CAPEL

Cadeira n.º 30
Patrono: Clifford Evans
Titular: HAMILTON INÁCIO CARNEIRO

Cadeira n.º 31
Patrono: Eurídice Natal e Silva
Titular: ADEMIR RIBEIRO HAMÚ

Cadeira n.º 32
Patrono: José Peixoto da Silveira
Titular: RICARDO JÚNIOR ASSIS FERNANDES GONÇALVES

Cadeira n.º 33
Patrono: Antônio Americano do Brasil
Titular: ELIÉZER CARDOSO DE OLIVEIRA

Cadeira n.º 34
Patrono: Amália Hermano Teixeira
Titular: JALES RODRIGUES NAVES

Cadeira n.º 35
Patrono: Moisés Augusto de Santana
Titular: PEDRO NOLASCO DE ARAÚJO

Cadeira n.º 36
Patrono: Ricardo Augusto da Silva Paranhos
Titular: LUIZ DE AQUINO ALVES NETO

Cadeira n.º 37
Patrono: Louis Ferdinand Cruls
Titular: HORIESTE GOMES

Cadeira n.º 38
Patrono: Henrique José da Silva
Titular: GETÚLIO TARGINO LIMA

Cadeira n.º 39
Patrono: José Honorato da Silva e Souza
Titular: LUIZ CLÁUDIO VEIGA BRAGA

Cadeira n.º 40
Patrono: Dom Emanuel Gomes de Oliveira
Titular: GIOVANA GALVÃO TAVARES

Cadeira n.º 41
Patrono: Maria Barbosa Reis
Titular: ANTÔNIO CÉSAR CALDAS PINHEIRO

Cadeira n.º 42
Patrono: Ministro Jorge Latour
Titular: ANTÔNIO CELSO RAMOS JUBÉ

Cadeira n.º 43
Patrono: Cora Coralina (Ana Lins dos Guimarães Peixoto Bretas)
Titular: ALEXANDRE RAMOS CAIADO

Cadeira n.º 44
Patrono: Francisco Tosi Colombina
Titular: APARECIDA TEIXEIRA DE FÁTIMA PARAGUASSÚ

Cadeira n.º 45
Patrono: Cândido Mariano da Silva Rondon
Titular: HEITOR ROSA

Cadeira n.º 46
Patrono: Pe. Manoel Aires de Casal
Titular: ALINE SANTANA LÔBO

Cadeira n.º 47
Patrono: Regina Lacerda
Titular: SIMONE CRISTINA SCHMALTZ DE REZENDE E SILVA

Cadeira n.º 48
Patrono: Rosarita Fleury (Maria do Rosário Fleury)
Titular: EURICO BARBOSA DOS SANTOS (*in memoriam*) – vaga

Cadeira n.º 49
Patrono: Joaquim Teotônio Segurado
Titular: SANDRO DUTRA E SILVA

Cadeira n.º 50
Patrono: Gerson de Castro Costa
Titular: MURAH RANNIER PEIXOTO VAZ

Cadeira n.º 51
Patrono: Joaquim Alves de Oliveira
Titular: VALTERLI LEITE GUEDES

Cadeira n.º 52
Patrono: Pe. Luís Gonzaga de Camargo Fleury
Titular: ROSANA MARIA RIBEIRO BORGES

Cadeira n.º 53
Patrono: Brigadeiro Felipe Antônio Cardoso
Titular: SALATIEL PEDROSA SOARES CORREIA

Cadeira n.º 54
Patrono: Alcide Celso Ramos Jubé
Titular: OLLIVER MARIANO ROSA

Cadeira n.º 55
Patrono: Alfredo de Faria Castro
Titular: NEY MOURA TELES

Cadeira n.º 56
Patrono: Altamiro de Moura Pacheco
Titular: LENORA DE CASTRO BARBO

Cadeira n.º 57
Patrono: Ático Frota Vilas Boas da Mota
Titular: VICTOR AGUIAR JARDIM AMORIM

Cadeira n.º 58
Patrono: Agnelo Arlington Fleury Curado
Titular: WALDEMAR NAVES DO AMARAL

Cadeira n.º 59
Patrono: Basileu Toledo França
Titular: THALLES MURILO VAZ COSTA

Cadeira n.º 60
Patrono: Benjamin da Luz Vieira
Titular: ELIOMAR PIRES MARTINS

Cadeira n.º 61
Patrono: Claro Augusto de Godoi
Titular: FERNANDO LOBO LEMES

Cadeira n.º 62
Patrono: Colemar Natal e Silva
Titular: VILMAR DA SILVA ROCHA

Cadeira n.º 63
Patrono: Dario Délio Cardoso
Titular: IRAPUAN COSTA JUNIOR

Cadeira n.º 64
Patrono: Eli Brasiliense Ribeiro
Titular: ADÃO FRANCISCO DE OLIVEIRA

Cadeira n.º 65
Patrono: João Francisco de Oliveira Godoy
Titular: RILDO BENTO DE SOUZA

Cadeira n.º 66
Patrono: Francisco Ferreira dos Santos Azevedo
Titular: DIOGO MAFIA VIEIRA

Cadeira n.º 67
Patrono: Dom Fernando Gomes dos Santos
Titular: MARLENE CASTRO OSSAMI DE MOURA

Cadeira n.º 68
Patrono: Humberto Crispim Borges
Titular: ROMUALDO PESSOA CAMPOS FILHO

Cadeira n.º 69
Patrono: Vasco dos Reis Gonçalves
Titular: MARSHAL GAIOSO PINTO

Cadeira n.º 70
Patrono: Jaime Câmara
Titular: CILEIDE ALVES CUNHA

Cadeira n.º 71
Patrono: Joaquim Carvalho Ferreira de Azevedo
Titular: MATEUS MILHOMEM DE SOUSA

Cadeira n.º 72
Patrono: Ofélia Sócrates Nascimento Monteiro
Titular: THAÍS ALVES MARINHO

Cadeira n.º 73
Patrono: Mário de Alencastro Caiado
Titular: OTHANIEL PEREIRA DE ALCÂNTARA JÚNIOR

SÓCIOS EMÉRITOS

Ana Braga (*in memoriam*)
Ático Villas-Boas (*in memoriam*)
Altair Sales Barbosa
Augusta Faro Fleury de Melo
Binômino da Costa Lima (*in memoriam*)
Cristovam Francisco de Castilho
Elder Camargo Passos
Francisco Itami Campos
Geraldo Coelho Vaz
José Mendonça Teles (*in memoriam*)
José Peixoto da Silveira Júnior
Juarez Costa Barbosa
Lena Castello Branco Ferreira de Freitas (*in memoriam*)
Luís Antônio Estevam
Licínio Leal Barbosa
Mari de Nazaré Baiocchi

Maria Augusta Calado de Saloma Rodrigues
Maria Augusta Sant'Anna de Moraes
Maria Narcisa de Abreu Cordeiro Pires
Maria do Rosário Cassimiro
Maria Teresinha Campos de Santana
Martiniano José da Silva (*in memoriam*)
Nasr Nagib Fayad Chaul
Nancy Ribeiro de Araújo e Silva
Ursulino Tavares Leão (*in memoriam*)
Waldomiro Bariani Ortencio (*in memoriam*)

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Humberto Crispim Borges (*in memoriam*)
Gilberto Mendonça Teles (*in memoriam*)

SÓCIOS CORRESPONDENTES (NACIONAL E DO ESTADO DE GOIÁS)

Adão Divino Batista (*in memoriam*)
Adilson César
Ana Maria de Almeida Camargo (*in memoriam*)
Ana Maria Pessoa dos Santos
Antolinda Baía Borges – "Tia Tó" (*in memoriam*)
Antônio Oliveira Mello
Antônio Soares Neto – "Toniquinho JK" (*in memoriam*)
Arno Wehling
Benjamin Pereira Vilela
Bráulio Nascimento
Carlos Gomes de Carvalho
Carlos Granado Vieira de Castro (*in memoriam*)
Cida Sanches
Consuelo Pondé de Sena

Cybelle Moreira de Ipanema
Daniel Aarão Reis
Djalma Silva (*in memoriam*)
Domingos Pacífico Castello Branco Ferreira
Dulce Madalena Rios Pedroso
Edmar Camilo Cotrim
Elaine Maria Machado Barbosa
Esther Caldas Guimarães Bertoletti
Eunice Pirkodi Caetano Moraes Tapuia
Euclides Alves Oliveira Souza
Fábio Santa Cruz
Filadelfo Borges Lima
Flomar Ambrosina Oliveira Chagas
Gilson Silva (*in memoriam*)
Gustavo Neiva Coelho
Hilda Agnes Hübner Flores
Iaperi Soares de Araújo
Itapuan Bôtto Targino
Jayme Lustosa de Altavila
João Alberto Novais Gomes Monteiro
João Asmar (*in memoriam*)
Jorge Henrique Cartaxo
José Faria Nunes
José Otávio de Arruda Melo
José Luiz Bittencourt (*in memoriam*)
José Theodoro Mascarenhas Menck
Josemar Bezerra Raposo
Luciano Roriz
Manoel Rodrigues Ferreira
Márcia Maria Duarte dos Santos
Marco Antonio de Faria Galvão
Marcos Antônio de Menezes
Marcos Paulo de Souza Miranda

Marlene Gomes Velasco
Maria Elizabete Costa
Maria Helena de Amorim Romacheli
Mateus Nunes da Silva Brito
Mauro da Costa Lima
Melquíades Pinto Paiva
Osvaldo Rodrigues Póvoa
Padre Ronaldo Silva
Patrícia Constante Jaime
Paulo Castelo Branco
Paulo Nunes Batista (*in memoriam*)
Pedro Augusto Diniz
Rafael Alves Pinto
Rafael Ribeiro Bueno Fleury de Passos
Ramir Curado
Sidney Pereira de Almeida Neto
Sinvaline Pinheiro
Sonia Maria Ferreira
Stella Leonardos (*in memoriam*)
Terezy Fleuri de Godoi
Umbelina Frota (*in memoriam*)
Valdemes Ribeiro Menezes (*in memoriam*)
Valdir Specian
Valdon Varjão (*in memoriam*)
Vanessa Hãtxu de Moura Karajá
Vera Lopes Siqueira
Victorino Coutinho Chermont de Miranda
Yasmin Jamil Nadaf
Yva Avena (*in memoriam*)
Zélia dos Santos Diniz
Zilda Pires da Silva
Wellington Aguiar

SÓCIOS CORRESPONDENTES (INTERNACIONAL)

Esteban Alvarado Vera
Jaime Romanini Gainza
Laurent Vidal
Manuel Velásquez Rojas
Maria Esther Robledo
Roger Friedlein
Wellington Castillo Sánchez

SÓCIOS HONORÁRIOS

Antônio de Souza Almeida (*in memoriam*)
Armando Calheiros Acioli
Eliézer Penna +
Goiana Vieira da Anunciação
Hélio Seixo de Brito Júnior
Jônathas Silva
Jorge de Moraes Jardim
Kleber Adorno
Leonardo Martins Normanha
Lourival Louza Júnior
Luiz José Bittencourt
Maria Abadia Silva
Milca Severino Pereira
Nelson Patriota
Pedro Paulo Montenegro
Pedro Wilson Guimarães
Terezinha Vieira dos Santos (*in memoriam*)
Waldyr Eduardo Aidar (*in memoriam*)
Walterdan Fernandes Madalena

SÓCIOS MANTENEDORES

Alexandre Carlos Magno Mendes Pimentel
Anna Vitória Gomes Caiado
Carlos Alberto França
Clidenor Gomes Filho
Demóstenes Lázaro Xavier Torres
Diogo Crosara
Fernando Passos Cupertino de Barros
Felicíssimo José de Sena
Henrique Penna de Siqueira
Jalles Fontoura de Siqueira
Joaquim Alves de Castro Neto
João Carlos Alvarenga Balduíno Alla
José Carlos Garrote de Souza
José Roberto Tadros
José Umberto Vaz Siqueira
Josserrand Massimo Volpon
Leopoldo Veiga Jardim
Lorena Quinan de Paula Mendonça
Marcelo Eugênio Carneiro
Marcelo Baiocchi
Maria Luíza Póvoa Cruz
Otávio Lage de Siqueira Filho
Rafael Lara Martins
Raimundo Nonato Leite Pinto
Rodrigo Pena de Siqueira
Rodrigo Naves Pinto
Rogério Oliveira da Cruz
Ronaldo Ramos Caiado
Sérgio Baiocchi Carneiro
Sílvia Regina Fontoura de Siqueira
Tatiana Accioly Fayad
Tatyanny Alves Lima
Zander Fábio Alves da Costa



Em apoio à sustentabilidade e à preservação ambiental, a Editora Kelps declara que este livro foi impresso com papel produzido de florestas cultivadas em áreas degradadas e que é inteiramente reciclável.

Este livro foi impresso no parque gráfico da
Editora Kelps, no papel Off-Set 75g/m²,
composto na fonte Andada Regular, Bold e Italic.
Julho, 2026.

A revisão final desta obra é de responsabilidade do autor.